



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

Fabio Welington Blanc

**O Espaço Agrário, a Educação do Campo e a formação técnica e
política em Agroecologia no MST**

Duque de Caxias

2009

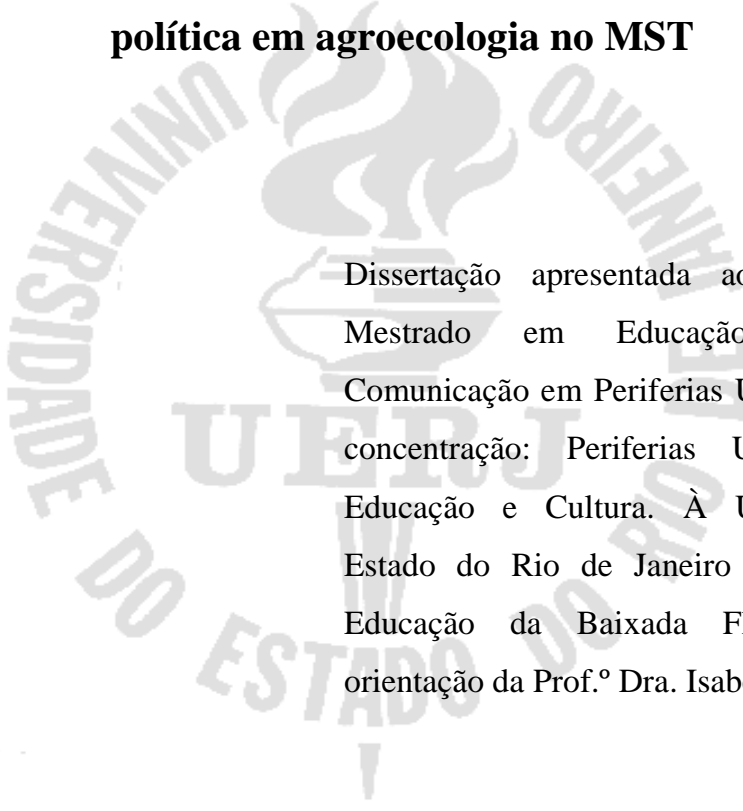
Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fabio Welington Blanc

O Espaço Agrário, a Educação do Campo e a formação técnica e política em agroecologia no MST



Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Área de concentração: Periferias Urbanas. Linha: Educação e Cultura. À Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Sob orientação da Prof.º Dra. Isabel Brasil.

Orientadora: Prof.º Dra. Isabel Brasil

Duque de Caxias

2009

BLANC, Fabio Welington

O Espaço Agrário, a Educação do Campo e a formação técnica e política em agroecologia no MST. – Duque de Caxias: 2009

Número de páginas: 177

Orientadora: Isabel Brasil

Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009

1 - Educação do Campo 2 - MST 3 - Formação Técnica I. Título

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Fabio Welington Blanc

O Espaço Agrário, a Educação do Campo e a formação técnica e política em agroecologia no MST

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Área de concentração: Periferias Urbanas. À Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof °. Dr. Gaudêncio Frigotto
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof °. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof °. Dra. Roberta Maria Lobo da Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof °. Dra. Isabel Brasil
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Duque de Caxias

2009

AGRADECIMENTOS

À professora Isabel Brasil pela confiança e apoio.

Ao professor Maurício Rocha pelas várias indicações de leitura.

Ao programa de Mestrado e ao coordenador Henrique Sobreira pela paciência e compreensão.

Aos amigos Matheus Mohr, Edson Di Lorenzi e a equipe da Escola Agrícola 25 de Maio, pela receptividade e auxílio à pesquisa de campo.

Ao MST por demonstrar ao Brasil que vale a pena lutar pela transformação social.

RESUMO

Este trabalho está inserido no cenário do projeto popular de Educação do Campo. A questão central da investigação são as principais formas e maneiras da formação de técnico em agroecologia propiciar ao trabalhador rural e sua família a construírem alternativas que favoreçam a sua permanência na terra. Trata-se de um estudo realizado sobre as propostas de educação técnico-profissional em agroecologia no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Pretendemos analisar as propostas e as ações educacionais na perspectiva dessa formação e discorrer sobre a concepção de trabalho, sempre em construção, no Projeto Político da Escola Agrícola 25 de Maio, localizada no assentamento Vitória da Conquista, situado no município de Fraiburgo - SC.

Palavras-chave: Educação do Campo – MST – Formação Técnica

ABSTRACT

This work is inserted in the project popular of Field of Education. The central question of research are the main ways and means of technical training in agroecology provide the rural worker and his family to build alternatives that enhance their stay on earth. This is a study on the proposals for technical-vocational education in agroecology in the context of the Landless Workers' Movement (MST). We intend to examine the proposals and actions in view of educational training and discuss the design of work, always under construction, the Policy Project of Agricultural School May 25, located in Vitoria da Conquista settlement, in the municipality of Fraiburgo-SC.

Keywords: Education Field – MST - Training Technique

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Participação da população residente segundo a localização do domicílio - Brasil - 1980 a 2000	64
Figura 1	Mapa da região entre Ronda Alta e Nonoai	81
Tabela 1	Número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais - Brasil - Regiões - 2001	65
Gráfico 2	População total de Fraiburgo - 1991 e 2000	95
Figura 2	Desenho temático das principais atividades econômicas do oeste de Santa Catarina	96
Tabela 2	Taxa de escolarização bruta por nível de ensino e localização - Brasil - 2000	117
Tabela 3	Percentual de docentes por grau de formação - Brasil - Regiões - 2000	118
Tabela 4	Vantagens e desvantagens do uso da agroecologia	148

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	14
1.1	A luta por um "lugar" de dignidade	29
1.2	Uma análise referente ao processo histórico e social da Questão Agrária	47
1.3	Educação para população rural no Brasil	63
2	A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO DO BRASIL	74
2.1	Uma análise do processo de construção do MST	79
3	ESCOLA AGRÍCOLA 25 DE MAIO: UMA PROPOSTA E UMA REALIDADE SOCIO-EDUCATIVA NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM AGROECOLOGIA	93
3.1	Das serrarias a agroindústria da maçã	95
3.2	A Revolta do Contestado na Mística dos assentados	100
3.3	A Rádio Taquaruçu: uma via em defesa da cultura popular e da Educação do Campo	103
3.4	A proposta de inclusão do MST para o campo	107
3.5	O cooperativismo na formação solidária	125
3.6	COOPERCONTESTADO: uma iniciativa para a viabilidade da produção de feijão	130
3.7	Formação Agroecológica na agricultura camponesa	138
Conclusão		151
Referências Bibliográficas		159
Anexo 1	Lista de entrevistas	168
Anexo 2	Sites	169

INTRODUÇÃO

A questão central abordada nesta dissertação está inserida no cenário do projeto popular de Educação do Campo. Tem como objeto de investigação o projeto de formação do trabalhador elaborado e colocado em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Portanto, pesquisamos as principais formas e maneiras da formação de técnico em agroecologia propiciar ao trabalhador rural e sua família a construir alternativas que favoreçam a sua permanência na terra.

Deste modo, investigamos esta experiência para compreender de que forma estes aprendizados estão refletindo na construção de novas relações produtivas e ambientais, tanto na escola como nos assentamentos, observando as conexões estabelecidas entre os conhecimentos trabalhados no curso e suas aplicações nos lotes e em todo o assentamento.

Este trabalho levanta e discute dados sobre a educação para a população rural na busca de entender sua situação, analisar suas possibilidades e tentar contribuir para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento agrícola de modelo camponês demandado pelo MST. Analisar a forma e o sentido da formação técnica desenvolvida por uma escola pública orientada por projeto político do MST. Compreender o sentido da luta e os caminhos percorridos pelo MST, pela Reforma Agrária e por um espaço digno à consolidação dos sujeitos sociais Sem-Terra. Refletir sobre o projeto de Educação construído, demandado e articulado pelo MST para a população dos acampamentos e assentamentos do Movimento. Mapear e analisar os princípios educativos que orientam a Escola Agrícola 25 de Maio, em especial o curso técnico de nível médio em Agroecologia

No intuito de dar sentido ao conjunto das reflexões apresentadas neste trabalho, organizamos a exposição desta dissertação da seguinte forma: No primeiro capítulo faremos uma análise referente ao processo histórico e social da Questão Agrária no Brasil. Na sequência, uma reflexão teórica sobre a construção do espaço pelos movimentos sociais dando foco ao MST, e finalizando o primeiro capítulo com uma descrição da real condição em que estão inseridas no espaço rural as escolas do campo e a dificuldade ao acesso a educação dessa população.

Tendo em vista que a educação tem sido apontada como uma estratégia do MST para construir uma forma de manter as famílias na terra, dedicamos o segundo capítulo à

contextualização sobre movimento social, a origem dos Sem-Terra e sua história de constituição e a disseminação de suas idéias, sobretudo nas iniciativas que buscavam ou buscam mudanças sociais abrangendo projetos educacionais. Deste modo, pretendemos refletir sobre os limites e potencialidades das propostas que defendem.

Sobre o terceiro e último capítulo direcionamos nossa atenção à formação do trabalhador no contexto do MST. Pretendemos analisar os debates, as propostas e as ações educacionais na perspectiva dessa formação e discorrer sobre a concepção de trabalho, sempre em construção, no projeto político da Escola Agrícola 25 de Maio, localizada no assentamento Vitória da Conquista, situado no município de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina. Na conclusão apresentamos considerações e reflexões que permeiam toda a pesquisa.

As análises são feitas a partir da contextualização da questão agrária no Brasil, principalmente no que envolve a agricultura camponesa ou familiar pela reflexão do modelo de desenvolvimento agroexportador, explorador e expropriador adotado no país. Buscaremos assim, uma análise das estratégias, a formação para o trabalhador em cooperativa, em especial o caso da Coopercontestado, ligada aos assentados da região e a formação para a produção agroecológica, que favorece além da sustentabilidade ambiental, a saúde, e a diminuição dos custos do trabalhador do campo.

Por fim, procuramos compreender a essência da formação defendida pelo Movimento Sem-Terra, com base nos documentos referentes à criação da escola e do curso técnico, e entrevistas realizadas com educadores, estudantes e os sem-terra do assentamento Vitória da Conquista, também na observação do cotidiano das vivências que fazem parte do processo de formação do Movimento.

Na conclusão, apresentamos considerações e reflexões que permearam toda a investigação, bem como impressões pessoais com relação ao processo vivenciado durante a pesquisa, sobre as formas de permanência do trabalhador rural na terra.

Nossas referências teórico-metodológicas estão devidamente plantadas no campo do marxismo, observando o local, o global e o homem, ou seja, o processo de globalização influenciando o local, e as respostas do *espaço do homem*, o lugar, a partir da dialética sócio-espacial.

Ao modo dialético, cabe manter viva a contraditória relação que une teoria e prática, dados e fatos da empiria e elaboração conceitual, fontes primárias de pesquisa e o resultado crítico da pesquisa. Com isso procuramos evitar os riscos, opostos e complementares, de isolar o complexo movimento do real, caindo em extremos vazios.

De um lado, a aceitação não mediada e não criticada dos dados e fatos brutos da empiria, com isso fetichizando a suposta objetividade dos fatos, dos números e mesmo das estatísticas, como positivities que se auto-explicariam. De outro, a teoria como exercício conceitual abstrato, de todo desligado da empiria, dos fatos e dos dados, das fontes e dos processos reais de trabalho, fazendo com que a pesquisa se esvazie e perca em rigor científico e conceitual.

Cabe indicar que é tarefa do método crítico e dialético manter em aberto as contradições vivas do processo social e histórico, de fato a própria realidade, prática e imaginária, concreta e simbólica, com isso evitando as reduções deterministas e as idealizações vazias, ambas resultando em fechamento do movimento e do diálogo crítico.

Diante disso, a pesquisa apresenta dois movimentos, necessários e relacionados: o levantamento cuidadoso das fontes - projetos, relatórios, programas de trabalho, currículos, materiais de áudio e vídeo produzidos, organização do trabalho, assim como entrevistas com gestores, professores e estudantes da Escola Agrícola 25 de Maio.

Os procedimentos utilizados na fase de trabalho de campo foram a entrevista e a busca de documentos. Essas técnicas são empregadas no que aqui se configura como um estudo de caso. A observação participante foi utilizada como recurso complementar na análise dos dados.

Nesta pesquisa, campo é entendido como um recorte *“que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação”* (MINAYO, 1993, p.105). O que confere à entrevista um lugar destacado de coleta de informações é o fato da fala revelar condições estruturais, valores e símbolos. Na presente pesquisa, estamos utilizando entrevista semi-estruturada, com roteiro orientado para o alcance dos objetivos.

Toda a memória é social, individual e coletiva. A escolha desse objeto de pesquisa está intimamente ligada à nossa história e memória, como herdeiro de lembranças e lamúrias de pai e familiares ao longo da trajetória de vida, resultando disso um

conhecimento empírico da realidade do pequeno produtor rural, e a forma como são tratadas a educação rural e sua cultura popular. O estopim para a motivação dessa pesquisa foi o interesse particular de entender a exploração em que os pequenos produtores do campo foram sendo subjugados pelo modelo agroindustrial, especialmente a partir da Revolução Verde.

A classe dominante local, associada e subordinada ao sistema capitalista globalizado, integra-se às grandes corporações agrícolas, monopolizando a produção, optando pela monocultura e priorizando a exportação. Sorrateiramente, a classe dominante local, ou seja, o coronelismo local, insere-se na esfera política local, com isso abre caminho para a grilagem de terra e a partir daí repele os pequenos proprietários, posseiros, indígenas e quilombolas de suas terras, criando espaço à exploração do trabalho desses desterrados, explorando as riquezas naturais e implantando projetos que beneficiam a acumulação dos meios de produção e renda nas mãos de um seletivo grupo.

Contudo o mais importante desse trabalho é a relação que a educação do campo proposta pelo MST tem com o local do assentamento, transformando-o e sendo transformado enquanto movimento social.

Deste modo, indicaremos que a Educação do Campo proposta pelo MST é a chave para essa interpretação, pois une os sem-terra pela causa agrária e pela dignidade humana e dá bases para que o trabalhador rural permaneça na terra quando assentado.

CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

“A bem do progresso quero o apoio do congresso sobre uma reforma agrária que venha por sua vez libertar o camponês da situação precária.”

Patativa do Assaré

A partilha da terra no Brasil é desigual e concentradora. Esse é sem dúvida um dos dilemas básicos na estrutura agrária brasileira. O latifúndio expande-se de tal maneira que abrange em geral as melhores terras em relação à fertilidade e localização. Enquanto isso cresce a multidão dos que ficam sem terra.

As poucas áreas deixadas à margem dos latifúndios são submetidas a um processo de aglutinação, gerado pela absorção das pequenas propriedades e com a expulsão dos trabalhadores e suas famílias. A Reforma Agrária possibilitaria a repartição mais equitativa das propriedades, favorecendo a dignidade da população rural e abrindo-lhe novas perspectivas sociais.

O solo é, historicamente, o meio de produção fundamental na agricultura. O latifúndio é utilizado para fins de especulação fundiária, reserva de valor. Com isso, além de não produzir alimentos, ainda conserva a manutenção do *status* brasileiro como um dos países de maior concentração de terras.

Dentre todos os meios de produção, na sociedade capitalista, a terra é sinônimo de poder, e sendo um recurso natural seu uso é esgotável, pois o solo tende a se exaurir com o uso indevido. (ROSS, 2003)

Por mais que esteja exaurida a terra, a propriedade fundiária ainda assim terá seu valor, pois é também mercadoria e símbolo de poder, político e social ou especulativo. Assim como as máquinas, os instrumentos e os equipamentos utilizados para a produção agrícola, a terra também é um meio de produção essencial para economia rural.

O Brasil atravessa nesse final de século um forte processo de concentração das propriedades rurais refletindo na subocupação do espaço agrário. Um recurso para diminuir

a injustiça dessa desigualdade consiste em taxar de forma crescente a propriedade rural. O Imposto Territorial Rural (ITR) equivale ao IPTU municipal. O proprietário da terra deve pagar ao governo de acordo com a proporção da área de sua propriedade. Muitos latifundiários subestimam a área total de sua propriedade a fim de diminuir o valor do imposto, e outros simplesmente não o pagam. Tal situação acontece mesmo sendo a taxaço do ITR irrisória em relação à renda da terra explorada.

“Só para se ter uma idéia, em 1994 o valor pago de ITR chegou apenas a R\$280 milhões, sendo que 60% dos proprietários estão inadimplentes, não tendo sido tomada nenhuma medida para penalizá-los. O Imposto Territorial Rural, portanto, somente terá alguma aplicabilidade se realmente existir vontade política, porque só por ela a questão agrária no Brasil já poderia estar em parte resolvida”. (LAUREANO, 2006, p.60)

Entre o final da década de 1950 e o início de 1960, implantou-se uma política de desenvolvimento para a agricultura visando a “modernização” do campo. A chamada Revolução Verde não interferiu na estrutura latifundiária. Modelo este que trazia no bojo da discussão teórica, a questão da fome como problema.

Nessas últimas décadas essas transformações vêm agitando o espaço rural, pois a intensa mecanização do campo vem com a proposta de modernização da produção e a expansão da produção monocultora. Com isso aumenta-se o desemprego no campo e os trabalhadores rumam para as cidades buscando o trabalho urbano.

Por muito tempo a população rural reagiu muito passivamente aos martírios provocados pelo abandono do poder público, reagindo somente com o êxodo rural no intuito de renovar suas esperanças, crendo que na cidade poderia encontrar um novo trabalho e promover uma vida digna.

Durante a Rio-92, a agricultura ganhou destaque na agenda internacional agregando questões como saúde, fome e pobreza. Nessa reunião uniram-se chefes de governo, agricultores e cientistas, onde levantou-se às discussões, nacionais e internacionais, sobre o engajamento a uma abordagem ecológica à produção de alimentos.

Nesse sentido, entendemos que sem mudanças radicais no modelo atual da agricultura, a produção de alimentos continuará a quem das metas para o alívio da pobreza, eliminação da fome e restauração dos ecossistemas naturais. (BRASIL DE FATO, 2007).

A Reforma Agrária não é apenas a distribuição de terras a famílias de lavradores. Na maioria dos casos, isso é feito com a divisão dos latifúndios improdutivos, podendo

também podem ser usadas terras públicas. Mas somente terra não basta para garantir uma atividade econômica sustentável. Uma Reforma Agrária de fato, terá que vir acompanhada de condições de moradia e alimentação à família assentada até a primeira colheita, além de sementes, financiamentos para aquisição de maquinários agrícolas e assistência técnica de agrônomos e veterinários. Além de estrutura logística, estradas, para escoar a produção. (MST, 2008)

Vemos no cenário internacional que a agricultura tem importância estratégica de exploração. Um dos principais fatores de crescimento e dominação dos Estados Unidos é a produção agrícola. Logo após a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, o então presidente Roosevelt implementou um plano socioeconômico para solucionar a crise. O *New Deal* teve como medidas no âmbito agropecuário o controle governamental de grande parte dos preços da produção agrícola e a concessão de empréstimos, com isso reestruturando seu desenvolvimento. (FOLHA ON LINE, 2007)

As conseqüências do modelo de produção agrícola norte-americano se revelam hoje na Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), como um entrave às questões sobre a diminuição das barreiras comerciais principalmente nos países periféricos, pois estes têm na agricultura sua principal fonte de capital. Essa negociação internacional tem no subsídio agrícola seu maior impasse, pois as nações centrais não abrem mão de sua política agrícola protecionista. Diante disso, um das razões da dominação americana é a produção agrícola, já que os países em desenvolvimento têm dificuldades de produção diante de tais amarras e embargos econômicos na exportação de produtos agrícolas.

De acordo com o professor Ariovaldo Umbelino (2005) de cada dez imóveis rurais cadastrados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sete têm menos de vinte e cinco hectares. São 2,5 milhões de propriedades que ocupam menos de 6% da área cadastrada. No entanto, as propriedades com mais de mil hectares representam menos de 2% do total, mas ocupam quase metade das áreas das propriedades cadastradas.

Atualmente, o agribusiness beneficia a exploração de vastos latifúndios com a produção de soja, e o pequeno produtor enfrenta problemas com a falta de crédito rural e os altos custos de insumos como sementes, fertilizantes, defensivos e maquinários, para sua produção ser rentável.

A globalização busca incluir todos os indivíduos no sistema de mercado capitalista, aumentando com isso a desigualdade entre regiões, lugares e nações. “*Em busca de lugares produtivos pelas empresas globais, isto é, essa guerra global dos lugares, pode ter conseqüências sobre níveis escalares inferiores.*” (SANTOS, 2004, p.297). Acentua-se a contradição entre capacidade produtiva, articulando ciência e técnica para dinamizar o processo de apropriação privada da terra, anulando direitos sociais como trabalho e renda devido a concentração de terras. O sistema de produção agroindustrial vem utilizando insumos altamente poluentes que proporcionam a degradação do ambiente e deterioram a saúde do trabalhador rural e toda a população residente no campo.

As análises sobre a realidade rural do país se fazem sob um olhar crítico ao desenvolvimento do campo brasileiro. Para isso, examinaremos o setor de produção agrícola a fim de compreender o trabalhador rural ligado ao MST.

Ao analisar o desenvolvimento e as características do campo brasileiro observa-se a grande escassez de estudos nesta área. O Brasil, um país de imensos recursos naturais e humanos, tem o setor agrícola somente pela vertente da balança comercial e do PIB agropecuário, sendo raras as preocupações com a população residente no campo brasileiro.

Este tipo de preocupação e análise foi muito comum em literaturas consideradas clássicas sobre “o interior do Brasil”. Euclides da Cunha merece ser lembrado com sua obra *Os Sertões*, por narrar o movimento camponês mais importante do início da Proclamação da República, a Revolta de Canudos foi um movimento de luta ao acesso à terra. A história oficial tenta desqualificar o movimento organizado por Antônio Conselheiro, acusando-o de louco e fanático religioso, acusação feita por uma elite que até os dias de hoje diminui o papel dos movimentos sociais, pois com isso se perpetua no poder. Também Caio Prado Jr. deixou na obra *A Questão Agrária Brasileira*, sua percepção das questões sócio-políticas, que além do valor histórico, tem importância crucial na atualidade de suas análises e o caráter emancipatório de suas idéias, discutindo as contradições e características da exploração do trabalhador rural. Como podemos ver:

“É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e em decadência, que inversamente o setor secundário se restringe no primeiro caso, e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera... ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e força de trabalho.” (2000, p.53)

Atualmente, vem se revelando a urgência de se perceber os problemas do setor agrícola, discutir suas implicações e fazer agudas análises sobre o que se entende como *O novo rural brasileiro*. Pois segundo José Graziano:

“O meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas duas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”. (1999, p.01)

Os trabalhadores das áreas rurais vêm nas últimas décadas, se ocupando menos com as atividades do setor agrícola. Crescem as ofertas de serviços ligados ao setor de turismo e lazer, como ecoturismo, turismo rural, hotéis, spas, resorts. Configurando-se como *novas ruralidades* (RUA, 2002).

Cada vez mais cresce o número de trabalhadores em atividades rurais residentes em áreas urbanas e também uma quantidade cada vez maior de trabalhadores residentes em áreas rurais com empregos nas cidades. Deste modo as migrações internas são consideradas atualmente como um fenômeno de amplo e diverso conjunto de características sócio-espaciais, na qual o geógrafo João Rua conceitua como *pau-de-arara* e *pardais*. (2004).

Essa nova dinâmica de mercado demonstra um espraiamento das atividades capitalistas no campo, onde os empreendimentos oferecem ocupações associadas a uma nova dinâmica do espaço rural derivada da presença crescente dos setores terciário e secundário, com os complexos agroindustriais e a terceirização de parte das atividades do processo produtivo agropecuário.

As relações campo-cidade têm um papel importante no desenvolvimento do capitalismo, pois o espaço rural vem se mostrando como área livre para instalação de agroindústrias. Isto vem trazendo conseqüências para toda a estrutura agrária do país, que permanece até hoje com a monocultura de exportação, se utilizando dos melhores solos, e fazendo uso de agrotóxicos, diminuindo as áreas voltadas para produção de alimentos, deixando para o pequeno produtor a utilização de solos de pior qualidade, sendo este obrigado a migrar para regiões onde as terras são menos valorizadas.

Este tipo de política agrícola elevou os custos dos alimentos, pois reduz suas áreas cultivadas e sofre com ausência de investimentos, diminuindo a quantidade produzida. Com isso diminui-se a qualidade da alimentação básica da maior parte da população brasileira.

A política agrícola adotada volta-se aos produtos que têm garantia de venda no mercado exterior, como a soja e a laranja, ou produzindo o álcool combustível, em detrimento dos produtos voltados para o mercado interno de alimentos, como arroz, feijão, mandioca e milho. A agricultura de exportação vem recebendo volumosos benefícios, destacando-se os créditos agrícolas.

Então, cabe perguntar *o que há de novo no rural brasileiro*, questionamento feito pelo geógrafo Paulo Alentejano, que vem apontando em seus estudos muita controvérsia a respeito do *novo rural brasileiro*, e nos esclarece o caráter contraditório da relação entre os trâmites do mercado capitalista e a agricultura familiar, a diferença entre os grandes e os pequenos produtores. Para Alentejano, as transformações apregoadas de *um novo rural brasileiro* são exageradas, pois o que de fato vem ocorrendo no campo brasileiro é a multiplicação de atividades não agrícolas, que obscurecem a real situação do trabalhador rural e escamoteiam as reais intenções do grande capital no campo, que monopolizam a produção de alimentos construindo uma lógica de dependência, com a integração agrícola, entre o pequeno produtor e as grandes corporações agrícolas.

Na globalização, a atual fase do capitalismo, constata-se um grande avanço dos movimentos sociais no campo brasileiro. Nos dias atuais, os espaços rurais são atingidos por um tipo específico de inovação, originária da ciência e da tecnologia moderna e dos métodos industriais de administração, que são hoje conhecidos como Complexos Agro-industriais (CAIs).

Com a modernização, o financiamento agrícola é fortemente marcado pelo modelo vigente, amparado pelo Estado, envolvendo todas as culturas de exportação como soja, produtos farmacêuticos e alimentos industrializados, se expandindo em todas as regiões, resultando na expansão da fronteira agrícola. A EMBRAPA tem como meta "*viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, gerando, adaptando e transferindo conhecimentos e tecnologias em recursos genéticos, biotecnologia, controle biológico e segurança biológica, em benefício da sociedade brasileira.*", investindo milhões em pesquisas de especialização em biologia celular e molecular (transgênicos), além de técnicas laboratoriais de seleção de plantas.

“Daí decorre solidariedades materiais e organizacionais de uma nova espécie: sementes, fertilizantes, e herbicidas, culturas de entressafra (soja e milho num mesmo campo, com calendários agrícolas complementares), bancos de gemoplasma, créditos públicos específicos para soja e para milho nos cerrados, que apontam o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira.” (SANTOS, 2004, p. 118)

A chamada Revolução Verde, ocorrida nos países periféricos a partir da década de 1950, consistiu na adoção de práticas agrícolas fundamentadas no uso predatório de agrotóxicos e na intensiva mecanização do campo, amparada na promessa de aumento de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome. No entanto, passou a apresentar em 1980 limites de crescimento. Dando abertura posteriormente ao surgimento dos CAIs, tendo como resultado para o trabalhador rural, a expulsão pela expropriação de seu espaço.

Não se pode pensar que esse tipo de modernização seja vantajoso para o Brasil, pois gera efeitos colaterais para a sociedade. O desemprego gerado pela liberação de mão-de-obra rural e as questões ligadas à posse de terras ainda persistem, e no caso brasileiro vêm se agravando, pois com o auxílio do Estado, as grandes corporações agrícolas vêm tomando o espaço produtivo do território brasileiro.

Além disso, há problemas graves em relação à ecologia, a destruição do meio ambiente, erosão do solo, a disseminação predatória na utilização de agrotóxicos, a proliferação de novas pragas e doenças, e a discutível e obscura qualidade dos alimentos industrializados, as conhecidas comidas congeladas, que em sua maioria não apresentam em seu rótulo a “informação nutricional” pois são compostos de efeitos danosos à saúde humana. (PESSANHA, 2003)

Por outro lado, sabemos da importância da utilização dos sistemas *técnicos-científicos-informacionais* no espaço rural brasileiro para a economia de algumas regiões do país, como no caso do pólo agroindustrial de Juazeiro - Petrolina às margens do rio São Francisco, onde a tecnologia de irrigação criou uma forte produção de hortifrutí em meio ao semi-árido nordestino.

“O governo tem implantado diversos perímetros públicos irrigados e promovido outros estímulos governamentais para a iniciativa privada no setor agropecuário, consubstanciados na oferta e no custo do crédito e condições de financiamento de investimento. Através dessas iniciativas, o governo tem criado importantes Pólos de produção agrícola no que diz respeito às pequenas, médias e grandes empresas de produção de frutas e hortaliças”. (CORREIA, ARAÚJO, CAVALCANTE, 2001)

Um fato inegável é a excepcionalidade desse exemplo, pois em sua maioria a agroindústria criou um sistema agrícola monocultor, no qual controlam as fases de produção de alimentos, ofertas e preços com práticas oligopólicas.

Ainda hoje, temos no Brasil a permanência de imensas reservas de trabalhadores rurais vivendo em situações precárias. Para o trabalhador do campo, existem dois valores importantes, porém muitas vezes incompatíveis: a renda e a produção.

A desigualdade em torno da repartição de terras favoreceu o universo dos grandes proprietários, que em número reduzido controlam grandes extensões, não conseguindo portanto utilizar produtivamente toda a terra, e ao contrário destes os trabalhadores rurais são numerosos, e se utilizam de pequenos lotes para assegurar a subsistência familiar.

Estas discrepâncias sociais trazem inúmeras conseqüências não só para o setor agrário, mas também para o urbano, levando muitas famílias interioranas ao êxodo rural, ocasionando um quadro social mais dramático: marginalidade urbana, precárias condições de habitação e saúde (ABREU, 1994). Formam-se áreas de exclusão sócio-espaciais nas cidades, as favelas, onde a ausência do poder público dá lugar ao narcotráfico, compondo um cenário de violência cotidiana.

A mobilização da luta pela terra é o embate de interesses nas escalas, local e global, e é no vivido que todos os confrontos se explicitam gerando mobilização social, a fim de que o trabalhador rural exercite seu direito a dignidade em uma sociedade democrática, ocupando o latifúndio improdutivo. E com isso trabalhar para a valorização do homem e desmistificá-lo para que não continue sendo tratado como peça de reposição, desenvolvendo um projeto popular de educação para o campo, uma proposta de inclusão social que possa proporcionar bem-estar à todos. Apresentando ao homem do campo uma perspectiva de futuro pela participação popular, dialogando com as particularidades do lugar, como a cultura, cooperativismo e o trabalho. Nesse sentido, nos esclarece Milton Santos:

“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.” (2007, p.41)

A apropriação social do espaço mediante aos conflitos conduzidos pelos movimentos sociais provoca ruptura com a ordem e o consenso vigentes. Nesse sentido, a abordagem do espaço rural, fica excluída à dicotomia representada pela consideração, em separado, da população rural das atividades agrárias, uma vez que a concepção de desenvolvimento rural envolve não só a melhoria das atividades econômicas, mas também as sociais, sendo fundamental a questão da educação.

Inicialmente, o MST, estigmatizado como violento e indisciplinado, é marginalizado pelos veículos de comunicação, principalmente a Rede Globo e Revista Veja. A assessoria de imprensa do MST critica o tratamento desigual dado as suas mobilizações em relação às grandes empresas agrícolas. Chamando a atenção para o fato de que as manifestações do Movimento são sempre divulgadas com os verbetes "Invasão" e "Terra sem lei", enquanto os proprietários agrícolas são vitimizados. Este tipo de imprensa vem contribuindo para a criminalização dos movimentos sociais no campo.

A grande mídia muito contribui para essa visão distorcida, de homens com foice na mão, invadindo as terras de “pobres” fazendeiros de várias regiões do Brasil. Mais tarde, com os vários massacres, os Sem-Terra despertaram a simpatia popular e dos partidos de esquerda. A imprensa também começou a perceber que não se tratava de um movimento desorganizado, pois, nos assentamentos produzia-se, onde antes eram terras improdutivas. Dentre vários os papéis que representam esses assentamentos, o mais importante é a socialização e o desenvolvimento de uma parcela esquecida da população, excluída dos mais básicos direitos.

Nos primeiros anos da intensa migração campo-cidade, ou seja, no período desenvolvimentista do governo Juscelino Kubtschek, nos primórdios dos anos 1950, a cidade absorvia uma grande quantidade desses trabalhadores empregando-os na construção civil, pois o Brasil vivia a época dos grandes projetos de infra-estrutura. À medida que se desenvolveram as indústrias, os transportes, as obras públicas e a construção civil, a agricultura liberou a mão-de-obra necessária.

A legislação trabalhista que surgiu na esteira do capitalismo industrial brasileiro se estendeu somente para os trabalhadores urbanos. No campo ainda persistiram e até hoje continuam os sistemas de colonato, parcerias, e os bóias-frias, que são em muita das vezes trabalhadores contratados sem nenhum vínculo empregatício.

Os encarregados pela contratação de bóias-frias nas pequenas cidades circunvizinhas as fazendas são conhecidos como gatos. São responsáveis por contratar, transportar, fornecer moradia e alimentação aos bóias-frias, sendo verdadeiros agenciadores dos usineiros e fazendeiros. Esse tipo de sistema de trabalho muitas vezes leva a dependência, já que os lucros do aluguel, da alimentação e até da própria produção do bóia-fria ficam com os “gatos” e o trabalhador se envolve em dívidas contraídas com a sua própria alimentação e hospedagem. O bóia-fria é mais uma forma de exploração do trabalhador rural.

Nos últimos anos vem aumentando as denúncias de casos de bóias-frias sob exploração de trabalho escravo ou semi-escravo, o que faz destes trabalhadores um alvo constante na luta pelos direitos trabalhistas.

A mídia tem noticiado diariamente o que acontece com os cortadores de cana, sobre as causas de estresse e o excesso de trabalho, podendo levar a morte por sobrecarga de trabalho, conhecida como *birola*. Os trabalhadores são submetidos a uma carga de trabalho desumana, pois as jornadas impostas são demasiadamente longas. Para suportar tal situação, muitos trabalhadores recorrem às bebidas alcoólicas e às drogas, que levam à degradação e até à morte. Muitos chegam a utilizar crack para conseguir cortar, no facão, de 12 a 20 toneladas por 12 a 15 horas diárias de cana exigidas pelos usineiros. (*GLOBO ON LINE, 2007*)

Com a rápida modernização do trabalho urbano, com o surgimento da informática e a recessão nos anos de 1980, o mercado de trabalho começou a exigir uma maior qualificação do trabalhador. Com o peso da dívida externa e os sucessivos aumentos do preço do petróleo no mercado internacional, o Brasil viveu nos anos de 1980 um período conhecido como década perdida. Houve forte retração na produção industrial, desempregando e impossibilitando a absorção de novos trabalhadores.

A possibilidade de o migrante rural conseguir um emprego na cidade tornou-se um sonho quase irrealizável. Assim, perder o emprego no campo tem um significado de extrema gravidade, pois a dificuldade de adentrar no mercado de trabalho urbano obriga o trabalhador rural a permanecer no campo, em trabalhos muitas vezes degradantes e rotinas desumanas, na luta para o sustento de sua família.

Por esse motivo, o imobilismo causado pela miséria foi se transformando em movimentação popular, e os trabalhadores rurais começaram a promover organizações para exigir dos governos uma política que garantisse a sobrevivência e a dignidade da população do campo e que permitisse o acesso à terra. Assim, intensificou-se a luta por uma Reforma Agrária ampla. A sua realização adquiriu caráter de urgência evidenciada nos conflitos pela posse da terra em diferentes regiões do território brasileiro.

O modelo econômico de Estado Mínimo é o que sustenta a aliança entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitais nacionais e as grandes empresas transnacionais como as americanas Cargill e Monsanto, a holandesa Bunge, as suíças Syngenta e Nestlé, as francesas Louis Dreyfus SAS e Danone. A Parmalat merece destaque, pois decretou falência e posteriormente descobriu-se que foi uma estratégia financeira fraudulenta. A empresa italiana com grande operação no Brasil revela mais uma vez a facilidade com que empresas do capitalismo globalizado se apóiam no sistema econômico internacional. No Brasil as nativas Sadia, Maggy e Perdigão imperam com o aval técnico-científico da Embrapa, e com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional, como os bancos Bradesco, Itaú, Unibanco, Real.

“Os CAIs no Brasil são grupos poderosos econômica e politicamente. Alguns controlados por multinacionais, alguns de capital nacional. Eles têm interferido em várias políticas públicas e, em função disso, principalmente nas décadas de 1970 e 1980 conseguiram crescer em número, importância e poder.” (IÓRIO. 1994, p. 141)

Hoje, o latifúndio se mundializou. Não é simplesmente o envelhecido modelo coronelístico. O latifundiário é agora a união de bancos, de grandes multinacionais com o antigo modelo conservador. A agricultura moderna transformou a produção agrícola em um negócio altamente rentável, que movimenta o mercado nacional e mundial. No caso nacional vem garantindo o *superavit* da balança comercial, batendo recordes de exportação devido ao crescimento das vendas de *commodities* e a ampliação de mercados. Diante disso, o agronegócio exportou produtos florestais, madeira e celulose, carnes bovina e de frango, café, açúcar e álcool. Na liderança de vendas está o mercado da soja que vai do grão, farelo e óleo. (MDA, 2007)

Um modelo dessa configuração agrária é o Grupo Maggi, dirigido pelo atual governador do estado de Mato Grosso, o engenheiro agrônomo Blairo Maggi, eleito até

2011. É considerado o maior produtor de soja do mundo. O Greenpeace acusa Blairo de ser o empresário que mais contribuiu para o desmatamento amazônico, causando grandes impactos ambientais com a expansão da monocultura da soja. (GREENPEACE, 2007).

De acordo com o IBGE e o Ministério do Meio Ambiente, em 2007 a expansão da fronteira agrícola para o cultivo de soja na região obedeceu ao ritmo médio de 18% ao ano, entre 1990 e 2006. No mesmo período, a participação do agronegócio produtor do grão, substituiu a floresta, saltou de 14% para 29%. Diante dessa pungente economia agrícola está a irônica necessidade de importação de produtos da cesta básica, arroz, feijão, milho, trigo e leite. O avanço da fronteira agropecuária na Amazônia tem favorecido de igual modo a consolidação da concentração fundiária e os freqüentes conflitos de terra na região. (SERVOLO, 1996)

Também a pecuária migrou para a Amazônia, adicionando maior pressão ambiental à biodiversidade. O grande problema na criação de gado no Brasil está na criação extensiva do rebanho, que se utiliza de grandes áreas de pasto para pouca rês. Além da subutilização da terra, a pecuária extensiva exaure o solo pelo pisoteio do gado, elevando-se os custos de recuperação dessas áreas. Segundo IBGE: “No acumulado de 2007, foram abatidos 23,3 milhões de bovinos.”(2007). Na estimativa baseada no sistema de detecção do desmatamento, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE 2008) aponta que o desmatamento na Região Amazônica pode ter atingido 7.000 km². Sendo em maior parte ocorridos nos estados de Mato Grosso (53,7%), Pará (17,8%) e Rondônia (16%). Nesse sentido, nos esclarece a organização não governamental WWF-Brasil: “Essa expansão, ao não considerar a perda dos recursos naturais em sua contabilidade, tem gerado constantemente fortes impactos negativos no meio ambiente, o que no futuro prejudicará também o próprio setor agropecuário.” (2008).

As políticas neoliberais vêm se tornando cada vez mais hegemônicas. Identificam-se, nesta atual etapa do desenvolvimento capitalista, novas formas de flexibilização do trabalho, privatizações e a internacionalização da economia, e com isso crescem no cenário rural as megacorporações agrícolas. Enfim, tratam-se de substituições de formas tradicionais de Estado, por formas globais de se governar as práticas de mercado, no sentido de se reorganizar os Estados para que as condições de livre circulação de mercado sejam facilitadas.

O universo do consumo constrói-se enquanto instância legitimadora da globalização, que se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tal como a escola. O eixo deste movimento de internacionalização financeira, industrial e de mercados parece ser a tendência à transformação das relações sociais, dos costumes e dos valores em mercadorias, fortalecendo o domínio do mercado.

A globalização se trata de um processo, não implicando em homogeneização do planeta e todas suas regiões. Podemos falar com um pouco mais de segurança, de uma técnica, entretanto não de uma cultura, cada vez mais hegemônica.

Nesse sentido, o processo de globalização na agropecuária é particularmente irregular na medida em que não consegue alcançar todos os setores econômicos igualmente. Afinal, intervêm fatores específicos que dificultam ou retardam a sua internacionalização.

Os conflitos sociais no campo, que não são uma característica exclusiva de nosso tempo, mas sim de toda a história do Brasil, surgem num contexto de concentração fundiária, desemprego, miséria e violência no campo. Com o objetivo de democratizar e modificar a ordem estabelecida, em busca de mudanças na luta pela terra e por inclusão social cidadã. “*A terra é do Homem. Não é de Deus nem do Diabo*”, lembra-nos, o grande cineasta Glauber Rocha, com seu filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”.

O pequeno produtor, vivendo uma realidade precariamente incluída na lógica capitalista, não via necessidade de maiores investimentos em formação profissional. Era um aprendizado de pai para filho ou de técnicos do governo que iam ao campo ensinar novas práticas como os projetos de extensão rural. O legado profissional exerce papel principal na formação do trabalhador rural, cuja identidade se constrói com base neste “saber fazer”, enraizado na tradição familiar. Quanto aos sindicatos de trabalhadores rurais, observava-se pouca preocupação com a questão da educação para o trabalhador rural.

A mão-de-obra qualificada hoje aparece como um elemento primordial, o que demanda maiores discussões acerca da qualificação e educação do trabalhador rural, seja ele um pequeno produtor ou um assalariado. O grande e talvez maior problema do agronegócio seja o seu caráter competitivo e desleal com a agricultura familiar, que oferece à população, produtos de maior qualidade, muitas das vezes livres de agrotóxicos e transgênicos.

Dentre os mais recentes movimentos revolucionários do campo, o MST faz um papel de liderança como o maior e bem sucedido movimento social. Estudar a organização, seus programas de educação para o campo e seus métodos de luta são hoje prática corrente nos institutos de pesquisa do Brasil e do mundo. Militantes e pesquisadores de todo o Brasil e até de outros países têm freqüentado as escolas do MST e se engajado em atividades conjuntas.

Com ideal revolucionário de transformação social pela luta dos oprimidos, o MST com sua capacidade de renovação de idéias, oxigenando o motivo de suas lutas e investindo em formação técnica e política dos seus integrantes, vem elaborando debates sobre a Questão Agrária, pondo mais uma vez a Reforma Agrária na pauta de discussão nacional.

Nos últimos anos vem propondo alternativas para a educação associando o debate sobre a Reforma Agrária a um programa consistente de educação para o campo, intensificando a campanha pela erradicação do analfabetismo nos acampamentos e assentamentos, promovendo um programa de capacitação profissional para as áreas rurais, auxiliado pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária).

O PRONERA foi criado a partir das pressões advindas do encontro de educadores da Reforma Agrária no ano de 1997. O Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), promovido em parceria do MST com o Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), a Universidade de Brasília (UNB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e outras instituições, foi criado em 1998 a partir das lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação de qualidade.

“O PRONERA como um programa de educação que resultou das reivindicações dos movimentos sociais do campo adotou uma concepção curricular interdisciplinar com eixos temáticos extraídos da realidade, ou que possibilitem uma discussão da experiência dos educandos e às necessidades das comunidades. Essa tem sido uma preocupação dos movimentos do campo, como salienta uma liderança do MST.”. (BATISTA, 2007)

Seu objetivo é fortalecer o campo, não somente pelo viés agroexportador, mas também pelo seu caráter de espaço de vida em todas as suas dimensões, sejam elas econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais, concebendo propostas para políticas públicas específicas de educação em áreas de Reforma Agrária.

O Programa apresenta como objetivo geral, o estímulo ao ingresso escolar nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais e utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo.

Esse programa compreende que o modo de vida do povo do campo tem especificidades quanto à maneira de se relacionar com o tempo-espaço, o ambiente, a organização familiar, a comunidade, o trabalho, e a educação, o que lhe permite a criação de uma identidade cultural própria.

Deste modo, o PRONERA realiza práticas e reflexões teóricas em Educação do Campo, tendo como fundamento a formação humana como condição primordial e pelas relações solidárias e responsáveis no processo de reorganização sócio-espacial em que vive o homem do campo.

O MST tem materializado nos assentamentos, a construção de um lugar de espacialização, é o lugar concebido na mobilidade constante. O assentamento como lugar social de luta constante por transformações socioeconômicas na estrutura social brasileira. *“É, contudo o espaço que é o domínio estratégico por excelência, o lugar, o terreno onde se defrontam as forças em presença, e onde se travam as lutas atuais.” (LACOSTE, 1988, p. 142)*

1.1 - A LUTA POR UM “LUGAR” DE DIGNIDADE

“Somos condenados a fazer o caminho caminhando, não raro na noite escura, sem ver claramente a direção e sem poder identificar os empecilhos. Precisamos crer e esperar que o caminho nos conduza a algum lugar que seja bom para se morar e demorar nele”.

Leonardo Boff

Um pedaço de terra que o povo assentado recebe fruto de muitas lutas em ocupações, pondo abaixo porteiras, símbolo de um pretense território de uma oligarquia anacrônica, fincando estacas no chão batido e cobrindo-as com lona preta, sem nunca esquecer de fundar um lugar encravando no solo sua bandeira, um sinal de um espaço conquistado. Passando a peleja do sol e o aguaceiro das chuvas, que é até boa quando não vem dos olhos. Luta itinerante, de acampamento em acampamento até a vitória com um pedaço de terra a fim de plantar o pão e cultivar raízes, enfraquecidas, mas ainda persistentes, de trabalhador rural. Herança de uma identidade coletiva, não esquecida na cultura do povo do interior do Brasil. Terra que na maioria das vezes, é exaurida pelo latifúndio produtor da fome dos desterrados, que deixa à mingua uma miríade de subsistentes. Cheia de signos, símbolos e significados, a terra é prenhe de gente, brava gente que resiste no quinhão conquistado.

Quando David Harvey trabalha a possibilidade de transformação do mundo a partir do utopismo dialético, nos remete a idéia de que devemos sempre estar almejando nossos objetivos, para não estagnar e sim caminharmos rumo a uma grande transformação. Essa transformação, segundo Harvey, poderá surgir do particularismo militante, que se dá no âmbito do local. Nesse local onde as relações se produzem e reproduzem contra a homogeneidade imposta pela globalização, criando-se um lugar de resistência.

Portanto, a educação definida coletivamente pelos sujeitos do campo, não cabe sem os sujeitos do campo ou para os sujeitos do campo, mas com os sujeitos do campo, uma educação que entenda o campo como o espaço de existência íntima, onde vivem os sujeitos

do campo, são esses os protagonistas da educação que se realiza no MST. Mas é importante observar que existe uma orientação para buscar conexões não apenas com a realidade do lugar, mas sim com problemas nacionais e internacionais, transitando entre o universal e o particular. Podemos ver que David Harvey coaduna com essa idéia quando diz:

“A dialética tem utilidade aqui. Ela ensina que a universalidade sempre existe em relação à particularidade: não é possível separá-las, ainda que constituam momentos distintos de nossas operações conceituais e nossos engajamentos práticos. A noção de justiça, por exemplo, adquire universalidade por meio de um processo de abstração de casos e circunstâncias particulares, mas volta a particularizar-se e é concretizada no mundo real por meio de práticas sociais.” (HARVEY, 2004, p.316)

Com a globalização aposta-se na possibilidade de homogeneização, a fim de substituir as relações sociais necessárias para o particularismo militante por meras relações de mercado, fazendo com que as pessoas não se dêem conta das transformações ao seu redor sendo reduzidas a engrenagens do modelo econômico vigente.

O particularismo militante rompe com a padronização a partir da associação de alguns moradores de uma determinada rua, bairro, ONGs, associação de moradores e os integrantes do MST. Esses agenciamentos têm como objetivo reivindicar direitos, valores, desejos que cada vez mais então sendo expropriados em âmbito global.

Em *Globalização e Estratégia Política*, Jameson conceitua os cinco níveis distintos da globalização, que segundo o teórico estão devidamente conectados os níveis, tecnológico, político, cultural, econômico e social. E a partir disso, articular possibilidades de uma política de resistência.

As tecnologias de comunicações e informação têm impacto na produção e na organização industrial, assim como na comercialização dos bens. No plano político, a questão predominante é a do Estado-Nação. Jameson faz alguns questionamentos sobre a política de expansão da potência econômica e militar dos Estados Unidos e aponta a padronização da cultura mundial e as formas de cultura locais populares ou tradicionais sendo arrasadas para dar espaço à programação televisiva, à música e ao cinema norte-americano, que tem sido considerado o verdadeiro cerne da globalização, o que nos permite vislumbrar o cultural e o econômico manifestando-se a nível social. Com isso, questões culturais tendem a transbordar para as esferas econômica e social, a cultura se torna economia, e essa economia específica determina claramente as agendas políticas.

Uma outra dimensão da globalização econômica é a chamada cultura de consumo, que teve sua origem nos Estados Unidos e outros países centrais, e que hoje é sistematicamente difundida por todo o mundo.

Resta agora examinar se o sistema de análise que acabamos de desenvolver desmembrando os distintos níveis de globalização, o tecnológico, o político, o cultural, o econômico e o social, e identificando as interconexões entre eles pode também contribuir para a determinação de uma política capaz de oferecer alguma resistência à globalização. (JAMESON, 2001)

Sob outro ponto de análise, a globalização é vista como um discurso que explicaria um fato. A mundialização seria o fato, entendido como a interação permanente de culturas e de mercados a partir das Grandes Navegações. Segundo Darc Costa ex-vice presidente do BNDES “a mundialização é um fato, um processo que teve seu início há pouco mais de quinhentos anos e que vem ganhando passagem e avançando desde então” (2002, p.128).

Tanto a mundialização como a sua forma mais recente do capital, a globalização, não passam de manifestações de um fenômeno mais essencial, que é a ampliação dos mercados, “em suma, aceitemos a hipótese de que o desenvolvimento da navegação aérea e da comunicação por satélite, aliado à relativa paz universal durante o último meio século, elevou a integração financeira, econômica e cultural a um patamar mais elevado” (SINGER, 2002).

É essencial consideramos que tiranias alimentam-se das interpelações entre política, economia, tecnologia e cultura para reduzir o homem à mão-de-obra, a terra em mercadoria e a natureza em matéria-prima sob a égide da economia mundo, tornando-se governos hegemônicos, exercendo funções de liderança e poder sobre as nações soberanas sob a alegação de representar o interesse mundial, difundindo o discurso ideológico de serem os paladinos do progresso. Quando esses discursos forem reconhecidos como fraudulentos, estará criada uma situação de resistência desencadeada pelos movimentos de luta e resistência às ordens impostas.

O desafio é intensificar as brechas que esse sistema deixa a partir dessa complexa articulação, criando oportunidades de atuação de luta contra hegemônica. O cotidiano do lugar é o palco criativo de formulações alternativas, em que o homem pode tomar partido de causas que realmente interessam. Na escala local, o homem pode de fato exercer sua

cidadania a partir da sua valorização como sujeito social participativo no processo de construção da sociedade democrática, e não a ilusão participativa que esta posto no cenário político brasileiro. Nesse sentido, no caso do capitalismo tomando todo espaço mundial, a contradição está na mudança a partir das escalas menores de atuação.

A *economia solidária* defendida por Paul Singer é uma prática de produção que leva em consideração a anticompetição, ou seja, a solidariedade se revela mais eficiente, pois um grupo de trabalhadores pensa e discute sua auto-gestão. Uma empresa solidária é basicamente dos trabalhadores e sua finalidade fundamental não é a maximização dos lucros e sim qualidade do trabalho. O excedente anual tem seu destino decidido em coletivo, podendo ser investido em saúde ou educação. A idéia de economia solidária como estratégia ao atual desemprego propõe novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta à que rege o mercado capitalista, fazendo uso da prática solidária em lugar da competição.

As cooperativas agrícolas são o exemplo emblemático defendido pelo MST, nesse modelo de produção podem ser identificadas uma série experiências, sendo a agroecologia uma delas. Possuem em sua constituição princípios e inspirações socialistas na qual os fatos econômicos não são vistos somente como um fim, mas também como um meio de sobreviver no mundo capitalista globalizado.

A procura de alternativas face aos efeitos excludentes do capitalismo, inspiradas nas teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária não é uma descoberta atual. Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Neste sentido, as cooperativas de trabalhadores visam superar a divisão entre capital e trabalho e o esquema de propriedade individual e a administração hierárquica que são características das empresas convencionais.

O cooperativismo deu origem a experiências exemplares de economia solidária, converter-se numa alternativa importante face ao setor capitalista da economia nacional e mundial. Hoje, o cooperativismo é como um projeto não concluído de globalização contra-hegemônica, baseado em princípios de solidariedade e democracia participativa. Perante o fracasso das economias centralizadas e o avanço do capitalismo de corte neoliberal, os

movimentos sociais em todo o mundo recorrem cada vez mais à tradição de pensamento associativo e às cooperativas de organização econômica.

Embora estejam regidas por valores e princípios não capitalistas, contrários à separação entre capital e trabalho, as cooperativas são sempre concebidas e operam como unidades produtivas que concorrem no mercado. O desenvolvimento alternativo e o cooperativismo têm se centrado no âmbito local. Diante disso, as cooperativas se defrontam cada vez mais com a necessidade de concorrer com o mercado capitalista para sobreviverem e atingirem os seus objetivos emancipatórios. Enquanto permanecerem às margens da economia, as referidas organizações continuarão a ser, na maioria dos casos, meios de sobrevivência. Por esta razão, as propostas de desenvolvimento alternativo devem ir mais além do local e estabelecer vínculos entre as iniciativas econômicas locais, nacionais e globais.

Essa tática emancipadora capaz de movimentar-se na fluidez das diferentes escalas, desde o local até ao global, e vice-versa, representa uma alternativa viável diante à globalização. Como sempre defendeu Milton Santos, é nesta estratégia que se encontra a possibilidade de gerar formas por uma outra globalização.

A cooperação agrícola ainda é vista com certa desconfiança por parte dos militantes e dirigentes do MST (SPCM, 2004), e ainda há dificuldades de estruturar organizações econômicas, tanto na cooperação da produção coletiva, no processamento da produção e na comercialização de produtos dos assentamentos, como os produtos “*Terra Viva: Produtos da Reforma Agrária*”. É comum no setor de produção do Movimento a idéia de que sem cooperação o projeto perde força e a demanda pela Reforma Agrária se enfraquece, uma vez que se torna difícil demonstrar a viabilidade e necessidade de alternativas populares nas relações sociais e produtivas no campo. “*Alguns elementos a serem levados em conta: melhoria na eficiência econômica (escala de produção, tecnologias, assessoramento); melhoria na capacidade gerencial; maior indução à criação de novas experiências (via ações de formação e via linhas de crédito)*” (SPCM, 2004).

A cooperação entre as famílias assentadas deve ser capaz de trazer melhoria na qualidade de vida da comunidade, e também deve propiciar a geração de recursos e contribuições para a estruturação e no processo de consolidação do MST. Isso pode se dar via formação de militantes e técnicos agrícolas, no litigar de recursos públicos e políticas

públicas que fortaleçam a produção camponesa. É necessário estimular os valores da solidariedade e cooperativismo às famílias que ainda não conquistaram a terra, e em todo o conjunto da classe trabalhadora.

O aumento das desigualdades econômicas e sociais no Brasil e no mundo tem levado muitos intelectuais a busca da construção de teorias alternativas à visão convencional. Uma das mais difundidas é a chamada economia solidária, que trás à tona o cooperativismo. De uma forma objetiva, procura se valer do ideal de solidariedade dos indivíduos para tentar garantir a sua subsistência em meio a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais adversos. Há, porém diversas formas de cooperativismo, e é importante diferenciarmos as cooperativas tradicionais das cooperativas em assentamentos de reforma agrária aqui apresentada no terceiro capítulo deste trabalho.

Percebendo que nesse sistema os indivíduos se reduzem a meras engrenagens, peças de reposição, a mobilização popular é o único caminho, lutando localmente por uma identidade política atuante, em um mundo globalizado em que o sistema se aproveita de tudo para se perpetuar. Recorrendo a particularidades, criatividade ou formas de liberdade, como ocorrem no lugar. Se a construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de patrimônio sócio-histórico, e se a capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos “lugares de memória”. A subjetividade fomenta a noção de pertencimento, uma relação com o vivido, criando um espaço concebido, dando sentido de pertencimento ao lugar.

Neste contexto, as idéias a respeito do espaço nascem dos homens, não somente com relação aos laços de afetividade e subjetividade que os unem ao lugar, mas também desde os aspectos mais comuns do cotidiano, sendo uma referência de valores e sentimentos. O lugar lembra as experiências e aspirações dos homens, sendo assim essencial para a sua singularidade.

Mas cabe aqui distinguir espaço de lugar, cada qual com sua universalidade e particularidade. Um local pode ser um espaço em um momento e tornar-se um lugar em outra ocasião. O espaço é estranho, frio, é um conjunto indissolúvel, resultado de fenômenos naturais e ações humanas. Representa a totalidade nas quais todas as relações sociais fazem parte, sendo produzido no tempo. O lugar é a tranquilidade, a segurança.

Tempo e lugar são inseparáveis, por isso se conceitua como espaço vivido. Sendo o lugar o palco de existência legítima, nele ocorrendo a vida do dia-a-dia, das experiências. Assim cria-se uma percepção, uma identidade com o local, transformando-o em lugar, pois remete a determinadas vivências com as quais nos reconhecemos.

São as lembranças guardadas na memória e os vínculos com os outros que estabelecem uma conexão com o lugar. O espaço vivido reconhecido como lugar, enfatiza as experiências pessoais ligadas a valores e ao modo como os moradores de assentamentos percebem a Educação do Campo como ferramenta de resistência e luta no seu ambiente cotidiano. Refletindo sobre a vida cotidiana nas metrópoles, Ana Fani comenta sobre o mundo da mercadoria: *“O esvaziamento das relações sociais, pela redução do conteúdo da prática sócio-espacial. Neste plano da realidade, o lugar da vida, transformado, adquire a característica de um espaço amnésico em sua relação direta com o tempo efêmero – essa nova relação espaço-tempo redefini as relações sociais.”* (1996, p.19)

Ao tratar da análise educacional, vislumbra-se a necessidade de considerarmos a percepção dessas pessoas sobre a interferência das práticas educativas no seu espaço vivido. O tema estudado também utiliza-se da perspectiva de Tuan (1983), que contribuiu para o desenvolvimento desse tema, as percepções do lugar, fortalecendo a análise espacial humanista, entendendo que as atividades e os fenômenos geográficos revelam as características da consciência humana. Ao conferir significado ao lugar como conceito de estudo, Tuan expõe que há uma relação afetiva deste com o indivíduo, marcada por suas experiências pessoais ligadas a valores e ao modo como percebe o espaço.

Levando em conta que o espaço vivido abordado por Tuan tem suas reflexões numa abordagem fenomenológica marcada pela afetividade ao lugar, esse autor nos esclarece:

“As relações de espaço e lugar, na perspectiva da experiência, significa que o espaço freqüentemente se funde com o de lugar. O conceito de espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor, quando o preenchemos de valor.” (TUAN, 1983, p. 6).

Neste trabalho utilizaremos as concepções do espaço vivido de Milton Santos, e a perspectiva fenomenológica de Yi Fu Tuan contribui como ilustração de uma outra percepção do lugar. O lugar nesse trabalho é compreendido como uma distinção e também alvo dos efeitos da globalização. Uma vez que sendo o mesmo um fragmento do espaço,

faz de uma totalidade sócio-espacial, articulado e determinado por essa totalidade, com essa articulação se obtém expressão do global no local, portanto sem anular suas particularidades.

Atualmente, a análise do lugar é amplamente utilizada nas ciências humanas como conceito essencial, passando a ser estudada de forma ampla. Lugar constitui a dimensão da experiência, manifestando-se por meio do cotidiano compartilhado entre pessoas. Deste modo, é o palco da vida em comum, singulariza-se a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas. Logo, se refere à reflexão da relação que os indivíduos têm com o mundo. *“O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história...”* (SANTOS, 1991, p.35).

O lugar força uma sensibilidade espacial de uma outra dimensão da vida, pois se refere ao espaço vivido. Implica na compreensão do lugar como espaço de influência mútua entre objetos e pessoas. Com isso o lugar se mostra forte na resistência à conjuntura atual do modelo global, globalizador. Lefévre (1976) entende o espaço como mediador, reflexão acerca da “dialética” e “espaço”. O espaço, nessa perspectiva, é o lugar da reprodução das relações sociais de produção e da reprodução da sociedade. Uma escala mais próxima para entender as dimensões de diferentes espaços, definido por Santos como:

“O lugar é o quadro de uma referência pragmática de mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1999, p. 258).

O espaço não é um pano de fundo, neutro. Não é apenas um reflexo da sociedade, nem um fato social apenas. O espaço é uma estrutura social dotada de uma dinâmica própria (SANTOS, 1986). Embora tratando de visões particulares do local, o modo com que elas são filtradas é afetado pelo contexto social e cultural em que estão inseridas na percepção do lugar. Destaca-se aí, o papel da Educação do Campo, elemento essencial na concepção de um espaço vivido que considera a participação coletiva, e somente uma leitura interiorizada da organização espacial entendendo o espaço vivido como o espaço de trocas de relações inerentes ao cotidiano, mencionando ainda que este espaço é construído

pela troca de significações, considerando o fato cultural como portador de sentido e gerador de significados.

“O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois ‘mundos’. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades.” (WANDERLEY, 2001)

Portanto, a percepção do lugar só se dá com o entendimento da relação global e local. Com isso, desenvolve-se uma identidade com o lugar, ou seja, um espaço concebido. Hall (1999) aborda o processo de globalização ao analisar as diferentes identidades no mundo moderno tardio. Para ele as sociedades modernas são frutos de mudanças estruturais e institucionais que levarão as identidades a se *descentrarem*, perderem um sentido de si mesmo, do mundo social e cultural, estabelecendo uma *crise de identidade*. (p. 8-9).

A formação de identidades, portanto, se faz nesse borbulho do encontro e do desencontro da globalização. Na sociedade moderna, as transformações deslocaram o indivíduo de apoios estáveis como as tradições, os costumes e estruturas que davam o suporte na construção do sujeito em si e no mundo. Hall cita a Reforma, o Protestantismo, o Humanismo Renascentista, as Revoluções Científicas e o Iluminismo como *movimentos importantes no pensamento e na cultura ocidentais*, que contribuíram para a emergência dessa nova concepção do *indivíduo soberano* no centro do Universo, investigando e decifrando os mistérios do homem, libertado do dogma e da intolerância a partir da razão, da ciência. (p. 25-26).

Por isso, a questão da identidade e do sujeito na modernidade chama a atenção de muitos estudiosos. Se pensarmos a identidade construída numa dinâmica multidimensional dentro de um contexto sociocultural interagindo com elementos subjetivos, vemos que no mundo moderno encontramos numa mesma pessoa identidades múltiplas, sem uma identidade fixa, essencial ou permanente, ela se torna descentrada, com diferentes posições.

A cultura do campo tem um modo particular de pensar as modificações e inovações sociais. Assim, desenvolve possibilidades históricas e de uma constante necessidade social de produção do novo. Contraditoriamente, se fundamenta em um estilo de vida tradicional e guarda valores da família, da comunidade, da terra, no cotidiano e em suas festividades.

Portanto, os camponeses buscam articular a sua inclusão inevitável no mundo capitalista com a preservação de valores comunitários.

Com os meios de comunicação, principalmente a televisão, a população rural vai aos poucos modificando seu tradicional estilo de vida, adquirindo desejos de consumo, próprios da população urbana. Com isso, o comportamento do homem do campo vai se moldando ao do urbano, perdendo significados e ganhando outros contornos. Reprováveis pelos grupos que acreditam que as idéias do urbano, seus hábitos e seus modismos desfiguram a realidade do homem do campo.

Deste modo, destaca-se o apreço pelo uso e consumo de produtos de necessidade secundária à sua realidade de homem do campo. Tal comportamento, no fundo beneficia apenas as grandes corporações do mercado, deixando na população rural somente a ilusão de participar da sedução irresistível do “moderno” auxiliada pela grande mídia.

O reconhecimento do lugar permanece no campo. Por esse motivo, os indivíduos que migram para as cidades, esperam recriar nas cidades a vida cultural, os hábitos, a musicalidade do campo. O sentimento nostálgico que envolve o homem do campo residente no urbano tem na música sertaneja, um estilo que canta os “causos” do campo de uma forma romantizada, mostrando o campo por um viés idílico. Com isso, a *Indústria Cultural* (ADORNO, HOCKHEIMER, 2006) aproveita-se desse fenômeno para produzir e expandir mercado, lucrando com o fato de que 80% da população brasileira residem em áreas urbanas e é fruto de êxodo rural relativamente recente.

As mídias recriam o campo, que o próprio projeto urbano-industrial destruiu, com as gravadoras lançando duplas sertanejas, produzindo um campo lúdico no imaginário urbano, com muita perspicácia empresarial aposta talvez sem conhecer o conceito que trabalhamos neste estudo. O lugar é transportado na mente das pessoas. Mostra que o homem além de ser fruto do seu tempo também é fruto do lugar.

Ainda que no local, apresente manifestações do global, é nele que as contradições efervescem, onde os conflitos entre as imposições do global e as resistências se efetivam, criando razão e emoção, dando sentido a uma trajetória de luta e resistência. Neste sentido, o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a globalização e o local, enquanto particularidade e vivências cotidianas. De acordo com Harvey:

“A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual dele. Do mesmo modo, todos os lugares ficaram vulneráveis a influência direta do mundo mais amplo graças ao comércio, à competição intraterritorial, a ação militar, ao influxo de novas mercadorias, ao ouro e a prata etc.” (2003, p. 221)

Na medida em que as técnicas foram sendo aperfeiçoadas pelo homem foi sendo permitida a produção acelerada do espaço, incorporando todos os pontos da superfície terrestre, possibilitando sua completa apreensão. Entendendo a face inteiramente contraditória do modelo capitalista, sob esse ponto de vista percebemos que o lugar seria reflexo dessa ambigüidade. Dito de outra forma, o lugar vem se apresentando como uma forma genuína de diálogo com o global, assim torna-se ainda mais singular, tendo uma gama extensa de especificidade, vai apresentando características exclusivas, pois a nível local cada lugar reage ao global de maneira própria, a partir de condições já existentes. Isto se refere à prática cotidiana, concepções que nascem a nível do vivido.

Os conflitos produzidos nos indivíduos do campo manifestam-se de muitas formas. Jovens que ambicionam os comportamentos urbanos, desejam e até desenvolvem padrões estéticos do modelo de vida urbana. Homens que pretendem organizar seu ritmo de trabalho a partir de uma lógica organizacional urbana, ou seja, no tempo do relógio e não mais no tempo da natureza.

Não é intenção desse trabalho julgar negativamente essas realidades comportamentais, entretanto, percebê-las como amostras de um momento sócio-geográfico em que elementos do global e do local se relacionam muitas vezes sem que as pessoas reflitam criticamente, valorizando as qualidades e as potencialidades locais, sem esquecer de que o campo ou a cidade não são espaços isolados e sim, ricos em relações recíprocas.

O modelo econômico atual trabalha no sentido de homogeneizar a totalidade mundial, funcionando sobre pilares construídos para um determinado fim, manter-se, extrair e acumular riquezas. O BIRD, FMI e a OMC são alguns desses pilares de sustentação sob influência das grandes corporações, lançando suas propostas e determinando um Estado-Mínimo, de modelo Liberal, para os países em desenvolvimento, ditando regras contratuais que cerceiam o crescimento sócio-econômico das populações dos países periféricos. Inseridos subterraneamente na lógica do mercado, esses países tornam-se importadores de quase tudo, pois esse sistema aleija sua iniciativa de desenvolvimento tecnológico, já que uma das regras ditadas por essa proposta é o enxugamento de recursos

para a área de educação, e sem educação não terão competência para fomentar ciência e tecnologia. Assim, permanece agroexportador com modelo arcaico, latifundiarista.

Pensar o lugar é pensar a história particular de um grupo se desenvolvendo, neste caso o MST. Dito de outra forma, este lugar vem se realizando a partir de uma cultura de luta e resistência, tradição de resgate de elementos históricos, linguagem e hábitos que vem sendo reformulados e construídos ao longo de vinte e três anos de MST. Ocupar um lugar no campo, um lugar que foi e continua sendo expropriado. Lugar do coletivismo, onde tenha educação para um projeto de sociedade justa, menos desigual, que possa proporcionar bem-estar à todos, que tenha uma educação que renuncie a tradicionalidade da formação para o mercado, são pilares defendidos pelo MST.

O indivíduo no lugar encontra-se rotineiramente com as mesmas formas da paisagem local, segue as mesmas veredas, e participa conscientemente das modificações, ou seja, reconhece o lugar. No urbano, a paisagem é a vitrine, que vê o indivíduo passar, cada lance de olhar, enxerga preço e desconto da mercadoria. A sedução do mercado envolve o homem numa lógica puramente mercadológica. Assim, não se reconhece, não participa, se torna só mais um cliente em potencial nas ruas da metrópole.

Ao migrar à Metrópole, o indivíduo certamente, deixa para trás uma cultura herdada para se encontrar em uma outra. Defronta-se com um espaço que não ajudou a criar, cuja história lhe ignora, pois sua vinda atende a outros propósitos. Assim, neste local estranho, sua memória recordará um outro lugar, o que lhe concebeu.

Cada lugar tem sua diferença em relação aos outros lugares, mesmo na sociedade capitalista atual, que atua na repetição regular das trocas mercantis que regem a vida rotineira. Como afirma Rui Moreira: *“a lógica da repetição é a regularidade da constância, porque é pela regularidade constante que o sistema como um todo pode se organizar e funcionar em caráter perpétuo”* (2006, p.149). Sendo a sociedade capitalista, organizadora da repetição e a regularizadora desses espaços de venda e troca, os padroniza com o intuito mercadológico, pois com um sistema homogeneizador, encontra facilidade na oferta de produtos.

É, contudo, na cultura da repetição, criada nesse sistema, que o capitalismo espalha-se pelo mundo globalizado. Entretanto, é no lugar que a contradição entre universalidade e particularidade se dá nitidamente. Sendo os lugares, os locais das possibilidades de

contestação, reação e agitação, dando resposta à cultura da repetição manipulada na globalização.

Assim, é notável uma articulação entre os lugares e a globalização continuamente. “*Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos.*” (SANTOS, 1991, p. 34). Hoje, muito mais que antes, a partir dos meios informacionais, essa articulação se torna cada vez mais interligada e interdependente.

As possibilidades de movimentação vão ocorrer no tempo do cotidiano das trocas, vivências que exigem uma outra velocidade, não a do relógio, ou seja, a do espaço-tempo da mercadoria. Esse tempo é encontrado no lugar de estabilidade, onde o indivíduo busca proteção, fugindo do não-lugar de onde ele se sente submetido “*à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero*” (AUGE, 1994 p.74). Afinal, no mundo globalizado, cada vez mais é reconhecida a necessidade dos indivíduos se encontrarem, no local, a fim de reconhecer seu lugar, espaço vivido, frente ao mundo.

O conceito de lugar, neste trabalho, trata-se de expressar além do sentido de orientação local, mas sim orientação subjetiva que se deriva da vida particular no local, no qual os indivíduos e as comunidades desenvolvem profundos sentimentos de apego através de suas experiências e memórias. A importância do sentido de lugar tem sido fundamental na geografia humanística, dando caráter dialético à relação dos indivíduos com o local.

Dentro dessa pesquisa, analisaremos o MST, como movimento social, que tem interesse na construção de uma educação popular no campo, valorizando as questões subjetivas dos indivíduos. Isso tem sido expressado sob a perspectiva de uma identidade coletiva Sem Terra, dando maior ênfase no respeito às tradições, nos valores e símbolos, seguindo o desenvolvimento de uma cultura que perceba na terra um lugar de esperança. Para isso, devem encontrar caminhos nas redes de solidariedades tecidas na vida cotidiana do lugar, pois as identidades são particularidades de cada lugar, constituídas pelos elementos o indivíduo e o local, criando sentido de lugar.

É importante salientar que o espaço da vida cotidiana, o lugar, é o espaço das práticas de trocas entre pessoas, é um espaço carregado de significados e também é delimitado. Nesse espaço, incorpora-se a idéia de local como uma forma de recortar no espaço uma parte que tem um significado fundamental para o entendimento de lugar, esses símbolos se dão através das trocas cotidianas dos indivíduos no espaço. É nas reflexões das

atividades do lugar que encontramos a saída da individualização para o processo de colaboração, processo que violará a dita ordem mundial.

“O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.” (MARTINS, 2000, p. 57)

Os movimentos de luta pela terra conseguem influenciar, não somente, na determinação das políticas agrárias, mas também de educação para o campo, assim como no processo de transformação social em todas as escalas. A multiplicação de movimentos sociais no campo evidencia a urgência de políticas de Reforma Agrária. Com o desenvolvimento dos movimentos sociais os acontecimentos em âmbito local, os conflitos do cotidiano, têm capacidade de influir na ordem instituída nas escalas, local e global.

Para os Movimentos cujo propósito é a Reforma Agrária, que na verdade é a capacidade em espacializar suas lutas, derivam da prática social de produção e reprodução no contexto da divisão social do trabalho. Com a grande concentração de terras, a luta por Reforma Agrária é, portanto para os movimentos socioespaciais uma questão vital. Aqui neste trabalho, ressaltamos o MST como um movimento sócio-espacial que reivindica o acesso ao espaço de trabalho para a dignidade do trabalhador rural. (FERNANDES, 2000)

O espaço vivido, o assentamento, é o lugar privilegiado de construção social. É nele que se constrói o cotidiano e se operam as trocas de saberes e vivências entre as pessoas. Diante disso, o conceito de espacialização só é esclarecido com a luta pela terra enquanto processo. Neste trabalho não entendemos os movimentos socioespaciais como sendo construtores de seu próprio território e sim como possibilitadores de espaços de reivindicação de direitos. Entretanto segundo Fernandes, os movimentos sociais ao construírem a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço:

“o espaço social concretiza-se geograficamente como lugar social nos processos de construção da luta. O lugar social revela-se como conquista das condições essenciais para o próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que o produz, pois é onde se desenvolve as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo”. (1999, p.23)

Assim, podemos pensar que a Educação do Campo defendida pelo MST concebe um espaço com troca de valores, saberes e técnicas para o espaço rural. Nesse sentido, a

educação proposta nos assentamentos do Movimento é elaborada para atuar de forma específica para transmissão de valores, saberes e habilidades com o regate das histórias de lutas e resistências que na maior parte não são contadas pela educação tradicional. Deste modo, indo ao encontro de uma Educação do Campo que produz espaço pela transformação social, “*a produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades.*” (FERNANDES, 2000).

Entendemos que a Educação do Campo a partir da pedagogia da terra trata, sobretudo, do trabalho cultural e educacional para entender o campo como espaço vivido. Ele não é apenas o espaço particular do latifúndio e das grandes corporações agrícolas, e sim, de toda população do campo, que insiste em permanecer na terra. A especificidade da educação nos Movimentos Populares é de propor uma outra educação que seja coerente com a cultura e os valores do campo, e que seja pública.

Salientamos como lugar, o espaço do cotidiano das trocas de saberes culturais, inerentes ao campo, que são desenvolvidas de formas espontâneas, ou intencionais, com o propósito de uma educação política pensada a partir da experiência do convívio, ou seja, valoriza-se além da educação formal, a educação na escola e fora do espaço escolar. Assim, a formação se dá também nas reuniões, assembléias, encontros, seminários, congressos e no dia-a-dia.

O processo de ensino e aprendizagem se estabelece no contato, no convívio, manifesta-se na relação do cotidiano particular do assentamento, pois existem significados próprios, reagindo positivamente ou refutando ao que vem dos “*espaços que mandam*” (SANTOS, 2004, p.265), demonstrando que a cultura local não é estática, mas sim móvel, plural, híbrida, onde o comando e a obediência local muitas das vezes oferecem respostas criativas.

Nesse sentido, a percepção do lugar é um processo educativo e cultural de apropriação e filtragem do global pelo lugar, onde o cotidiano cultural é percebido e seleciona, de acordo com seus próprios valores, o que pode ser assimilado ou dando outros sentidos, podendo se tornar um mero pastiche ou ganhar uma resignificação para o novo, mostrando diferentes formas de valor e uso do que vem de fora.

No cotidiano dos assentamentos, as relações entre os indivíduos e o assentamento favorecem na ousadia dialética do ensino e aprendizagem, à busca de processos educativos que desenvolvam também as possibilidades da educação não-formal, a fim de organizar os trabalhadores rurais na capacitação do olhar crítico de sua realidade. *“Assim, é possível dizer que a prática educativa se manifesta no cotidiano das relações que são desenvolvidas na escola do assentamento. Não como mera prática, mas como atitude reflexiva e criativa das atitudes que permeiam o processo pedagógico”*. (SOUZA, 2006, p. 47) Tendo em vista a importância do aprendizado político e militante dos assentados na ampliação de conhecimentos e preparação de técnicas educativas construindo espaços de formação, de trocas, mas também de fortalecimento da identidade coletiva que sejam fomentadoras de processos solidários caminha-se para a formação democrática.

“Quanto aos conteúdos desenvolvidos nos espaços educativos não formais, é possível afirmar que os mesmos permitem construir conhecimentos com conteúdos delimitados nos eixos temáticos organização (regras, diálogo, respeito); comunidade (experiências, objetos e diferenças); participação (poder propor, mudar, autonomia) e estratégias/resistências (alternativas para produção e negociação com os governos).” (SOUZA, 2006, p.47)

É no lugar que pode surgir a interdependência entre o indivíduo e o grupo, tendo resultado a solidariedade orgânica que nasce da teoria-ação no Movimento. O domínio da técnica para dirigir a natureza, na globalização do capital, desfaz o sentido de solidariedade orgânica dos processos históricos das formações locais. O espaço agrário se formata e se ajusta aos processos de modernização mercantil *técnico-informacional* e as cidades são programadas pelos processos de divisão social.

O sentimento da terra, do desejo de possuir a terra como fonte de liberdade e independência, existe no trabalhador rural como um sentimento de vinculação ao solo, a noção de pertencimento é muito maior no homem do campo que no urbano. O homem urbano só de maneira indireta percebe sua dependência em relação à terra, já o camponês tem a todo instante as inúmeras percepções que o envolve à terra. No seu rincão, o alimento que põe diariamente à mesa é o solo que produz.

Essa seria a grande diferença entre o espaço camponês e o espaço do agronegócio, o que diferencia o primeiro é a relação do homem com a terra, seu pago de esperança na subsistência, em sua permanência no campo, e o desejo de soberania alimentar ao território nacional. Sendo o outro, o território das megacorporações agrícolas que estão intimamente

ligadas à agroexportação de mercadorias, impondo o modelo agroindustrial, gerador de conflitos, com a classe trabalhadora do campo, e que pleiteia um outro modelo de desenvolvimento agrícola.

A abordagem do espaço local onde a heterogeneidade cultural está presente, não necessariamente descaracteriza o seu sistema sócio-cultural, pois ganha significado das pessoas locais. Neste caso, a cultura local, *cultura da vizinhança* (SANTOS, 2007) se mostra auxiliadora desse processo de relações sociais que se desenvolvem a partir da integração dos lugares à economia global.

Deste modo, o processo global, ao invés de diluir as diferenças pode propiciar o reforço de identidades locais pela noção de lugar. A *solidariedade orgânica* (DURKHEIM, 1995) é segundo esse autor, fruto das diferenças sociais, sendo essas diferenças o fator de união desses indivíduos pela necessidade da troca de serviços e pela sua interdependência. Os componentes da sociedade onde predomina a *Solidariedade Orgânica* estão unidos em virtude da divisão do trabalho social.

No entanto, na coletividade articulada no MST não apenas uma justaposição de indivíduos, ou grupos, classes sociais que compõem a sociedade. Nessa coletividade específica, pensasse na qualidade do processo de formação desse sujeito social Sem Terra.

“A expressão organicidade indica no Movimento o processo através do qual uma determinada idéia ou tomada de decisão consegue percorrer, de forma ágil e sincronizada, o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimento ascendente e descendente capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões.”
(CALDART, 2004, p.252)

O conjunto das ocupações e os assentamentos são, portanto, a espacialização do Movimento através dos processos de luta. O MST vem escrevendo no espaço social a sua história, e com isso espacializando a luta pela terra com características próprias instituídas pelas relações sociais que se dão na terra conquistada, pois fora conquistada com muita luta, demonstrando força e domínio de suas convicções. Deste modo, além de estarem na terra de conquista, podem permanecer nela, estabelecendo vínculos profundos, que vão além do objetivo elementar de produção e reprodução da própria existência.

Observa-se que nos assentamentos há uma percepção do espaço conquistado, isto se deve ao fato de que cada coletividade assentada confere aos seus participantes uma relação

de atitude política cotidiana, nos aspectos da vida em comunidade. Sendo assim, o desenvolvimento dos assentamentos está relacionado à capacidade organizativa de cada assentamento, no que diz respeito à organização dos seus núcleos, da organização da produção, à gestão das cooperativas, ao acesso às políticas públicas em educação e aos diversos direitos sociais, que sempre estiveram presentes nas lutas pelo direito à terra.

Em seus 500 anos de história, nunca foi feita uma Reforma Agrária de fato. O país ainda se mantém com os maiores índices de concentração de terras, desde as doze Capitanias Hereditárias. Quando implementado o regime de Sesmarias, onde os donatários e seus patrícios dividiam entre si todo o imenso território colonial, surgiu a gênese do latifúndio.

Em 1850, foi instaurada a Lei de Terra, que determinava que a única via de acesso à terra seria a compra. Com essa determinação evitava-se o acesso à terra aos migrantes e aos negros. As convulsões sociais ocorridas no campo refletem as transformações pelas quais o Brasil passou a partir do final do século XIX, e sobretudo, às condições socioeconômicas da população sertaneja.

Na história do Brasil, portanto, não houve Reforma Agrária proporcionada pelo Estado, mas sim a luta organizada pela terra, principalmente pelo MST, que propõe uma Reforma Agrária que adota um novo padrão tecnológico, ecologicamente sustentável, levando ao espaço rural do país agroindústrias em forma de cooperativas, o acesso à escola e à educação.

1.2 - UMA ANÁLISE REFERENTE AO PROCESSO HISTÓRICO E SOCIAL DA QUESTÃO AGRÁRIA

No transcorrer desse capítulo apresentaremos uma contextualização, por meio de diferentes percepções e estudos que discutem a Questão Agrária e uma possível Reforma Agrária. O sociólogo José de Souza Martins será o autor de base para as discussões, que através de documentação histórica puderam fornecer dados. Na seqüência o objetivo é aprofundar aspectos da história política agrária no Brasil, especificamente a gênese dos diferentes movimentos sociais ligados à questão da terra no território brasileiro, e como a história do Brasil colaborou para que esse interminável conflito se perpetuasse.

Seguindo essa perspectiva, buscaremos discutir as concepções, as premissas norteadoras dos movimentos sociais e suas relações com os processos de mudança social no campo. Dentre os movimentos, o destaque será para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) resgatando nesse processo a importância da Comissão Pastoral da Terra para a formação desse Movimento e sua validação tanto para as pessoas que o compõe, quanto para o campo em nível nacional, ou seja, a legitimidade que este movimento possui no aspecto político nacional.

A questão política, os constantes conflitos devido o uso da terra como mercadoria, a globalização e as intermináveis disputas entre diferentes movimentos sociais do campo, são as principais questões neste momento histórico, que são frequentemente discutidas e analisadas.

O uso da terra para fins especulativos, a expulsão dos trabalhadores do campo e as lutas tanto no campo simbólico, quanto no conflito entre diferentes atores sociais (*MARTINS, 1994*), gerou uma problemática no espaço rural, dando margem para o surgimento de diferentes movimentos, dentre eles o MST, na qual discutiremos as fases da interpelação da sociedade civil junto ao Estado por Reforma Agrária.

O processo de concentração de terra teve a mão do Estado para a sua implantação, pela política agrícola adotada e assistência técnica formada e orientada, nos cursos das escolas técnicas em agropecuária, para reproduzir o embuste da Revolução Verde aos pequenos e médios produtores rurais que em sua maioria caíram em falência, devido ao

modelo implantado e disseminados pelos técnicos agrícolas, provocando a grande concorrência desigual entre as grandes transnacionais e as grandes corporações agrícolas nacionais com as pequenas e médias propriedades rurais de base de produção familiar.

Com a inexistência de políticas de crédito agrícola e assistência técnica para os pequenos produtores, o resultado deste processo foi o endividamento de muitos agricultores, levando a perda de suas terras, aumento da dependência externa tanto dos bancos, dos insumos das agropecuárias e das empresas de pesquisa ou de extensão rural.

Diante disso, há perda da identidade e da cultura camponesa, tornando os agricultores autônomos em dependentes do mercado. Tão grave foi este processo que se tiraram as características do camponês que era de produzir alimentos, iniciando pelos alimentos que o próprio consumia na sua propriedade. O camponês conhecia os ciclos naturais e as diferentes combinações entre o clima, a lua, as plantas e os animais. Destruiu-se essa relação do agricultor com a terra e a natureza.

Desvaloriza-se a cultura do campo como atividades festivas, a culinária, os valores, e principalmente a educação no espaço rural, desprestigiando a formação e o trabalho na terra, e se adota a educação urbanocêntrica, descaracterizando uma série de relações praticadas nos diferentes espaços rurais. O processo de aculturação se dá em grandes proporções alcançando todo território nacional, atingindo também os assentamentos rurais de Reforma Agrária.

Contudo, não é correto afirmar que a tecnologia no campo é negativa, que não existam alternativas de produção viáveis para a produção familiar, muitas das tecnologias são aproveitáveis, para utilização de uma nova lógica que preserve o meio ambiente e conseqüentemente a saúde do trabalhador rural e que gere renda, melhorando as condições de vida das famílias assentadas e de toda população residente no campo.

O Estado é o principal responsável por esta situação existente no espaço rural, a concentração de renda, o latifúndio improdutivo, as corporações agrícolas que poluem e exaurem o solo. É responsabilidade do Estado contribuir e destinar políticas públicas para a viabilização de um novo modelo que não seja tão excludente e que priorize a classe trabalhadora.

A definição de camponês está carregada de valores sociais e geográficos sendo designada para fins históricos. Devido à ausência de uma localização própria, que o

definiria no cenário político, o camponês participava como alguém que não era fundamental. Neste caso, não possuía voz ativa e, portanto não participava das principais decisões que giravam em torno da política agrária brasileira. Esclarece Martins: *“a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico”* (1981 p. 22-23).

A categoria é incorporada às estratégias políticas de luta pela terra, não sendo a realidade da população residente no campo brasileiro, não sendo parecida à do campesinato dos países de onde reproduziram o termo. No Brasil, diferente do campesinato russo exemplifica Martins: *“Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja distante daquela de onde saiu.”* (p.16).

Martins observa que, historicamente o trabalhador rural não possui raízes na terra onde almeja trabalhar e viver, pelo contrário, a historiografia do campo brasileiro nos mostra um processo forte de migração, onde o trabalhador do campo não possui opções senão buscar terras para dentro do país ou migrar para os centros urbanos em busca de trabalho, fugindo assim da miséria que o cerca.

O processo de industrialização por substituição de importações na década de 1930 iniciará uma nova divisão inter-regional do trabalho por meio da integração rodoviária nacional, acentuando a migração, e assim contribuindo para uma nova formação sociogeográfica do poder no campo brasileiro.

Na política Estadonovista as propostas para uma organização dos interesses rurais tomaram novas dimensões e a definição de trabalhador rural nos anos 1940 foi remodelada, permeando novas formas de organização e legislação do trabalhador rural. O período Vargas ditatorial interferiu, de forma a separar o Ministério da Agricultura e o Ministério do Trabalho. Com a redemocratização em 1945 a simbólica palavra de ordem “Reforma Agrária” foi sintetizadora de reivindicações no espaço rural, trazida pelo PCB, que passou a investir em conhecimento das condições trabalhistas no campo. A necessidade de mudanças vinculadas à denúncia da violação dos direitos do trabalhador rural produziu estímulo ao combate ao latifúndio e a permanência na terra.

As conseqüências sociais e políticas sobre a Questão Agrária tomavam um novo contorno com a modernização da agricultura e projetos modernistas para o espaço rural. Trazida pelos comunistas à luta por uma reorganização no campo, trazendo à tona condições aos trabalhadores e com a finalidade de uma revolução democrático-burguesa passando a englobar a luta de posseiros, foreiros e arrendatários pela permanência na terra e transformar a figura do latifúndio em algo simbolicamente diabólico para aqueles que desejavam o uso da terra de forma distributiva.

Com o processo de redemocratização que derruba o Estado Novo e convoca as eleições presidenciais de 1945, inaugura-se um novo ciclo da história brasileira. A Constituição de 1946, texto regulador que orientará a atividade político-institucional do país até 1964, dá ao Congresso enorme poder de decisão no jogo político. No entanto, ao abrir o leque do jogo político, o que ocorre é a rearticulação das representações municipais e regionais, e o reativamento do fenômeno coronelista. Se o Estado Novo não o evita, mas o contém, na nova ordem democrática a disputa eleitoral espontaneamente atribui papéis definidos na história política aos que detêm o domínio real das clientelas rurais e municipais.

Em junho de 1947, o governo Dutra encaminha ao Congresso projeto de Reforma Agrária. Apesar da orientação privatista que dominava a proposta, sob outros aspectos a Lei Agrária era bastante severa: descartava o princípio prezado pelas classes produtoras de que a Reforma deveria começar pelas terras devolutas, defendia a necessidade premente de incrementar a produção de alimentos pelo estímulo à lavoura de subsistência e recomendava a desapropriação de terras improdutivas e produtivas para diminuir a incidência da grande propriedade monocultora.

Os camponeses começaram a revelar seus anseios por reformas políticas nos anos 1950, voltando-se contra seus opressores. A intensificação da pressão dos pequenos agricultores, meeiros, arrendatários, posseiros e foreiros, que em troca de cultivarem a terra deviam pagar uma quantia fixa em espécie ao proprietário, começam a formar um cenário onde a Reforma Agrária começa a ser bandeira de luta, levando muitos latifundiários à justiça, demandando reparos e indenizações. Os trabalhadores rurais começam a exigir do poder público uma política de Reforma Agrária onde pudessem ter acesso à terra.

Nesse mesmo ano a Igreja inicia um movimento de reação ao *status* com as primeiras tentativas de recuperação de sua tradicional audiência rural, numa tentativa também de procurar “antecipar-se à Revolução”. Durante o segundo período de Vargas retomam-se as iniciativas de reformulação agrária pela via estatal. Elas fazem parte de um contexto populista mais amplo que visa mobilizar a população rural e atraí-la à órbita do governo, criando novos e sólidos vínculos entre o Líder e as Massas.

Em outro campo de disputas estavam Igreja, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas pela supremacia da organização camponesa no Brasil. As Ligas, ou partes delas são convertidas em sindicatos, sendo outro grupo, capitaneado por Francisco Julião, disposto a lutar pela revolução no campo e mantendo pressão ao governo.

“Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto a causa. De fato, o que em todos os grupos estava em jogo era a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra” (MARTINS, 1994, p.79).

A renda da terra é uma categoria fundamental na Questão Agrária brasileira. Ela é um produto do trabalho excedente, componente particular e específico da mais-valia. No modelo agrícola capitalista a renda da terra excede acima “*do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, lucro esse sem o qual nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir.*” (OLIVEIRA, 1990).

Com surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco em 1955, a associação de foreiros apoiados pelo partido comunista, e longe dos ideais da Igreja Católica e os camponeses, que desde então foram expulsos das terras de engenho, começaram a lutar pelo direito a terra. Originou-se no contexto de crise político-regional como afirma Martins, devido a grande miséria e o êxodo rural.

A Igreja passou a se preocupar com a Reforma Agrária através da pastoral de D. Inocêncio, por uma vertente reacionária, nascendo não de trabalhadores do campo, mas sim de fazendeiros, padres e professores rurais como nos deixa claro Martins. Essa união tinha como principal preocupação a agitação no campo e a perda da igreja dos camponeses por causa do êxodo e da proletarização. A saída era transformar o camponês em pequeno proprietário para que não houvesse oportunidade do comunismo se expandir.

Portanto, a proposta de reforma interpretada desta forma criava uma classe camponesa voltada para conter a expansão vermelha e não de luta pela terra como poderia

ser feita para que o camponês tivesse a sua vez no campo. As Ligas Camponesas, diferente do PCB, propunham uma revolução camponesa e não somente uma “coexistência pacífica” com a burguesia como esperava o PCB.

A Questão Agrária no país anterior a década de 1950 tinha sua base social nos pequenos produtores, os trabalhadores rurais não proprietários e os sitiantes, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, restritos a uma relação de arrendamento. A relação de favor existia entre o agregado e o fazendeiro como forma de relações de trabalho, como prestação recíproca de ambas as partes, eram a defesa dos direitos de propriedade do fazendeiro e a proteção ao camponês contra qualquer enalço policial. Não sendo definida como as trocas comerciais, eram estabelecidas por código de honra, era troca de qualquer coisa, havia inclusive o apadrinhamento do filho do agregado pelo fazendeiro, estabelecendo laços fortes de lealdade. Como nos esclarece Martins: *“Mas não somente os agregados constituíam o campesinato da época. Também havia os posseiros e os sitiantes”*. Relações que por muitas vezes eram extremamente confusas. *“Porque a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria.”* Aqui, Martins entende como sesmaria uma grande porção de terra, ou seja, um latifúndio. *“Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio, ou roçado.”* (1981 p. 39-40).

Contudo, mesmo que aparentemente as relações se apresentem “harmônicas” como podemos observar, há um conflito de classes, ou seja, um conflito político, uma luta entre dominantes e dominados. Por trás desse véu da passividade esconde-se o capital impondo suas relações capitalistas de produção, o trabalho assalariado, mal remunerado e a violência nos ramos da produção no campo. Assim, o processo político-econômico acontece devido as relações sociais e as divergências de classes.

Há um processo histórico no espaço rural onde o camponês, devido à luta de classe, impediria o desenvolvimento do capitalismo. A título de contextualização lembraremos um pouco de Monteiro Lobato que em 1918 publicou uma série de artigos veiculados pelo jornal “O Estado de São Paulo”. Estes artigos retrataram uma visão preconceituosa da realidade do trabalhador rural brasileiro da época. O Jeca Tatu estava de acordo com o

pensamento da classe dominante da passagem do século XIX para o século XX. Nesse sentido, a adoção de teorias científicas surgidas na Europa para pensar a identidade cultural brasileira foi usada para idéias científicistas, como o clima, a localização geográfica e a raça determinavam a evolução e a hierarquia da sociedade.

Foge do objetivo desse trabalho atravessar algumas dessas idéias em debate no início do século XX para os dias atuais. Entretanto, a roda do tempo gira e a difícil realidade do homem do campo permanece quase na mesma. O discurso ideológico chamado de *Jeca Tatu* assemelha-se ao discurso autoritário dos agroempresários quando lançam argumentos contra os trabalhadores sem terra dos dias de hoje. *"Ele é pobre, semi-alfabetizado, não sabe cuidar da terra"* (LOBATO, 1961).

Na ideologia em que o camponês é visto como um sujeito retrógrado, *Urupês*, em que é descrito como parasita da terra, baldio, inadaptável à civilização, acreditamos que este discurso ideológico é facilmente desvelado, pois com o passado sendo compreendido e reavaliado, há a superação da exploração do trabalhador rural, criando alternativas de luta e resistência.

Neste trabalho, memória e identidade são vistas como propostas da Educação no Campo, uma arma de luta contra o grande proprietário de terra e as artimanhas ideológicas criadas para a perpetuação de uma realidade, resultante de consecutivas fases de exploração da terra no território nacional.

O processo histórico confronta as classes opostas e engloba as relações desiguais por elas condicionadas. Assim, podemos compreender que a população rural teve a sua participação política efetiva por meio dos conflitos gerados pela divergência de idéias entre os grandes latifundiários que estiveram no poder durante toda República Velha e a população rural, que não aceitou a imposição da miséria fruto da renda da terra e da entrada do capital no campo. Sendo a população miserável do campo a única classe que entrou em confronto direto com o Exército na Guerra de Canudos e na região do Contestado.

"Se nos casos dos movimentos messiânicos mencionados os camponeses desenvolveram uma concepção de mundo e uma organização que contrapunha objetivamente à república dos coronéis, à transação de poder entre o Estado e a ordem privada, representada pelos fazendeiros e comerciantes, no caso do banditismo sertanejo isso não era tão claro." (MARTINS, 1981 p. 58).

A rede política clientelista estabeleceu-se a partir da República, tendo como base a troca de favores políticos, desenvolvendo o mecanismo de cargos por indicação, favorecendo coronéis e a burguesia dominante. Porém, o coronelismo teve sua estrutura criada no Brasil Império. Caracterizou-se pelo domínio sobre os votos, produzindo o “voto de cabresto”, onde o constituinte e o seu voto ficavam tutelados pelo coronel, sendo o voto desde então tratado com objeto de uso político eleitoral. E de forma a validar o seu poder na região, o coronel utilizava a figura do jagunço, sendo eles trabalhadores agregados de sua fazenda.

No sertão existiam, e como podemos ver em muitos casos permanecem, atores sociais importantes que compunham o quadro de banditismo, sendo o caso de Lampião o mais célebre. Diante disso, o proprietário de terra contava com a figura do jagunço para que não tivesse problemas em suas terras. Havia uma distinção evidente entre jagunço e cangaceiro, sendo o cangaceiro livre, um camponês expulso por um determinado fazendeiro, e em resposta vingava-se de proprietários de terra. E o jagunço um homem que trabalhava para o patrão, sendo ele um dependente. Esses grupos de contestação definiram a oposição camponesa no período da República Velha. São movimentos de libertação por vontade própria, a disputa pela terra passa a ser o enfoque do confronto direto entre camponês e fazendeiro.

A força do coronel era legitimada pelo Estado, a quem apoiava eleitoralmente e que o amparava politicamente. Assim, a figura do coronel era fundamental para o desenvolvimento político-econômico devido a sua relação com os camponeses, que se caracterizava como uma relação jurídica paternalista, onde o camponês submetia-se ao fazendeiro devido à necessidade econômica, ao passo que o Estado o legitimava devido à necessidade política caracterizada pelo “voto de cabresto”.

A partir do momento que os camponeses passaram a utilizar sua própria voz para contestar estariam desafiando o lugar dos mediadores políticos existentes no país. Os camponeses, sempre dentro da história política do campo, foram subordinados às outras classes sociais, mediante a afirmação de que os camponeses não tinham a capacidade de defesa de seus direitos e que, portanto precisavam de representantes do poder. Martins, afirma que o trabalhador rural seria um novo sujeito dentro da história que desequilibrava o

pacto político e econômico entre a tradição militar centralizadora e a tradição oligárquica agrarista.

Os movimentos sociais do campo destacavam-se por causa da defesa dos direitos trabalhistas, com a valorização da família, do trabalho comunitário, da religião e da comunidade. Manifestando-se na década de 1950 em diferentes regiões do Brasil, afetando a política autoritária fundada na propriedade de terra e na renda tributária.

Em 1954, os comunistas lançaram uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Assim, a reforma não aparecia como uma questão somente rural, mas sim como algo que fazia parte de toda extensão da sociedade brasileira, tendo um papel importante para a formação de uma identidade camponesa com a figura de todos os brasileiros, estimulando novas formas de “uniões” e “associações” nas diferentes regiões do país.

Em 1955, surgiu como iniciativa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um programa de governo incluindo a Reforma Agrária. O programa previa a extinção de latifúndio improdutivo, e concedia amplo crédito para a formação da pequena propriedade e extensão da legislação trabalhista e previdenciária ao campo. Durante a campanha de Juscelino Kubitschek, no entanto, ficou garantida a deferência à constituição e a propriedade, assegurando que as medidas tomadas limitariam a taxa progressiva do latifúndio improdutivo e a expansão do crédito agrícola.

O governo Kubitschek propôs um intenso programa de industrialização, siderurgia e transportes, através do Programa de Metas. No que se referia ao setor agrícola, o empenho não foi o mesmo. As dificuldades políticas que marcam a campanha presidencial e o início do período de governo tornaram inoportuna a criação de novas áreas de atrito que enfraqueceriam o presidente dentro de seu próprio partido.

As organizações camponesas se expandiram durante o período Kubitschek, indiretamente favorecido por um clima de abertura e tolerância. Insurgia uma consciência camponesa, transformando amplas massas difusas em prováveis e potenciais atores políticos. No ambíguo período de governo do Presidente Jânio Quadros, é freqüente que se aponte como contradição básica e fatal, a existência de uma política interna conservadora contraposta a uma política externa de não-alinhamento, ou progressista.

Desta forma vemos o desequilíbrio entre a política externa e interna de Jânio Quadros. A preocupação com a Questão Agrária, e com outras medidas de reforma aparece

organicamente ligada à projeção internacional brasileira e a questão de sua soberania, reforçando a concepção de que seria imprescindível um adequado respaldo interno para que o país definisse as bases de sua aptidão hegemônica.

No histórico Comício das Reformas, Goulart assina o decreto que considerava de interesse social e, portanto desapropriáveis, os imóveis de mais de 500 ha. situados nos 10 km à margem das rodovias, açudes e ferrovias. Goulart “congela” na prática as propriedades ameaçadas, reduzindo involuntariamente as suas possibilidades de venda.

Desta forma, definitivamente, unifica contra si e contra o regime a heterogênea, a mais organizada classe dos proprietários. Adicionados aos não menos organizados interesses norte-americanos, que conspiravam através da Embaixada, e à cisão militar, que se agravavam com o colapso de sua estrutura hierárquica, os setores da velha oligarquia agrária, em pânico, tramavam com eles o inevitável desfecho.

Restabelecido o equilíbrio do poder com o regime militar, o governo Castelo Branco aprova o Estatuto da Terra com emenda constitucional. Pode parecer paradoxal que um governo militar com nítida conotação conservadora conseguisse aprovar medidas que governos mais progressistas como Goulart não conseguiu instituir. O esvaziamento de órgãos com intenções reformistas e a desmobilização dos sindicatos camponeses, aboliram, no entanto a pressão popular que poderia conduzir à aplicação prática das medidas constitucionais.

O Estatuto do Trabalhador Rural e seus desdobramentos foram conseqüências de um longo procedimento de lutas sociais e políticas. Além de representarem e refletirem um jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que, expressou as alterações nas "composições de poder e estilos de populismo" que desembocaram no golpe militar de 1964.

Com o golpe de 1964 as alternativas políticas se restringiram à sindicalização. Com o Estatuto da Terra, se constituiu a primeira lei brasileira de Reforma Agrária. Tramitada rapidamente, foi analisada pelos assessores do presidente Marechal Castelo Branco sem passar devidamente pelo Congresso Nacional, que na época fora submetido à intervenção política. *“Por paradoxal que possa parecer, embora tenha sido gerado no seio de uma ditadura militar, o Estatuto da Terra teve importante significação como resultado de um*

longo processo de luta de camponeses e de cidadãos comprometidos com a Reforma Agrária". (STÉDILE, 2005).

Assim, enquanto os militares permaneceram no poder, as questões mais colidentes nas quais eles se limitavam a resolver eram a concentração fundiária e a política de redistribuição de terras, devido ao risco para o governo de manifestações camponesas. “A questão, portanto não é aprovar leis avançadas, mas assegurar que elas não serão executadas, ou não serão executadas contra os interesses dos que as aprovaram” (MARTINS, 1994, p.70). Como representantes do Estado Brasileiro, os militares concentravam-se em não permitir a propagação dos ideais de revolução no campo, e que, portanto deveriam impedir os comunistas de divulgar um quimérico libertário.

Tratava-se portanto de um mero ato de hipocrisia. Quando as constelações de forças extinguiram o perigo de uma Reforma Agrária para as classes dominantes, o governo criou mecanismos legais que a possibilitaram.

A principal característica encontrada por Martins (1983) nos movimentos camponeses existentes seria a luta contra a terra como resultante da valorização da propriedade em consequência da expansão do capitalismo no meio rural. Embora tenha consciência da importância do PCB, Martins critica que o partido mesmo colocando o trabalhador rural no cenário político não desvinculou a sua dependência com a burguesia que, juntamente com o Estatuto do Trabalhador Rural de João Goulart esvaziaram as lutas camponesas, assim desvalorizando o camponês e preocupando-se mais com o mercado interno.

Neste processo está envolvido o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente com a mercantilização do campo, a valorização da cultura popular como início da implementação de projetos políticos voltados para o campo e a crítica ao estrangeirismo sobre o camponês, que teria suas raízes no meio urbano.

Observamos que Martins deixa claro ao dizer que as principais transformações que ocorreram no campo, se deram devido à expansão capitalista, que está se expandindo tanto no meio urbano quanto no rural progressivamente, onde os setores de produção estão atrelados ao capital. O latifúndio improdutivo conteve a oferta de alimentos, pois a estrutura agrária do país não dava condições para que o trabalhador rural tivesse terra e em consequência disso produzisse alimentos.

Assim, a reforma aumentaria o mercado interno e o fluxo de capital no meio agrário, acarretando o aumento das indústrias e empregos nas cidades. A maior preocupação dos principais grupos sociais ligados à política de Reforma Agrária, segundo Martins, fora voltada à produção para o mercado interno e não reproduzia a mesma visão do trabalhador rural que via na luta pela terra e contra a renda fundiária seu plano de atuações.

A modernidade no campo chegou trazendo um padrão empresarial voltado ao mercado externo, o Estatuto da Terra seria então uma forma de desmobilizar os movimentos de luta pela terra sempre quando a Questão Agrária tornava-se problemática e oferecesse algum risco político.

Desta forma, o Estatuto procurava impedir que tal questão se tornasse algo mais forte e se espalhasse para o âmbito nacional, transformando-se numa luta política e de classe. Essas mudanças onde o Estatuto legitima a desapropriação por interesse social em caso de tensão social aumentaram o número de posseiros, agricultores sem títulos e provocaram um deslocamento desses grupos para outras regiões.

A lógica capitalista teve como alicerce a ideologia liberal, que defende a liberdade de escolha dos sujeitos. A contradição é que ao considerar que todos os homens são iguais e livres, escamoteia as relações de classe e enfatiza o discurso meritocrático.

Assim, ele nos mostra que este sistema aliena a força de trabalho além de inverter os papéis como se ele dependesse do capital e não o capital que dependesse dele, o que erroneamente nos é imposto. O trabalhador torna-se estranho diante da sua obra e ele não aparece como criador da riqueza, mas como criatura. Assim giram as relações capitalistas de produção, em meio ao capital, ao trabalhador e o capitalista, em consequência disso há alienação da força produtiva.

Para que possamos compreender a lógica capitalista dentro do meio rural, a renda da terra está destinada para fins de lucratividade e mercantilização para que haja a apropriação da terra e de exploração do trabalho pelo capital. A terra é um instrumento distinto, pois se difere dos outros meios de produção devido à sua produção e aos frutos que serão colhidos dela. O capital monopoliza os meios de produção impedindo que o trabalhador mantenha uma relação simbiótica com ela. O capitalismo transforma a terra em mercadoria e ela passa a adquirir um valor para ser comprada e vendida. A terra oferece ao

latifundiário variadas possibilidades de enriquecimento, pois com o passar do tempo a terra não se desgasta, ela melhora e em consequência disso enriquece o proprietário rural, pois gera o fenômeno da especulação fundiária.

Assim, a Reforma Agrária distributiva não afeta o latifundiário a princípio, desde que as expropriações sejam pagas. A terra dentro da lógica agrária capitalista é um meio de produção e poder, dentro dessa lógica a figura do latifundiário está dentro do sistema capitalista. A concentração de terra não aumenta a capacidade de produção do latifundiário, e sim a capacidade de se apropriar da mais-valia social e a geração de forças políticas que aliam estes, a burguesia nacional e o capital estrangeiro.

Martins contesta a concepção segundo a qual os camponeses pertenceriam ao passado, estando por isso condenados ao desaparecimento. Para ele, os camponeses seriam uma classe social do capitalismo brasileiro. É na conjuntura do dinamismo e da vitalidade dos nascentes movimentos sociais e da desafinação em relação às teorias hegemônicas sobre o destino dos camponeses que passam a existir as suas preocupações em estabelecer um novo olhar sobre as lutas sociais travadas no campo, tentando sempre desvendar os processos sociais não percebidos num primeiro olhar.

Na década de 1970 o poder ligado aos grandes proprietários de terra se fortaleceu devido ao crescimento urbano e a industrialização. A modernização foi positiva para o latifundiário. Devido aos incentivos fiscais grandes empresas compravam terras transformando o campo em um grande negócio, ou seja, capitalizando a terra, configurando o que Martins denomina como a renda da terra. Grandes grupos financeiros passaram a comprar grandes extensões de terra, principalmente na região Amazônica. Ao mesmo tempo em que houve a modernização rural, ocorreu o processo de expulsão da massa de trabalhadores rurais para as cidades.

Martins enfatiza ao longo de sua obra a necessidade dos grupos mediadores realizarem esforços no sentido de deter os anseios dos trabalhadores em luta. Os grupos de mediação deveriam formar uma interpretação da história do Brasil e das mudanças ocorridas no cenário mundial que pudesse colaborar com as lutas dos trabalhadores rurais, e não inserir pendências estranhas aos mesmos. O grupo de mediação interpelado com um maior rigor por Martins foi o PCB, isso porque este partido foi o principal grupo político com atuação no campo brasileiro, pelo menos desde a década de cinquenta.

Todavia, se os mediadores são fundamentais para a construção da coletividade, daí toda a necessidade de bandeiras, de símbolos, de marchas para se entrar em cena com toda a sua manifestação, são esses símbolos que conferem a eles seu sentimento de pertencimento, suas identidades.

Devemos nos direcionar tanto para o fato de se eleger a Questão Agrária como parte da questão nacional, como principalmente para o fato de novos protagonistas adentrarem a cena política nacional na luta pela Reforma Agrária. Seja com as Ligas Camponesas, seja com a CONTAG, marcou-se um dos momentos mais importantes das lutas democráticas no Brasil.

Com essa mudança de linha graduada, os diferentes grupos de lutas pela criação de direitos no campo rompem com o poder regionalizado dos grandes proprietários de terras, historicamente constituído em torno das unidades políticas provinciais, hoje estaduais, e assim, colocam o debate acerca da Reforma Agrária no plano nacional.

Houve a retomada das discussões sobre a questão da luta pela terra nos anos 1980 e 1990 devido às ocupações e assentamentos rurais, acarretando um drama social, incluindo a luta pela terra de muitos posseiros na visibilidade midiática e chamando para o centro das discussões políticas.

A questão do latifúndio no Brasil e da distribuição de terras está relacionada com o exercício do poder e ao culto da propriedade sem limites gerando exclusão social. Os direitos dos trabalhadores sempre foram vistos como extensão dos direitos dos fazendeiros e grandes latifundiários, havia a concessão da terra para o trabalhador, sendo este o principal traço da política agrária brasileira.

Contraditoriamente, o controle da terra e o poder dos proprietários geraram uma agricultura modernizante com uma dinâmica que resultou na exclusão social no espaço rural. A contradição da terra preconizava as faces do atraso e do moderno, à medida em que há trabalho escravo encontrado em propriedades de grandes grupos econômicos. Os proprietários rurais também utilizavam a imprensa como veículo de divulgação quanto ao direito do uso de armas para “proteger” suas propriedades. Se antes existia a figura do jagunço, atualmente a personificação acontece pelas “*firmas de segurança*” (SERVOLO, 1996), a violência no campo demonstra o quanto o latifundiário ainda possui o total controle sobre as terras reivindicadas.

O latifúndio não só vem se fortalecendo com a modernização agrícola, como vem mantendo as mesmas práticas autoritárias e violentas que, sempre caracterizaram nossa formação político-social. A centralidade e a atualidade desta luta são um dos maiores acertos do MST na sua estratégia política que vem sendo posta em prática por meio de ocupações de terra.

Um dos pontos centrais do MST na luta pela Reforma Agrária é a luta contra a improdutividade da terra enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente díspar, que no Brasil adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária. Martins enxerga que o MST é essencialmente modernizador, pois cria no cotidiano dos seus participantes uma sociabilidade nova. *“O Movimento tem que abranger, portanto, mais do que o acesso à terra, algo que corresponda aos horizontes abertos por essa nova socialização”* (STÉDILE, 1997 p. 65).

Atualmente, temos no Brasil a conservação de enormes conglomerados de população rural em situações de sobrevivência. A disparidade em torno da repartição de terras apadrinhou o universo dos grandes proprietários, que em número reduzido controlam grandes expansões de terras, não conseguindo portanto usar produtivamente toda a terra e ao contrário dos trabalhadores rurais que são de categorias numerosas, se utilizam de pequenos lotes para garantir a subsistência de seus familiares.

Essas discrepâncias sociais acarretam inúmeras conseqüências não só para a esfera agrária mas também para o urbano, induzindo muitas famílias interioranas ao êxodo rural, ocasionando um mapa social traumático que levarão obrigatoriamente à intervenção do Estado, a fim de reduzir os contrastes e evitar conflitos. Estando a população do campo a margem da expansão do mercado por falta de recursos para consumir os bens que ele oferece e ausente do circuito político, os camponeses expressaram a marginalidade em que vivem limitando-se com a eclosão de protestos ou a permanente miséria.

Existem diversas propostas de Reforma Agrária, *“Já o desencontro de opiniões quanto ao que deva e como deva ser a reforma agrária, sobretudo entre os insatisfeitos com a reforma, nos põe diante de uma pobreza de consciência histórica que decorre da desinteligência entre a prática e a teoria dessa prática”*. (MARTINS, 2000, p.105) Mas para a esquerda nacionalista a Reforma Agrária tem um sentido muito específico e, dentre as inúmeras propostas sobre a questão duas são consideradas inadiáveis: a criação do

regime jurídico do trabalhador rural e a Reforma Agrária distributiva de terras, sendo essas propostas extremamente reducionistas em relação à vasta dimensão do problema.

Nesse sentido, os movimentos sociais do campo continuam lutando por um projeto digno de Reforma Agrária. A mobilização política persiste, favorecendo a ampliação de medidas até o momento defendidas por diferentes atores políticos em bloco, a bancada ruralista, empresários agrícolas e as megacorporações internacionais atuantes no território brasileiro. Assim, o Estado, habilmente, sob o pano de fundo de um discurso democrático, prossegue na tentativa de diluir conflitos.

No campo e na cidade as reivindicações dos conflitos por terra tornaram-se questões estratégicas, na base dos movimentos sociais está a mobilidade intensa da força de trabalho. A expropriação gera um conflito pela perda do trabalho e se manifesta na luta pelo acesso à terra.

Mas a Questão Agrária ultrapassa a simples busca do lugar para atingir todas as dimensões do chamado “espaço vivido”. O MST luta pela terra, reivindicando uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os trabalhadores, para que o manejo da terra à produção de alimentos não se resuma nas reivindicações por trabalho, mas também pelo espaço inteiro, educação e formação para a permanência na terra.

1.3 - EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO RURAL NO BRASIL

Ao examinar as relações que existem entre o campo e a cidade observamos que há novas formas, funções e estruturas que acompanham o desenvolvimento capitalista no espaço rural. Nesse sentido, reconhecemos a existência do campo, ou seja, o espaço rural nas suas características políticas, sociais, ambientais e culturais.

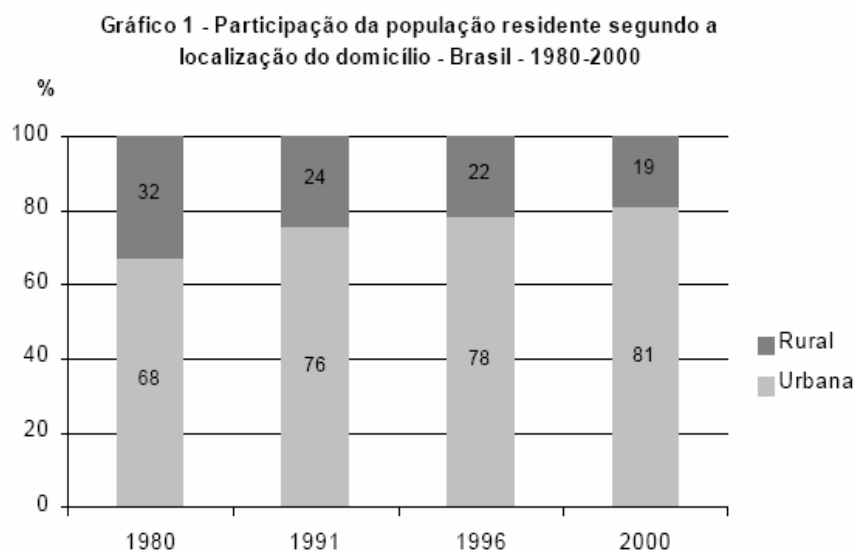
Entendemos a necessidade de olhar para o campo como lugar de sujeitos, que segundo Caldart, no campo não há um só tipo de gente. Sobre esses sujeitos esclarece a pesquisadora:

“Seres humanos, sujeitos sociais, olhar para a infância, a juventude, os adultos e os velhos do campo; como vivem, como se constituem como pessoas, como sujeitos coletivos, como povo; compreender sua realidade e olhar para o processo histórico mais amplo que condiciona as questões e os sujeitos de cada lugar, de cada tempo”. (2004)

Diante disso, neste trabalho entendemos que o campo e a cidade formam um par dialético e articulado. Com essa dinâmica, a participação da população urbana no total da população atinge 81% segundo o IBGE, enquanto a população rural decresce incessantemente. O processo de urbanização é um fenômeno, condicionado pela dispersão do modelo econômico de mercado.

A articulação campo-cidade na divisão do trabalho subordina o campo ao modelo urbano-industrial, integrando a agricultura às necessidades do mercado agrícola. Os setores financeiros e industriais comandam o movimento da produção de riqueza e criaram demanda de mão-de-obra no urbano e repelindo no espaço rural. A agroindústria substituiu o trabalho humano pelos sistemas de informática e robótica deixando escassas as alternativas de trabalho para a população do campo. E pela condição de ser mão-de-obra não-qualificada o trabalhador oriundo do campo surge nas estatísticas de desemprego estrutural, restando-lhe apenas o trabalho informal.

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo altera a compreensão de urbano-rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que não correspondem mais a realidades distintas, cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e as pequenas vilas.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e Contagem 1996

De acordo com o gráfico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 19% da população brasileira no ano de 2000 vivia no campo. Este percentual representa um expressivo contingente de 30 milhões de habitantes.

O sistema de educação brasileiro serviu à classe dominante, sendo inacessível para a maioria da população rural, principalmente pela concepção vigente de que para desenvolver o trabalho agrícola não seria necessária a leitura e a escrita. E por essa razão a população do campo foi excluída do processo educativo por muito tempo, resultando hoje em baixos índices de escolaridade.

Há poucas décadas, a influência das cidades era disseminada pelas redes de transportes. No modelo econômico industrial, o território nacional estava condicionado às rodovias, ferrovias e hidrovias. Com a revolução científica informacional, o uso de satélites interliga os mais distantes lugares. Os aparelhos de fax, a internet e a telefonia celular reduziram os espaços. Com isso, a velocidade de informações circulantes entre o campo e a cidade é acelerada.

Logo, a urbanização tende a deixar de se caracterizar apenas na cidade, onde suas faces podem apresentar-se também no rural.

Tabela 1: Número médio de anos de estudo da população de 15 Anos ou mais – Brasil/Regiões – 2001

Regiões Geográficas	Anos de Estudos	
	Urbano	Rural
Brasil	7,0	3,4
Norte	6,4	3,3
Nordeste	5,8	2,6
Sudeste	7,5	4,1
Sul	7,3	4,6
Centro Oeste	7,0	4,1

Fonte: IBGE - PNAD 2001

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O nível de instrução e o acesso à educação da população residente no espaço rural são importantes indicadores da desigualdade social existente entre o rural e o urbano. Os dados de tabela 1 mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive no espaço rural entre em 3,4 anos correspondendo a quase metade da estimada para a população urbana, fica evidente a necessidade de políticas públicas para a diminuição dessa desigualdade. No Censo Demográfico (IBGE-PNAD-2001) revelou-se que, enquanto em área urbana a taxa de analfabetismo é de 10,3% da população adulta, no campo chega a 29,8%.

Se as diferenças entre os espaços rural e urbano no Brasil são cada vez menores, estas ainda se apresentam grandes no que diz respeito ao acesso a alguns bens e serviços fundamentais, como não dispor de saneamento básico e não ter acesso à educação básica. Nesse sentido, torna-se importante que as discussões referentes ao que seja rural e urbano no Brasil tenham um enfoque direcionado à formulação de políticas públicas, na busca de amenizar as discrepâncias socioespaciais que permeiam essas realidades.

Contudo, o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais imposições não são uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade.

Ainda que os efeitos da expansão da urbanização sobre o campo provocada pela generalização da lógica do mercado e da produção capitalista intensificados pelo processo de globalização não possam ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do espaço rural e na tendência à transformação homogeneizadora da população residente no campo.

O conceito de rural em oposição ao urbano no Brasil teve até a década de 1970 sua expressão máxima, significando a diferença entre o atrasado e o moderno. Pressupõe-se que a população que vive no campo é algo à parte, marginal, fora da totalidade definida pela representação política urbanocêntrica.

A noção de ruralidade nos remete ao antigo debate sobre a transformação, e a decorrente extinção, da tradição cultural fundada na prática agrícola de um tipo de trabalhador, o agricultor familiar. A cultura local estaria sendo destruída pela expansão dos valores de mercado, dando lugar a padrões culturais consumistas que tenderiam a predominar em espaços até então definidos como rurais, acarretando uma homogeneização do estilo de vida e dos valores urbanos em toda a extensão territorial sob a interferência da sociedade urbano-industrial.

Nessa perspectiva, as transformações nos espaços rurais provocadas pela intensificação das trocas com o espaço urbano não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema sociocultural. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, não implicam uma ruptura completa e determinante na totalidade do sistema social desses grupos. A heterogeneidade sociocultural, ainda que produza uma situação de conflito, não provoca obrigatoriamente a descaracterização completa da cultura local. A diversidade cultural assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação com uma cultura que lhe é estranha. (CARNEIRO, 1997).

Nesse processo de integração entre local e global está presente tanto a possibilidade do espaço rural local ceder aos interesses mercadológicos e com isso desfigurar-se

perdendo suas particularidades, que são suas potencialidades, ou com a possibilidade de consolidação da identidade local, que a partir das experiências sempre renovadas, que consistem, ao mesmo tempo, na reavaliação das heranças e nos questionamentos sobre o presente e o futuro. Portanto, não se trata de um processo insensível de descaracterização da ruralidade, mas da reestruturação do espaço agrário a partir da incorporação de novos componentes sociais e culturais. Tal processo não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local. Entretanto, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos sócio-culturais da localidade.

Nesse sentido, as relações sociais rural-urbano dispõem de um *continuum* entre as duas espacialidades que variariam apenas de intensidade. No entanto, as considerações aqui apresentadas nos encaminham para os questionamentos e uma abordagem direcionada às características das políticas públicas voltadas para a área da educação da população rural.

Nos anos de 1980 com as “Diretas Já!”¹, consolidou-se uma forte articulação nacional entre os movimentos sociais e as organizações de apoio às lutas sociais no campo. Contudo, não conseguiram a consolidação de políticas públicas mais adequadas aos seus interesses. Este foi o caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), criados a partir do estímulo gerado pelos recursos envolvendo o PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar).

No início do ano 2000, com o processo de descentralização das políticas públicas na gestão municipal onde atividades no espaço rural puderam contar com a participação na esfera municipal. A partir de 1990 intensificou-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento. Conjugaram-se vários fatores que explicariam a urgência da questão: a crise do Estado Neoliberal associada aos processos de descentralização, impulsionando uma tendência à valorização da administração local, no caso os assentamentos rurais com a renovação das políticas públicas. (RICCI, 2005)

Essa tendência foi reforçada pelo processo de reformulação dos padrões de produção, hoje um modelo pós-fordista ou flexível, e pelo aprofundamento da internacionalização do capital financeiro. O mercado de trabalho pós-fordista exige mão-

¹ “Diretas Já!” Matéria do **Jornal JB** de abril de 1984. O processo de redemocratização a partir da mobilização no comício da igreja da Candelária, em 10 de abril no Rio de Janeiro e seis dias depois no Vale do Anhangabaú no centro de São Paulo. Esses foram as maiores manifestações populares da história do Brasil que na época foi ignorada pela rede Globo de televisão, virando notícia uma semana depois. Esses fatos não podem ser esquecidos pela memória da luta popular no Brasil.

de-obra qualificada, pois com esse modelo há um alto padrão tecnológico que trazem um aumento substancial do desemprego de caráter estrutural, ou seja, falta de mão-de-obra qualificada. Esses fatos fazem com que a mobilização popular reivindique políticas públicas para a formação técnico profissional na busca de alternativas para enfrentar esses problemas.

Essa perspectiva abre espaço para intenso questionamento sobre as doutrinas econômicas que consideram o Estado e as grandes firmas como as únicas instituições capazes de proporcionar desenvolvimento econômico. Nesse sentido, emerge um conjunto de propostas para o desenvolvimento local, como nos esclarece Vanessa Vieira sobre a influência da ação do governo municipal no processo de desenvolvimento econômico local: *“é necessário compreender quais as instituições e de que forma as mesmas se integram às iniciativas locais, percebendo, ainda, a atuação do território junto às instituições representativas”* (2006).

O desenvolvimento local visa a geração de trabalho e renda, a criação e o fortalecimento de cooperativas como alternativas para os assentamentos rurais a não sucumbirem à integração com as megacorporações agrícolas do mercado global. Hoje, o local aparece com certa autonomia articulado globalmente e vem seguindo uma ótica mais abrangente, incorporando as dimensões política, cultural e social.

A inovação nesse tipo de experiência estaria no papel desempenhado pelos movimentos sociais na perspectiva de combinar desenvolvimento econômico, promoção da cidadania, preservação ambiental e educação popular com apoio em práticas de parcerias e pressão social por políticas públicas nesses setores.

Enquanto isso, as iniciativas locais têm servido de referência ao debate sobre atividades socioeconômicas articuladas localmente. A participação dos movimentos sociais permitiu a democratização das decisões, incluiu ao debate as reivindicações por políticas públicas nos setores de educação, saúde e infra-estrutura para o campo, principalmente no que se refere à agricultura familiar e educação para o campo, bem como o embate entre diferentes percepções de desenvolvimento rural e representação democrática.

Considerando os índices do êxodo rural nas últimas décadas e entendendo a educação como prática social, repensar a educação em áreas rurais é uma necessidade para todos que estão comprometidos com a construção de uma sociedade democrática. A

permanência da agricultura familiar está relacionada também à fixação do trabalhador no campo, tendo em vista que a família é a raiz da continuidade do trabalho camponês. Isto nos leva a refletir sobre a relação da práxis educação e trabalho, para resgatar o significado que essa articulação tem nas condições de vida das famílias rurais.

A elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural, tem aberto caminho para o exercício da cidadania e para a atuação dos movimentos sociais, pois a falta de verba e a má distribuição de recursos têm sido responsáveis pela precariedade da educação a nível local. Deste modo, as escolas de 1º ao 9º ano são mantidas por municípios rurais, que na maioria deles não possuem recursos, e quando os tem são mal administrados, impossibilitando o bom oferecimento dos serviços de educação. As escolas mantidas pelo Estado nos espaços rurais são praticamente inexistentes.

A presença dos assentamentos representa novas referências para a atuação de políticas públicas em âmbito local, trazendo em si modificações no espaço em que eles são instalados, resultando numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão social sobre os poderes políticos locais, estaduais e até em âmbito federal.

A inexistência de um sistema educacional universalista revela as diferenças entre a educação direcionada ao espaço urbano e a que existe no campo. Na maioria das regiões brasileiras, não há sequer prédios escolares, e quando existem não têm energia elétrica, tendo que obter luz de lamparinas. É comum a existência de escolas funcionando a sombra de árvores, com bancos improvisados de troncos, e até em galpões e igrejas. É comum os estudantes serem obrigados a andarem a pé, de quatro a cinco quilômetros de distância por dia para chegarem à escola.

O transporte escolar nas áreas rurais é raridade, com a escassez de transporte aumenta o isolamento. Sabe-se que as estradas e os transportes no interior do Brasil são precários. Durante o período chuvoso, os caminhos se tornam intransitáveis ficando os acessos à escola extremamente difíceis. Essas características dramáticas contribuem para o desempenho ruim e o desprestígio perante a comunidade.

Fica a cargo de particulares e da comunidade a improvisação de locais para a construção de prédio para funcionamento das escolas, deixando brecha para políticas eleitoreiras e o coronelismo local. Por iniciativa própria, muitos fazendeiros constroem suas próprias escolas, mantidas sob sua tutela para seus filhos, os filhos de seus agregados.

A precariedade das escolas rurais é tão alarmante que 67% dos estudantes de ensino fundamental e médio que vivem no campo precisam se deslocar para as cidades a procura de educação de qualidade. Mais da metade das escolas no campo contam apenas com uma sala de aula e só oferecem até o 4º ano do ensino básico e aglutinam alunos de várias idades em salas multisseriadas. Em alguns estados, principalmente os da região Norte e Nordeste, continuam a funcionar escolas com turmas multisseriadas, em que um educador ensina, ou se dispõe a ensinar, para alunos de diferentes séries numa mesma sala de aula. Em outras regiões, escolas rurais desse tipo vêm sendo arbitrariamente fechadas e substituídas pelo transporte dos alunos para as cidades, o que além de custar caro às prefeituras, ainda contribui para o êxodo rural.

Segundo o Ministério da Educação, ainda existem 16 milhões de brasileiros analfabetos. Juntando-se aos analfabetos funcionais, que lêem e escrevem basicamente, soma-se uma população de 30 milhões. Estes dados servem para destacar a atuação do setor de educação do MST.

O campo na perspectiva social não constituía um espaço prioritário para ação do Estado através de diferentes políticas públicas em quase todas as esferas de atuação política, educação e saúde são de longe as mais graves. A população do campo sempre foi tratada, pelo poder público, com políticas imediatistas ou compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade. O cenário da Educação no espaço rural, publicado pelo MEC, mostra que as escolas situadas nos espaços rurais perdem em vários quesitos de qualidade para as instituições de ensino localizadas nas cidades. (MEC, 2007)

Dentre os inúmeros fatores que afetam a eficiência da educação no campo, verificamos que o caráter estacional da agricultura, a deficiência no envio, o uso dos recursos para sua manutenção, os fatores de flutuação demográfica devido aos altos índices de crescimento vegetativo e êxodo rural, a falta de professores formados para atuar no espaço rural, a localização e a infra-estrutura de prédios escolares, a ausência de material escolar adequado à cultura do campo, o acesso inadequado de transporte escolar e o déficit de escolas para alunos do ensino médio, são fatores que devemos levar em consideração em relação à estrutura e o funcionamento das escolas no campo.

O setor agrícola é uma atividade extremamente subordinada às estações climáticas e ao tempo. Há várias técnicas agrícolas que são realizadas dentro de um determinado período de tempo, sob pena da perda de produção. Isto está diretamente ligado à frequência e à permanência de estudantes na escola rural, que nessas ocasiões infortuitas passam a ter ausência diária. Na agricultura de subsistência, a mão-de-obra de toda a família é usada no trabalho agrícola e devido a isso a educação fica em segundo plano, pois a produção está ligada ao caráter vital, que é a sobrevivência.

É neste contexto que a Educação no Campo, proposta pelo MST, tem um papel fundamental na percepção espacial do homem do campo. No sentido de ser percebida como instrumento para entender o mundo abstrato das relações de mercado e a possibilidade de compreensão e leitura do mundo, além da formação básica de leitura, escrita e cálculos que são os signos para o cidadão se mover em sociedade, há o reconhecimento do campo como lugar de vida, onde o camponês pode morar, trabalhar e estudar.

A Educação do Campo nasceu de um olhar dos próprios trabalhadores rurais para o papel do campo na sociedade, com um projeto de desenvolvimento sócio-econômico onde então inclusos os diferentes sujeitos do campo. Um projeto de educação popular que pensa a intervenção e a necessidade de entender o espaço, pois é fruto de um Movimento que espacializa-se:

“Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc.” (FERNANDES, 1999, p.136)

As novas propostas de Educação do Campo são basicamente entendidas como um instrumento que trabalha na perspectiva do humano, e não simplesmente como de reprodução do sistema, tal como é entendida a educação rural por muitas teorias a respeito de seu papel institucional.

No quarto caderno da coleção “Por uma Educação Básica do Campo” (2002), o Movimento reafirma suas convicções e linhas de atuação no processo de construção da proposta de educação do campo articulada a um projeto Nacional de Educação. Deixa claro que o centro da proposta está no ser humano, nos processos de humanização plena, compreendendo a educação e a escola do campo na esfera dos direitos humanos e dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo. Renega o que chama de “círculo vicioso”

em que milhões de famílias do campo, fugindo da realidade perversa de que no campo a escola é pobre, ignorada, marginalizada, e por esse motivo saem do campo para que os filhos possam estudar, e estudam para abandonar o campo. Contrapondo-se a essa lógica o MST argumenta “*reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo!*”.

Nesse sentido, o Movimento estabelece que tipo de escola o setor de educação desenvolve nos acampamentos e assentamentos, com estratégia específica de desenvolvimento humano e social do campo, e defende que o direito à educação somente será garantido nas lutas travadas no espaço público pelos movimentos sociais junto ao Estado para a elaboração de políticas públicas que assegurem esse direito. Assim o MST conceitua a Educação do Campo afirmando a necessidade do direito à educação e a escolarização do campo e diferencia:

“Segundo esse modo de pensar, as diferenças entre escola no campo e escola do campo são pelo menos duas: enquanto escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a escola do campo representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo”.(CALDART, 2004).

Evidentemente, que a educação rural que foi pensada para o campo, pelos projetos de extensão rural e pelo ruralista pedagógico, era e ainda é em grande parte um sistema que reproduz a estrutura de estratificação no espaço rural. Isto significaria que a condução de um programa de educação no campo deveria ficar, administrativamente, sob a responsabilidade dos que participam das transformações no espaço rural brasileiro, de forma articulada, com os movimentos sociais do campo e as esferas do poder público. E não a mercê do completo abandono, servindo aos interesses do mandonismo local.

A força de luta dos movimentos sociais do campo, em especial as lutas travadas pelo MST, para o reconhecimento da problemática da Reforma Agrária e da educação do campo, contribuiu fortemente para trazer à tona novas políticas públicas, que embora ainda tendo o caráter compensatório, abriram à participação dos movimentos sociais na implementação de alternativas socioeconômicas.

É possível trabalhar por uma Educação do Campo, se a vincularmos ao processo de construção de um Projeto Popular para o Brasil. Envolvendo as comunidades neste processo através de ações de solidariedade e de cooperação entre iniciativas de

organizações e movimentos populares, em vista da implementação de um modelo popular de desenvolvimento humano no campo.

Acreditamos que a educação não é capaz de fixar o homem na terra, se o trabalhador rural não tiver acesso à propriedade, aos insumos, maquinários e créditos agrícolas, o êxodo rural é inevitável. Não é a educação que mantém o homem na terra, mas sim, as condições para sua permanência.

Uma Reforma Agrária de fato, tem que vir acompanhada de condições de moradia, subsistência, produção e educação à família assentada até a primeira colheita, além de sementes, financiamentos para aquisição de maquinários agrícolas e assistência técnica de agrônomos e veterinários. Além de estrutura logística, estradas, para escoar a produção e não cair na lógica predatória dos atravessadores.

Certamente, não pretendemos encerrar aqui, as propostas de viabilidade da Reforma Agrária, e sim, expor a necessidade de se pensar o campo como espaço de transformação do modelo capitalista, *que somente acontecerão com a classe trabalhadora organizada.* (STÉDILE, 2004).

Portanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, aliando a educação e trabalho à organização da luta por uma Reforma Agrária plena, ambiciona desfazer a cristalizada estratificação social-espacial no campo. Por tudo isso, afirmamos que uma análise do MST, na sua luta por assentamentos rurais, infra-estrutura agrária e pela educação do campo, só poderá ser entendida no seu universo sócio-espacial.

As referências que temos são que projetos de educação que atuam sobre a conjuntura dos vários aspectos da escolarização no espaço rural, podem apresentar resultados significativos na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. É preciso ter um outro olhar e desconstruir os mitos sobre os limites das escolas no campo.

Todas as considerações devem ser avaliadas objetivamente, porém, o caminho para solução desses conflitos está efetivamente, e acima de tudo, na disposição do povo em permanecer na luta e pressionar os governantes a ter “*vontade política*”.

CAPÍTULO 2 - A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO DO BRASIL

Os movimentos sociais de luta no campo existem desde o massacre de Canudos, a guerra do Contestado, as Ligas Camponesas e as lutas dos sindicatos rurais². Essas históricas lutas no campo, nas quais muitas pessoas perderam suas vidas em assassinatos mundialmente divulgados como o do líder seringueiro Chico Mendes em 1988, os casos do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, do massacre de Corumbiara em 1995 em Rondônia, Eldorado dos Carajás no Pará em 1996, e o assassinato da missionária Doroty Stang em Amapá no Pará em 2005, são marcas da militância, que num primeiro momento, descobriu uma nova forma possível de atuação, passar da denúncia à prática, das ‘trincheiras’ às manifestações coletivas. Diante disso, agora se vê na necessidade de estabelecer propostas de afirmação política na construção de um projeto alternativo de sociedade, essas práticas são marcas que caracterizam a atuação da sociedade civil.

Atualmente os movimentos sociais permitem uma revitalização da resistência ao modelo neoliberal, sistema que trabalha intensamente pela desarticulação da classe trabalhadora. Por sua condição dinâmica, os movimentos sociais puderam enfrentar as imposições elaboradas no Consenso de Washington de 1989, que determinou o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento na América Latina, que tem dentre várias regras a redução dos gastos públicos, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais e direito à propriedade.

Nesse sentido, os movimentos sociais trouxeram propostas alternativas enriquecendo o horizonte das opções de luta. Graças a isso pôde apresentar sugestões ao debate de políticas públicas, como exemplo a agroecológica, o cooperativismo, a formação técnica à Educação do Campo.

² A formação do povo brasileiro não ocorreu sem conflitos. A partir de meados do século XVIII a metrópole portuguesa começou a enfrentar várias revoltas. A Conjuração Baiana, de 1798, também chamada de Revolta dos Alfaiates, foi o primeiro movimento social em que seus participantes pertenciam às camadas pobres da população. O movimento dos alfaiates avançou muito mais em termos de contestação do que as revoltas burguesas ou liberais capitaneadas por integrantes ou grupos da elite oligárquica. Os conjurados baianos propuseram mudanças radicais na estrutura social no início da formação do povo brasileiro. Semelhante movimento, a Balaiada que eclodiu no Maranhão de 1838 à 1841 também teve ampla participação das camadas populares contra a oligarquia fundiária. A história do Brasil sempre foi contada pela lógica das elites. (AQUINO, 2003)

Dentre os grandes expoentes que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais destacam-se Leonilde Servolo nas pesquisas sobre violência no campo e Ariovaldo U. de Oliveira, que com paixão militante vêm desenvolvendo trabalhos sobre as lutas no campo, os conflitos de terra e a violência com que são tratados os movimentos sociais de luta por reforma agrária, articulando teoria e ação. Oliveira vem mostrando uma nova face do pesquisador brasileiro, aquele que vive o seu objeto de estudo, como o próprio geógrafo diz: “*fazer pesquisa para mim é ir em busca dos estudos concretos, indo lá no campo ver a luta de perto.*” (2005).

A socióloga Maria Gohn, se dedica a estudar os movimentos sociais, “*e o surgimento ou renascimento de novas lutas sociais, de caráter cívico, como a Ética na Política, a Ação pela Cidadania Contra a Fome, ou os Movimentos de Apoio aos Menores de Rua, levaram-nos à necessidade de ampliarmos o campo de nossas investigações, antes circunscritas ao campo popular.*” (2003). Outros pesquisadores estão diretamente ligados à luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, Gehlen e Navarro tiveram “*papel ativo na organização dos colonos que haviam sido expulsos da reserva indígena de Nonoai, em 1978.*” (LERRER, 2003, p. 209). Esse fato narra o embrião do que viria a ser em 1984 o MST. Paulo Alentejano debruça-se em entender o Movimento e as alternativas de viabilização da agricultura familiar.

A demanda por Reforma Agrária no Brasil tem reflexo no crescente número de tensões sociais no campo e isto vem chamando a atenção de pesquisadores interessados em desvelar os fatos e incitar o debate crítico, a fim de contribuir para as possíveis alterações estruturais e políticas na Questão Agrária brasileira.

Na década de 1990 o Brasil viveu os efeitos da denominada “modernização conservadora”, que provocou uma nova fase da crise e a fragmentação do espaço agrário em todas as escalas determinando novos conflitos sociais localizados. A crise se manifestou em diferentes escalas, notoriamente ao nível local, na luta pelo direito ao lugar. É assim que os conflitos locais são objetos dos freqüentes casos de violência no campo que vem assolando o espaço rural e ganhando visibilidade nos noticiários.

A brutalidade da força policial sobre os trabalhadores do campo revela uma intensa tensão social, fruto das atuações do poder governamental combinada com a ampla extensão de suas operações policiais contra a mobilização social de luta pelo acesso à terra. Os

governos desenvolvem políticas incapazes de controlar a resistência da população excluída e de atender as demandas localizadas, que atualmente alcança todo o território.

Assim, a intensificação dos conflitos sociais no campo é derivada da chegada do capital industrial e financeiro proveniente das metas implícitas no projeto geopolítico que privilegia o latifúndio e desestimula a agricultura familiar. Porém, no espaço agrícola brasileiro emergem novas formas de luta. Na atual conjuntura social se instala em focos isolados, e ao mesmo tempo, emergem a oposição organizada, como o novo sindicalismo, os movimentos sociais e as ONGs, que representam projetos alternativos da sociedade em busca da justiça social.

No caso do MST, segundo Bernardo Mançano, pode-se compreender *o processo de espacialização da luta pela terra* entendendo o espaço social construído pelo Movimento como realidade produzida nas relações sociais entre as classes, onde se desenvolvem as experiências que constroem este Movimento.

A forma de estruturação está baseada na organização dos acampamentos e assentamentos, e é precisamente esta estruturação que permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, bem como a troca de experiências das fases das lutas, organização dos trabalhadores, ocupação de terras, negociação com as forças políticas envolvidas. Ela permite ao MST a ampliação da organização de suas lutas.

É no espaço rural que encontramos as inovações sociais e políticas mais significativas, as lutas pela sustentabilidade econômica, os enfrentamentos de natureza estrutural em relação aos projetos governamentais como é o caso da transposição do Rio São Francisco, os processos de reassentamento rural nos casos de construção de barragens para a instalação de hidroelétricas e os projetos de construção de cisternas na região do semi-árido.

A resistência e a tradição andam ao lado da transgressão, ressentimento e revolta. Esta condição leva ao apartamento social, e daí as ações de resistência política sempre estarem revestidas de transgressão ou inovação na gestão territorial. A explicação para saques em regiões de seca, ocupações de terra, e ocupações de órgãos públicos podem ser consideradas como conseqüências.

No início dos 1980, esta limitação do sistema de representação político-social do espaço rural foi duramente questionada por uma série de movimentos sociais que eclodiram

nas regiões, pouco ou nada assistidas pela legislação ou estrutura sindical vigentes. Os movimentos sociais rurais dos anos 1980 são, portanto um campo de dupla resistência política, contra a ordem social que os exclui e contra as organizações formais de representação social que não os acolhe.

As dificuldades para a superação do caráter reivindicatório não estiveram vinculadas apenas à cultura ou ideário político dos movimentos sociais, mas à uma conjunção de fatores como o avanço do agronegócio em áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar.

Em grande parte, as experiências inovadoras desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 1980 foram elevadas à ações governamentais. Nesses termos, o PRONAF parece ser a referência mais direta desta nova relação política. Como o estudo a respeito do PRONAF revela:

“O PRONAF visa promover investimentos baseados em compromissos negociados entre os beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada para possibilitar: a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocização de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar; e a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural.” (ABRAMOVAY,2002)

O direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira, dando origem à luta por uma educação que respeite e atenda as necessidades dos povos do campo, os mais atingidos pela exclusão educacional. Essa realidade tem gerado, ao longo dos anos, a situação de precariedade em que se encontram as escolas do campo, seus resultados insuficientes e os altos índices de evasão responsáveis em boa parte pelo contingente de pessoas jovens e adultas fora da escola e ainda um grande contingente de analfabetos.

A Educação do Campo incorpora uma realidade histórica variada, englobando os mais diversos grupos residentes no campo, os grupos tradicionais como agricultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, arrendatários e meeiros.

Hoje, existe o consenso de que uma política de desenvolvimento rural deve integrar a Reforma Agrária, o fortalecimento da pequena propriedade e da agricultura familiar, assim como a geração de mais e melhores postos de trabalho e renda no campo.

Expulsos do campo, um verdadeiro contingente de trabalhadores rurais foi constituindo-se nas periferias das grandes cidades brasileiras, como uma massa de trabalhadores mal-empregados, subempregados e desempregados compondo o dramático quadro social, marcado por profundas desigualdades.

Através das parcerias que o MST e as organizações dos trabalhadores rurais têm realizado com as universidades, na concretização da política pública de educação no campo para as áreas de Reforma Agrária e com o Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), muito se tem avançado no sentido de desenvolver alternativas de permanência digna do homem no campo.

A seguir será abordado o contexto mais amplo em que está inserida a educação no espaço agrário brasileiro, suas características, a infra-estrutura das escolas rurais, e dados do desempenho de políticas públicas no setor.

2.1 – UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MST

O agravamento da conjuntura sócio-econômica do país nos últimos anos se reflete imediatamente no aumento das taxas de desemprego. Este fato tem contribuído decisivamente para aumentar o contingente de famílias que se alistam nas mobilizações de massa do MST na esperança de conquistar um pedaço de terra a fim de garantir a sua subsistência. Por esse motivo, nas fileiras do Movimento é cada vez maior o número de famílias que procuram no campo seu espaço de esperança. É também muito comum no MST a participação de famílias que nasceram e se criaram em cidades e sempre exerceram atividades urbanas.

O Movimento vem crescendo não só no número de participantes como também no grau de importância social em todo território. O MST apresenta uma grande diversidade de reivindicações em suas assembleias. São discutidas várias questões como a concentração de terra, de renda, o sistema capitalista de mercado e as privatizações. São várias as questões abordadas nos debates, nesse palco de discussões, apontam-se alternativas sócio-políticas na direção de uma sociedade democrática. Desta forma, o MST vem se transformando em uma mobilização social que envolve mais do que a luta pela terra ou a Reforma Agrária propriamente dita, mas também as reivindicações relacionadas ao desemprego e a precária condição social de grande parcela da população nacional.

Com seu crescimento numérico e organizacional, o MST adota uma postura mais ousada na luta pela terra a fim de pressionar as autoridades a discutir a questão social de forma mais ampla e urgente. Sendo este um dos debates mais polêmicos da atualidade brasileira, onde se percebe que os posicionamentos políticos vão se radicalizando com mais intensidade, exigindo uma reflexão de toda a sociedade sobre a questão agrária. Nesse sentido, a educação do campo se faz presente por chamar ao debate toda a sociedade a fim de desvelar a realidade da principal necessidade da população rural: *terra, trabalho e pão*.

Neste capítulo, descreveremos as primeiras manifestações da revivente luta pela terra, originando o MST, que ocorreu na Encruzilhada Natalino, no estado do Rio Grande do Sul. A mobilização de 1981 à 1983 marcou a gênese desse movimento social onde a junção entre luta por Reforma Agrária e luta pela redemocratização da sociedade “*criou as*

condições necessárias para o surgimento do MST. (STEDILE, 1999 p.23) Com a ditadura militar ainda forte nesse período, o povo desterrado tinha de escolher entre migrar para a Amazônia, tornar-se brasiguai, pois as terras de fronteira no Paraguai eram mais baratas, ou tornar-se posseiro em reservas indígenas.

Muitas famílias que migraram para a Amazônia pelo programa de colonização rural do governo militar não resistiram por muito tempo às agruras do clima, a imensidão da floresta, e o abandono do governo Federal, favorecendo o fracasso da empreitada. A estratégia associada ao projeto geopolítico de integração da Amazônia a todo território nacional no sentido de povoamento destinava-se a desafogar as áreas de conflitos rurais. A esse respeito Valverde diz que a política de colonização na região amazônica, *“espontânea ou planejada, deve-se concluir que, na maioria dos casos, não foi capaz de fixar o homem ao solo, gerou níveis de vida extremamente baixos, enquanto os posseiros têm sido utilizados apenas como desbravadores gratuitos e, pouco depois, expulsos de sua terra”*. (1985, p. 247)

Algumas famílias tiveram suas terras expropriadas por várias razões, tais como a expansão de soja em terras sulinas, crises na lavoura cafeeira e obras na usina hidrelétrica de Itaipu, não restando outra saída a não ser emigrar para o Paraguai. Como brasiguaios tiveram que se adaptar a viver uma vida fronteiriça, onde nem o governo paraguaio e muito menos o governo brasileiro atendiam as suas necessidades, *tendo de viver de atividades ilegais como a passagem clandestina de gado entre as fronteiras. (FOLHA DE S. PAULO, 15/08/2006)*.

Na década de 1970 muitas famílias da região sul do país estavam, na condição de posseiros, dentro de reservas indígenas, sendo expulsas em 1978 pelo povo Kaingang do acampamento em Nonoai, no Rio Grande do Sul.

“Em maio de 1978, mais de vinte mil famílias, que desde 1968 vinham arrendando as terras da Reserva Indígena dos índios Kaingang de Nonoai, por intermédio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), começaram a sair por causa dos conflitos com os índios que exigiam a desocupação integral de suas terras. Das famílias que foram despejadas da Reserva, uma parte permaneceu acampada na região de Ronda Alta/Sarandi: setecentas famílias.” (FERNANDES, 1999, p.75).

Alguns membros dessas famílias reforçaram as fileiras do grupo que compôs a primeira ocupação que formou o MST na fazenda Macali, município de Ronda Alta no Rio

Grande do Sul. Os acampados dessa área conseguiram uma representativa vitória, depois de muitas lutas pela posse da terra. Com a circulação dos fatos houve grande repercussão na mídia, e o governo do Estado autorizou a permanência das famílias.

A luta pela conquista da terra iniciada na Encruzilhada Natalino durou três anos e cinco meses antes de alcançar sua conclusão final. Muitas famílias desistiram migrando para as cidades ou voltando para seus locais de origem, mas muitas permaneceram na empreitada com o sonho de alcançar o acesso à terra, vivendo de modo precário, resistindo até a concretização dos seus objetivos, com a liberalização das terras para o assentamento das famílias.

Deste modo, aliado à questão da concentração de terras a partir da grilagem de terras e à implantação efetiva da Revolução Verde, abrindo caminho para a agro-industrialização, criou-se objetivamente e subjetivamente as condições que impulsionaram, através da resistência camponesa, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no ano de 1984.

Figura 1: Mapa da Região entre Ronda Alta e Nonoai



Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/daer_maparodoviario_4590_3638.jpg

Não cessava o contingente de famílias oriundas da expulsão das terras indígenas em Nonoai, tanto que a fazenda Brilhante, vizinha à Macali, também começou a ser ocupada.

“Em 1980, as famílias remanescentes da expulsão da reserva indígena que sobraram da divisão das terras das Granjas Macali e Brilhante, deram início ao acampamento de Encruzilhada Natalino, que ficava ao lado das fazendas divididas.” (LERRER, 2003, p. 48)

Tudo isso, não foi suficiente para garantir terra a tantos colonos. Muitos continuaram chegando, alguns resolveram acampar na beira de um cruzamento rodoviário. Em poucos meses já eram tantas famílias que um acampamento formou-se à beira da estrada, era o acampamento da Encruzilhada Natalino, nome procedente de seu primeiro acampado.

O acampamento teve repercussão nacional e internacional, devido ao grande contingente de famílias, e a completa falta de recursos para sua permanência no local, passando frio e fome em barracas de lonas à beira da estrada. Este fato mobilizou as bases da Igreja Católica, que além da presença constante do Padre Arnildo Fritzen, enviou ao acampamento os bispos Dom Pedro Casadáliga e Dom Bauduíno, presidente da Comissão Pastoral da Terra, que rezaram missa como forma de apoio.

A presença do Exército se deu nesse episódio quando foi designado do Centro de Informações do Exército para a região o Coronel Sebastião Rodrigues Moura, Coronel Curió, já muito conhecido por haver aniquilado os últimos focos da guerrilha do Araguaia, junto com a Brigada Militar e a Polícia Federal. Diante disso, houve uma atuação mais presente da política de segurança nacional orquestrada pelo governo militar.

“Barreiras policiais foram montadas para conter o acesso de novas famílias e impedir que alimentos e roupas doadas chegassem aos acampados. Sem alimentos, as pessoas tinham de ficar em filas durante horas, para receber as cestas do governo. Fazer reuniões só era possível do lado de fora, pois os agentes estavam por toda parte e gravavam, fotografavam, intimidavam. A imprensa começou a descrever a Encruzilhada Natalino como ‘campo de concentração’” (BRANFORD, ROCHA, 2004, p.35)

Utilizando-se de táticas de coerção, Curió disciplinou o acampamento a rígidas rotinas cerceando o ir e vir de pessoas e apreendendo mantimentos que vinham de doação, após passarem por uma rigorosa inspeção. O Coronel também se aproveitava da ingenuidade dos homens embebedando-os, para com isso provocar brigas entre os acampados. Enviava soldados e policiais disfarçados entre a multidão, a fim de obter informações, aliciava até mesmo as crianças dando-lhes balinhas para posar bem nas publicações de fotos e matérias jornalísticas, pois a imprensa cobria tudo o que vinha

acontecendo devido a tamanha miséria que sofriam e o rigor empregado pelos militares. Assim, o acampamento Encruzilhada Natalino ficou em evidência na mídia.

Com a brutal repressão muitas famílias desistiram e foram deslocadas para um assentamento criado especialmente para as famílias do Natalino, na cidade de Lucas do Rio Verde no Mato Grosso do Sul. As famílias não queriam migrar para a região Centro-Oeste, pois já conheciam as histórias de abandono social e político sofrido nesses assentamentos, que foram criados justamente para livrar-se dos desterrados, que na época cresciam, pois o Brasil vivia o auge do “milagre econômico” e com isso não poderia deixar à mostra os efeitos nefastos de uma política econômica que desprezava o fator humano em suas práticas de governo. Um período em que o social era visto como caso de Segurança Nacional, ou seja, prisão, tortura, exílio político e em alguns casos morte.

Em meados dos anos de 1980, o violento governo golpista instalado no Brasil já declinava. Nesse período houve uma política de abertura e com isso, muitos ativistas sociais aderiram à causa dos acampados. Uma campanha de solidariedade fez com que os brasileiros olhassem para o campo e enxergassem que ali havia um povo disposto a permanecer com sua família, sua cultura, seu lugar.

Diante disso, foram juntando-se à multidão órgãos internacionais de direitos humanos, a alta representatividade da Igreja Católica e o Conselho Mundial de Igrejas. O Congresso Nacional enviou dois de seus membros a fim de apurar denúncias de violência policial, e um mutirão foi criado a fim de auxiliar as famílias e denunciar ao Brasil e ao mundo a forte repressão que as famílias vinham sofrendo no acampamento Encruzilhada Natalino.

Em 1981, o Coronel Curió, muito a contragosto, foi retirado de sua missão, derrotado pela pressão popular. Com isso o Governo Militar percebeu que sua política de repressão já não era suficiente para controlar as massas. Nascia ali o maior movimento social que o Brasil já havia concebido e uma das organizações camponesas mais notáveis do mundo.

“Foram três anos de luta e intimidação da ditadura militar, que oferecia terras em outros Estados e chegou a enviar o Major Curió para desmobilizar os agricultores. A luta dos acampados de Encruzilhada Natalino acabou sendo considerada uma arena da luta contra a ditadura, tecendo um verdadeiro cordão de solidariedade em torno de si, que envolvia políticos da oposição, a Igreja e a sociedade em geral, conseguindo furar o bloqueio que a ditadura, já no seu ocaso, tentava lhe impor.” (LERRER, 2003, p. 48).

No Brasil, a população convivia com o andamento das reivindicações pela abertura política e pelo fim do Governo Militar, gerando intensas mobilizações nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Como resultado dessa conjuntura, em janeiro de 1984 ocorre o encontro que originou o MST.

É nesse contexto dos anos de chumbo que, entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, o Seminário Diocesano São José, em Cascavel, Paraná, foi palco para o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra. O Encontro reuniu trabalhadores rurais de 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). A participação destas entidades representou a união de vários grupos com o propósito de formação de um movimento em defesa dos trabalhadores sem terra.

“Pela primeira vez na história, todos os que lutavam pela terra, nos diferentes pontos do Brasil, passaram a agir em conjunto. O MST recebia agora o apoio não só da ala progressista da igreja católica (particularmente, a CPT e as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base)... a recém fundada CUT – Central Única dos Trabalhadores... mais de 1500 delegados, de todas as partes do país, juntavam-se pela primeira vez para discutir a questão da terra.” (BRANFORD, ROCHA, 2004, p.52)

Após três dias de constantes debates foram estabelecidos os principais pontos a serem seguidos pelo novo movimento social que se formaria, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, cujos pontos norteadores eram: ser conduzido por trabalhadores sem-terra, independente da igreja, dos sindicatos e dos partidos políticos, ser aberto a qualquer família sem-terra que pleiteie lutar pelo seu próprio espaço de produção, e ser um movimento de massa. Também foram definidos seus principais objetivos: lutar pela reforma agrária, pela justiça social, e garantir que a terra seja de quem nela viva e trabalhe. Assim, começou a articular o Movimento com preocupação orgânica, tendo objetivos e linha política determinados.

Olhando para a conjuntura nacional daquele período percebemos que o modelo capitalista no campo criou projetos para abafar e impedir a explosão social no campo. O Estatuto da Terra de 1964 e a Legislação Trabalhista para o campo na década de 1970, foram decisivos para a fundação de agrovilas em assentamentos rurais ao longo da Rodovia Transamazônica. Essa foi a política de abandono social do trabalhador rural, pois foram

assentados sem nenhuma estrutura que possibilitasse a produção em meio a floresta Amazônica, tinham o interesse único e exclusivo de frear a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra.

Para Ariovaldo Oliveira esse episódio é fundamental para entender os conflitos de terra na região amazônica:

“O governo estimulava com a SUDAM, os investimentos através dos grandes projetos agropecuários, e não abria possibilidade de acesso à terra para as grandes lavas de migrantes. E acrescenta-se a isso a grilagem de terras generalizada que passou a ocorrer em todos os estados da Amazônia Legal área de atuação da SUDAM.” (2005, p.28)

No ano de 1985, o modelo econômico pós-1964 fundamentado na aliança entre militares, tecnocratas e o grande capital estava esgotado. Setores da elite brasileira encurralados pela crise pós-milagre econômico fragmentaram-se na cúpula do poder. As classes médias, prejudicadas pela escassez de capital para o consumo e o arrocho salarial, abriram mão do seu apoio aos militares. Os movimentos populares organizavam-se, independentes do Estado, e somavam-se forças para derrubar o governo do regime militar.

Neste mesmo ano, em plena luta por "Diretas Já" o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, cujo grito de ordem foi: "Ocupação é a única solução". Neste ano, a eleição de Tancredo Neves iniciou uma nova fase da história republicana. A Nova República estava por vir, Tancredo quando indicado pelo Colégio Eleitoral prometeu ao MST participar do seu I Congresso, em Curitiba. Com isso, o Movimento teve na ocasião um aceno positivo à Questão Agrária. Com o agravamento de sua doença, não tomou posse de seu mandato presidencial, falecendo em São Paulo.

Com a morte do primeiro presidente civil depois de vinte e um anos de governo militar, a luta por Reforma Agrária espalha-se por todas as regiões do Brasil. O vice-presidente José Sarney assumiu em meio a muita desconfiança, pois mantinha uma aproximação política mais alinhada aos militares. Mesmo assim, aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária, porém outra vez a proposta ficou apenas no papel.

Esperava-se um governo pós-ditadura militar que reestruturasse o país no caminho de uma república democrática com participação popular. O esperado não ocorreu, pois o próprio presidente Sarney era, e continua sendo, um dos maiores latifundiários da região

nordeste e um “Coronel” no Maranhão, seu estado de origem. Em seu governo assentou menos de 90 mil famílias.

“O PNRA baseava-se na lei criada pelos militares, em 1964. Numa versão pobre e com uma leitura limitada das próprias possibilidades do Estatuto da Terra, o PNRA consolida finalmente a separação dos trabalhadores das lutas sociais no campo, tão cara aos militares e aos grupos dominantes”. (GRZYBOWSKI, 1997 p.81).

Em meio ao fracasso do PNRA, o MST novamente voltou às ocupações na fazenda Annoni. Um plano de ocupação em massa foi elaborado, sendo implementado na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, ocupando os mais de 9.000 hectares da fazenda da família Annoni que o governo federal já desapropriara, porém a família ainda pleiteava desde 1971 sua devolução na justiça. Essa ocupação tornou-se um ícone da mística do Movimento.

Demonstrando alto nível organizacional dos coordenadores e com o apoio da CPT, essa ação conseguiu até mesmo debelar um conflito com o pelotão de polícia que fora deslocado para a área e cercou o acampamento por um ano. Houveram muitas lutas, sofrimento e mortes. Em 1987, a pressão popular venceu e o governo gaúcho concordou com a permanência das famílias na fazenda. O caso foi encerrado somente seis anos mais tarde quando cada família recebeu seu lote. Com essa marcante vitória, iniciou nesse período um rápido crescimento do MST, sendo reconhecido pela sociedade em todo território nacional.

Percebendo a movimentação popular, os latifundiários criaram em 1985 a União Democrática Ruralista (UDR), uma entidade de classe que se destina a reunir fazendeiros e tem como princípio fundamental a manutenção do status conservador e positivista do espaço agrário brasileiro, ou seja, manter a concentração de renda e terra sob a ideologia do direito à propriedade e a manutenção da ordem e o respeito às leis do país. Existente até hoje, a UDR trabalha com assessores jurídicos, com o objetivo de deter desapropriações de terras e financiar campanhas políticas para a bancada ruralista no governo.

No entanto, os mecanismos legais para uma efetiva reforma agrária foram consolidados com a Constituição de 1988³ e os movimentos sociais obtiveram uma

³ O objetivo de citar artigos constitucionais tem por base o reconhecimento da legitimidade das ações do MST na luta por Reforma Agrária, acreditando que a ocupação do espaço político com o entendimento das leis poderá capacitar seus militantes na compreensão das tensões sociais face ao descumprimento dos direitos fundamentais. Nesse sentido, esses

significativa vitória em relação ao direito a terra, sendo os artigos 184: “*Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social,...*”, e 186: “*A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei.*”

Em princípio, a função social da terra ressalta o sentido em que a terra está a serviço do homem, e não o homem a serviço da terra, mas que a terra não é mercadoria, e sim um meio de produção de alimentos e de utilidade social. Contudo, o forte movimento de oposição liderado pela bancada ruralista no governo frustrou os planos de Reforma Agrária.

Em 1993, no governo Itamar Franco a lei nº. 8.629 reafirmou a função social da terra. Foram definidos novos conceitos para a classificação dos imóveis rurais, o módulo fiscal, entendido pelo INCRA como uma medida expressa em hectares para cada região, ou seja, o módulo fiscal varia de região para região, considerando fatores de tipo de exploração predominante no município, renda obtida com a exploração, e a propriedade explorada pelo grupo familiar, no conceito de agricultura familiar.

Algumas áreas foram classificadas por uma dimensão inferior ao módulo fiscal. Na pequena propriedade, os imóveis têm área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, na média propriedade, tem área entre quatro e quinze módulos fiscais, e a grande propriedade, superior a quinze módulos.

Outro presidente da república provindo de família oligárquica foi Fernando Collor de Melo, eleito em 1989. Depois de várias décadas de duras imposições políticas, o povo brasileiro conquistou novamente o direito à cidadania participativa com o voto direto. Porém, Collor representou um retrocesso na luta pela terra, tendo várias vezes se posicionado contra a Reforma Agrária. Tinha em seu governo, ruralistas como o ministro Antonio Cabrera Mano, que promovera o abandono das políticas de Reforma Agrária, ao lado de aliados agropecuaristas que militarizaram o campo brasileiro.

Foram tempos de repressão contra o MST, despejos, assassinatos, prisões arbitrárias e a contratação de guarda armada foi utilizada como “*milícias privadas*” (SERVOLO, 1996). O acesso a terra continuava vetado aos trabalhadores rurais. “*Também aí se verifica a forte reação dos interesses ligados à propriedade fundiária, que se fazem ver não só*

artigos fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Ver: O MST e a Constituição. Delze Laureano, Expressão Popular, 2007.

mediante a criação de entidades como a UDR, como também pela eficiente ação parlamentar, através da chamada ‘bancada ruralista’”. (SERVOLO, 2004)

Em 1990, ocorreu em Brasília o II Congresso do MST, continuando os debates sobre a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento a nível nacional. Tendo nessa ocasião pensado e elaborado sua bandeira e seus objetivos gerais, tais como: a construção de uma sociedade sem exploração, a luta para que a terra esteja a serviço de toda a sociedade, a garantia de trabalho e renda com a repartição de terras, a igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, a difusão de valores humanistas e socialistas nas relações sociais, e o combate a todas as formas de discriminação social.

O MST define os sem-terra como força de trabalho rural dilapidada pelo subemprego e o desemprego oculto (MST, 2007). Segundo essa definição, o conceito de sem-terra abrange os pequenos proprietários e posseiros com menos de cinco hectares, os pequenos parceiros, meeiros, arrendatários e os assalariados rurais que desejam trabalhar em terras próprias, e os filhos adultos dos agricultores familiares na iminência de expulsão do campo por falta de terras.

O esforço para a Reforma Agrária veio também com as disposições de idéias políticas como da Revolução Russa, Revolução Chinesa, Revolução Cubana e dos preceitos éticos religiosos desenvolvidos pela *teologia da libertação*,⁴ que desempenhou um papel crucial nas bases de formação do movimento. Sob essa influência o Movimento desenvolveu a *mística*⁵, que é um exercício de memória das lutas travadas pela terra, alimentando o sonho e a esperança dos trabalhadores sem-terra. Na mística aplica-se a importância da palavra fé, como atitude política.

⁴ O teólogo Leonardo Boff, é o principal teórico da teologia da libertação, que reflete sobre a possibilidade de uma Igreja Católica mais próxima do povo, atuante no combate a miséria e a exploração-expropriação do povo no campo e nas cidades. Condenada pela Igreja de ser uma teologia marxista, tal pensamento teológico, sofreu um duro golpe da própria Igreja. E após ter reeditado seu livro Igreja: Carisma e Poder, Leonardo Boff, foi sumariamente afastado da Igreja, por um processo doutrinário movido pela congregação pela doutrina da fé. “A teologia da Libertação é feita a partir deste lugar social: junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando de suas lutas... Hoje se elaborou, na teologia Latino-americana, este outro lugar, junto com os pobres e no interior das lutas, animadas pela fé eclesial” (BOFF, 1986, p.24).

⁵ A mística é o sangue do movimento. Aonde ela corre, o movimento vive. Aonde não, ele morre... Os estudantes e os professores poderiam ter uma mística. Eu tenho uma na minha casa... A mística é subjetividade e objetividade. É utopia e realidade. Ela é um ritual, é música, poesia, mímica. É esperança, dor, linguagem. Um pouco como uma missa, sem o lado religioso. As pessoas não estão ali fazendo seu ritual em nome de um ser metafísico. Mas em nome de um ser humano - que é ele mesmo. Está dizendo "ou eu vou, ou eu fico". A mística mudou o caráter do divino. O divino não é mais o outro. Quando o divino é o outro ele é alienante. (FERNANDES, 2002)

Um de seus grandes articuladores foi funcionário do Departamento de Agricultura do governo do estado do Rio Grande do Sul, João Pedro Stédile, que já em 1979 esteve presente nas ocupações das fazendas Macali e Brillhante e também no acampamento Natalino. Atualmente, Stédile é membro da direção nacional do MST.

Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições em 1994 seguindo fielmente o consenso de Washington, ou seja, a cartilha neoliberal. No setor agrícola, seu governo promoveu a vinda ao Brasil das grandes corporações agroindustriais. Nesse período, a luta pela Reforma Agrária se acentuou e por pressão social foram assentadas mais famílias que nos governos anteriores. Porém, não com uma proposta plena de Reforma Agrária e sim pela simples política distributivista de terras.

O MST realizou seu III Congresso Nacional em Brasília no ano de 1995, em meio aos debates e a eleição de FHC à presidência da República. Nesse momento cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, porém perceberam que para as reivindicações serem vistas e conhecidas por todos era preciso uma grande mobilização, e foi pela Reforma Agrária que o MST marchou até a capital do país em 1997. O Movimento organizou a histórica "*Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária*" rumo à Brasília. No mês de agosto de 2000, o MST realizou novamente na capital nacional, o IV Congresso Nacional, tendo como palavra de ordem "*Por um Brasil sem latifúndio*" orientando suas práticas até hoje.

A relação do governo FHC com o MST foi de repressão dura e violenta, graças a participação da mídia desinformando a opinião pública, descredenciando o Movimento e satanizando suas lideranças, produzindo material jornalístico claramente tendencioso elaborado pelos órgãos de imprensa. O MST preocupa a classe ruralista que precisa pensar em eventuais conseqüências nefastas, ou seja, "*a ocupação e a desapropriação de suas terras, de uma ação indesejável do 'exército descalço' da bandeira vermelha. Sinto tristeza que o MST tenha deixado de ser um movimento social pela reforma agrária para se tornar um movimento político e ideológico*", diz o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto. "*Se eles ameaçarem a democracia, o Estado vai reagir*". (REVISTA VEJA, 03/08/1988).

Esse governo afirmou ter realizado "*a maior reforma agrária da história do Brasil*" segundo o documento "*Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar 2001*"

(INCRA, 2008). Teria assentado cem mil famílias no ano de 2001. Mançano (2000) esclarece que esses assentados seriam predominantemente resultado das ocupações de terra realizadas pelas famílias de Sem-Terra, sendo que nas publicações do governo FHC as informações referentes aos assentamentos aparecem como decorrência exclusiva das ações desse governo.

Na região do Pontal do Paranapanema, onde a luta pela terra promoveu um processo de socialização de milhares de famílias Sem Terra organizadas pelo MST por meio da ocupação de terra, nos últimos anos foram conquistados assentamentos, possibilitando a inserção sociopolítica no desenvolvimento local e regional. O pontal do Paranapanema é uma região onde desde a década de 1950 o Estado reconhece a atuação de fazendeiros ocupando ilegalmente essas terras. Mais de um milhão de hectares deveriam voltar ao controle do Estado, mas isto vem ocorrendo lentamente.

Outra região de grande concentração de terra e de freqüentes conflitos sociais é o Bico do Papagaio, área que é conhecida por intensos conflitos pela posse da terra, configurando-se uma região classificada como “*arco de violência*”, que coincide com os focos principais de terras submetidas à grilagem, esses conflitos envolvem índios, posseiros e grileiros.

Em diversas outras regiões, os Sem Terra estão proporcionando manifestações de luta pela terra, a fim de conquistarem os seus direitos.

Assim, o MST traz à tona toda a discussão, e vem questionando o pacto feito entre as elites agrárias desde a formação do Brasil. Entretanto, muitos políticos, jornalistas, e empresários agrícolas ligados ao agronegócio vêm constantemente com o apoio da mídia, “criminalizando” a questão agrária e marginalizando as lideranças do Movimento.

A eleição de Lula em 2001 não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Desta forma o MST viu a necessidade de promover cada vez mais ocupações, pressões populares e marchas para aprovação da constituição de um modelo agrícola que priorizasse a produção de alimentos e a diminuição das desigualdades sociais, com a implementação de um plano de desenvolvimento rural por intermédio da agroecologia e da agricultura familiar. Deste modo, as pressões populares vêm obtendo resultados, como foi mostrado em pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

“Em 2006, o Incra assentou quase 140 mil famílias; nos últimos quatro anos, os assentamentos constituídos já somam cerca de 380 mil famílias. Cerca de 9,4 milhões de hectares foram incorporados à reforma agrária em 2006, elevando para 32,6 milhões de hectares a área apropriada por projetos de assentamentos entre 2003 e 2006. A ampliação dos financiamentos do pronaf também foi significativa nesse período”. (IPEA, 2007)

A luta do MST por Reforma Agrária continua, não pela simples distribuição de terras, ou a “*pulverização da terra*” como dizem os ruralistas. Em resumo, desejam a modificação da estrutura de políticas públicas no campo, na qual ainda persiste o poder dos latifundiários. Para alcançar tais objetivos, a organização do Movimento criou em sua estrutura, um setor de educação que desenvolve uma concepção mais ampla de luta pela terra, deixando clara a necessidade da luta por dignidade e cidadania para os trabalhadores rurais, para isso incluiu-se também o direito à educação no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizou, no mês de junho de 2007 em Brasília, seu V Congresso Nacional, com a presença de 17.500 participantes, onde foram assumidos dentre vários compromissos⁶, salientamos alguns que contribuem muito para a pertinência desse trabalho acadêmico:

- *Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.*
- *Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras.*
- *Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis.*
- *Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos; mandantes e executores.*
- *Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.*
- *Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.*
- *Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.*
- *Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.*
- *Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.*
- *Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.*

⁶ Carta do V Congresso Nacional do MST 21/06/2007

Neste ano de 2008, ao completar 23 anos, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os trabalhadores do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Tendo suas ações realizadas em 24 estados, suas lutas não são unicamente por Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na *justiça social, na soberania popular e na dignidade humana* (MST, 2008).

Um Movimento formado por gente militante e comprometida com a luta pela terra, com obstinação e raiz nas idéias de classe, seus integrantes têm sido alvo de assassinatos e prisões. Contudo, resiste e mostra a todos os brasileiros que é possível combater o imperialismo e prova que os trabalhadores, quando unidos e armados com os ideais de liberdade e dignidade humana, independente dos interesses do grande capital, podem transformar a sociedade.

CAPÍTULO 3 - ESCOLA AGRÍCOLA 25 DE MAIO: UMA PROPOSTA E UMA REALIDADE SÓCIO-EDUCATIVA NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM AGROECOLOGIA

"La justicia, la igualdad del mérito, el trato respetuoso del hombre, la igualdad plena del derecho: eso es la revolución."

José Martí

A Escola Agrícola 25 de Maio foi oficializada em 1989 por iniciativa da comunidade assentada, recebendo poucas considerações da esfera do poder local e do Estado. Oferece à comunidade educação integral e profissionalizante. Tem no curso técnico em Agroecologia um fator fundamental para a sustentabilidade dos assentamentos por meio da produção agroecológica.

A Escola está localizada em área de assentamento de Reforma Agrária, na região Meio-Oeste de Santa Catarina, e possui estreita relação com o MST. Tendo sido construída em 1988, no ano seguinte passou a funcionar. Está localizada no Assentamento Vitória da Conquista, no município de Fraiburgo - SC.

Em convênio com o governo federal e a secretaria estadual de educação em conjunto com a comunidade possibilitou o aproveitamento de uma área de 35 hectares e estrutura física que possibilita sob alguns percalços a boa oferta de educação no campo. Em sua área dispõem de trator, arado, salas, galpões, garagens de máquinas, implementos agrícolas, e alguns animais: vacas, carneiros e frangos à disposição das atividades do curso.

O curso Técnico de Agroecologia requer compartilhar reflexões acerca da questão agrária e as propostas de educação do campo elaboradas e realizadas pelo MST. Neste sentido, este capítulo propõe-se a seguir a linha de análise: compreender o trabalho na perspectiva do MST, situando a proposta do Movimento na realização e organização do trabalho, principalmente sob o enfoque da formação da agroecologia e da cooperação. Sendo a cultura e a comunicação práticas importantes no contexto educacional dos

assentamentos, apresentaremos as alternativas de cultura e comunicação, na intenção de perceber as atuações do MST nessa região.

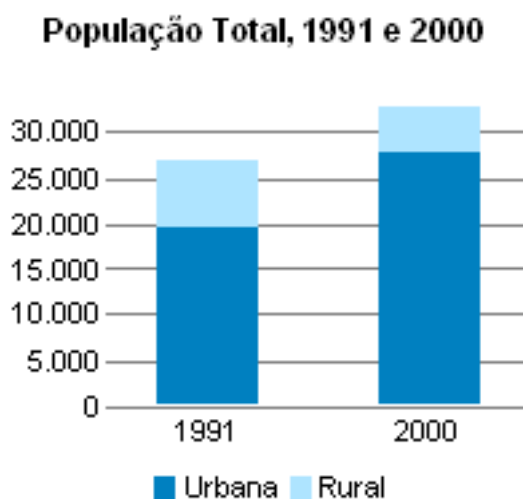
A ideologia do paradigma técnico-científico conduzido desde a Revolução Verde desqualifica entre os próprios camponeses a sua vocação enquanto portadores e geradores de técnicas agrícolas, reservando à comunidade científica o monopólio do processo de geração do conhecimento técnico na agricultura.

Nesse sentido, o desenvolvimento científico-tecnológico se desvinculou da memória coletiva e dos valores culturais e históricos dessas comunidades, são transmitidos como verdades intangíveis e indiscutíveis, reforçando em meio aos agricultores uma relação mítica com a ciência e a absoluta confiança naqueles que a produzem, gerando dependência na utilização de agroquímicos.

Atualmente, há um intenso debate sobre os impactos sócio-ambientais que as novas tecnologias impõem ao campo, trazendo novas discussões sobre a relação educação e trabalho. Nesse sentido, apontaremos a formação profissional no curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, e seus reflexos socioeconômicos nos assentamentos da região. Seguindo uma outra lógica, a lógica do mercado, está a exploração do potencial turístico e sócio-ambiental do Vale do Contestado e sua memória histórica pela prefeitura do município de Fraiburgo no qual discorreremos algumas linhas.

3.1 - DAS SERRARIAS À AGROINDÚSTRIA DA MAÇÃ

O município de Fraiburgo, onde fica localizada a Escola Técnica Agrícola 25 de Maio, é “progressista” na essência da doutrina política positivista. Fundou-se com o autoritarismo caudilhesco local, que até hoje existe. Tem uma população, na maioria composta de imigrantes alemães, italianos e caboclos. Seu índice populacional chega a 36.891 habitantes, sendo 30.914 os residentes em área urbana e 5.977 habitantes em área rural, como é mostrado no Gráfico nº 2:



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano. PNUD

Sua formação está calcada na questão do latifúndio, na concentração e na grilagem de terras. A região que em 1939 era conhecida como “campo da dúvida”, estava no limite entre dois latifúndios, as fazendas Liberata e Butiá Verde. Um dos filhos dos primeiros “desbravadores”, Willy Frey, justifica a posse dessa área por sua família dizendo: *Na verdade, os donos dessas propriedades desconheciam rigorosamente a extensão das terras.*(2005, p. 14). A maior parte dessa região era originalmente coberta por bosques de *Araucaria angustifolia*, ou popularmente conhecida como Pinheiro-do-Paraná, além da Imbuia, do Cedro, da Canela e da Erva-Mate, espécies botânicas naturais da paisagem fitogeográfica sulina conforme apresentado na figura nº 2:



Desenho temático das principais atividades econômicas do oeste de Santa Catarina

A base da exploração econômica foi a derrubada da floresta para a extração da Araucária, firmando-se um acordo entre Belizário Ramos, um fazendeiro primo do governador do estado Nereu Ramos, que foi presidente da República em 1955 e René Frey. “O negócio entre Ramos e Frey é firmado na base ‘serrar às meios’, como se costumava dizer (50% para o proprietário da floresta e 50% para o serrador).” (BURKE, 1994, p.16). Como a extração da madeira era intensa houve a necessidade de mão-de-obra vinda das áreas vizinhas. Posteriormente foi construída uma fábrica de caixas, e a área começou a acomodar um número crescente de trabalhadores. Com isso foi ganhando forma de cidade, reconhecida como Butiá Verde, *Butia eriospatha*, nome de uma palmeira comum na região e servia de base alimentar os trabalhadores locais.

Muitas das concessões e apropriações de terras são adquiridas por meios escusos como a grilagem, e estão vinculadas ao coronelismo, prática política que expressa o poder local de grandes proprietários rurais e comerciantes, até mesmo como base eleitoral para a política dos estados.

A região passou a ser ocupada oficialmente na segunda metade do século XIX, são poucas as informações sobre a região da época de Butiá Verde, mas devido a economia tropeira, uma parcela significativa de pequenos e médios sítiantes viveu nessa área sob o regime da posse.

“A partir de então aquelas terras passam a sofrer, além do próprio crescimento vegetativo, o ingresso de novos moradores, da mesma forma que paulatinamente se estabelecem grandes fazendas de gado, aproveitando as manchas de campos nativos que se abriam ante as imensas florestas de araucárias”. (BRANDT 2007, p. 167).

Embora não seja finalidade da pesquisa realizar a tarefa de inventariar os “primeiros” ocupantes do município, faz-se necessário ao menos realizar algumas considerações a respeito das fazendas e famílias, nem sempre “pioneiras”, mas com uma propaganda ideológica e ufanista⁷ na forma de contar sua história. É o caso da família Frey, que com forte influência política instalou no “campo da dúvida”, uma serraria.

“Na região de Fraiburgo tem-se, junto com a devastação para a abertura de roças pelos colonos, a atuação de várias serrarias que iriam reduzir, pelo desmatamento, imensas áreas antes usufruídas em comum pela população local na criação de animais. Dentre as serrarias que atuaram na região, é possível destacar a Serraria René Frey & Irmão como uma das principais protagonistas deste processo, não apenas pela devastação, mas pelo cercamento e introdução de novos empreendimentos econômicos nas suas terras”. (BRANDT 2007, p. 240)

Esta situação pode ser explicada não só pela expropriação dos antigos moradores, que poderiam ter sido agregados da família Ramos, ou mesmo posseiros de áreas próximas, mas pela gradual redução de espaços de uso da terra em comum, o que segundo Marlon Brandt *teria também provocado a existência de momentos de tensões entre os colonos e os antigos moradores.* (2007, p. 240)

À medida que avançavam novas formas de uso do espaço, aquela população passou a resistir, da forma que lhe era possível, ao que eles consideravam invasões de suas terras, como no caso da serraria *René Frey & Irmão*, ante a desagregação de seu antigo modo de vida. Diante disso, como afirma Brandt: *“encontramos, de um lado, a colonização, trazendo novas formas de uso daquele espaço, amparada pelo poder político e econômico,*

⁷ “Foi aqui, numa história vibrante, que um pioneiro arrojado viril, aportando de terra distante, descobriu o pulsar do Brasil. Visionário de esplêndida aurora, esse bravo René Carlos Frey construiu a cidade onde agora o porvir rumo à glória se vai”. Primeira estrofe do Hino do Município de Fraiburgo.

destruindo e construindo territórios, e do outro, a sociedade já existente, que disputa a preservação de seu território e de formas costumeiras de uso do mesmo.” (2007 p. 245).

A floresta, a partir da valorização da madeira, passou a ser vista como mais uma fonte de renda. Os pinheiros que se encontravam na região passaram a ser comercializados nas serrarias dos irmãos Frey. Os Frey passaram a explorar os vastos butiazais, extraíndo suas folhas para a produção da crina vegetal para a indústria de colchões. Extração que prejudicava a criação de animais soltos, afetando principalmente indígenas, posseiros e pequenos agricultores que iniciaram uma relação confrontante.

De acordo com o livro *Lá nos Frai*, de Wily Frey, os habitantes locais referiam-se à Butiá Verde como “lá nos Frai” por causa da serraria. Diante disso, a família passou a liderar uma petição à prefeitura de Curitiba, na qual a área fazer parte, para a municipalização. Com isso, em 1960 os “pioneiros” nomeiam a cidade como sendo sua, ou seja, Fraiburgo, cidade dos Frey. Um ano depois René Frey lidera a emancipação política de Fraiburgo, “20 de dezembro de 1961, era criado um novo município, que foi instalado em meio a grandes festejos públicos, no dia 31 do mesmo mês de dezembro. Fraiburgo torna-se um município sem sequer ao menos ter sido distrito.” (2005, p.96) sendo René Frey, o primeiro prefeito do município, que em seu primeiro discurso de posse disse “*que sua maior riqueza é o pinheiro nativo, mas em compensação, as suas 27 serrarias abaterão, em pouco tempo as últimas reservas florestais existentes.*” (BURKE, 1994, p.82) e Willy Frey, filho de René, terceiro prefeito de Fraiburgo, que “*liderava intensa campanha de aplicação de incentivos fiscais do imposto de renda na implantação de pomares*” (p.112) desenvolveu na cidade uma das maiores empresas exportadoras de maçã do Brasil.

Hoje, a cidade é a maior produtora de maçãs do país, o cultivo agroindustrial da pomicultura é responsável pelo seu título de “Terra da Maçã.” No período entre janeiro e abril ocorre um acréscimo de aproximadamente 10.000 trabalhadores vindos em sua grande maioria das periferias de Curitiba – PR, para a colheita da maçã.⁸ Nesse sentido, somente no grupo Fischer a colheita é toda manual sendo que a empresa em Fraiburgo emprega aproximadamente 3.000 pessoas⁹. No balanço de produção de 2005, “a Renar Maçãs S/A

⁸ Acessado no site www.fraiburgo.sc.gov.br em 2008.

⁹ Acessado no site www.citrosuco.com.br/fischer em 2008.

possui cerca de 1.600.000 macieiras cultivadas em 16 pomares, na região de Fraiburgo; e produz em torno de quarenta mil toneladas/ano de maçãs”.

Diante dessa reconfiguração sócio-espacial, os caboclos foram perdendo seu espaço de vida e trabalho para o colono europeu. O país passou por um novo padrão de desenvolvimento, baseado no setor urbano-industrial e a produção de alimentos para o mercado interno foi sendo cada vez mais rechaçada.

O progresso da região está ligado às atividades agroindustriais que foram beneficiadas, sobretudo a partir da emancipação municipal, e incentivos, subsídios e financiamentos do estado. Propagou-se um discurso onde eram contrapostos o sistema de produção familiar e o modelo agroindustrial, *“levantou-se um questionamento que envolvia a própria existência de determinados sujeitos sociais e de práticas culturais que estariam impedindo a modernização”*(BRANDT, 2007). Diante disso, os costumes e hábitos de trabalho da população rural catarinense aparecem como problemas que devem ser solucionados.

A *modernização dolorosa* (GRAZIANO, 1982), que no caso dos pequenos produtores excluiu e continua afastando-os do processo produtivo, dando-lhes como única opção o êxodo rural. Na cidade de Fraiburgo passa-se então a compor um contingente de trabalhadores assalariados nas serrarias e pomares de maçã em atividade, e nos novos empreendimentos da família Frey no município.

3.2 - A REVOLTA DO CONTESTADO NA MÍSTICA DOS ASSENTADOS

É de extrema necessidade em nosso trabalho o apontamento de um fato histórico que desencadeou repercussões importantes para o entendimento da cultura popular da região estudada, e seu reflexo na memória e na mística do MST no município de Fraiburgo. Discorreremos sucintamente a construção da imagem do caboclo a partir da Guerra do Contestado, que necessariamente passa pela formação cultural da população camponesa dessa região.

Essa vasta região foi disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, onde ocorreu a luta pela posse da terra no início do século passado, na qual os sem-terra enfrentaram os coronéis locais, as forças militares e policiais que defendiam os grandes latifundiários.

Os fatos ocorridos entre 1912 e 1916 marcaram gerações, e durante muito tempo o imaginário do sertanejo do Contestado. Hoje os materiais resgatados no local referentes à Guerra do Contestado estão devidamente conservados no Museu do Jagunço do Taquaruçu. O curador do museu e professor de geografia Edson Di Lorenzi, é educador da Escola Agrícola 25 de Maio, filho de imigrantes de origem italiana, e foi o principal responsável por essa parte da pesquisa.

O ritmo de vida simples do sertão do meio-oeste catarinense alcançou outra dinâmica com a chegada das poderosas fontes econômicas ligadas à expansão capitalista no campo, a construção da via férrea São Paulo - Rio Grande, a exploração comercial da madeira e a institucionalização da propriedade privada, provocaram profundas mudanças no modo de vida dessa população.

A rebelião cujo elemento aglutinador foi o fator religioso, ou seja, o messianismo camponês, é também uma tentativa de fazer valer os direitos que não eram respeitados, pois os caboclos eram excluídos do direito à terra. Foi nessa ocasião que apareceu a figura mística do monge João Maria, considerado profeta, conselheiro e fonte de esperança da população do sertão catarinense.

Em 1910, com a inauguração da ferrovia e também pela sentença do Supremo Tribunal Federal, dando ganho de causa à Santa Catarina nas questões das terras contestadas entre os limites deste estado e o Paraná, ocorreram as primeiras expulsões de posseiros das margens da ferrovia nos limites concedidos à construtora. *“Homens sem terra construía[m] toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão.”* (BAVARESCO, 2003)

Com o desaparecimento do primeiro monge entra em cena José Maria, que se aloja em Taquaruçu, localidade das cercanias da analisada Escola Agrícola 25 de Maio. O fato histórico influencia a mística do MST, dando nomes aos assentamentos “Contestado” e “José Maria”, e até mesmo à igreja católica da localidade, subvertendo a ordem estabelecida pela diocese da região e nomeando a igreja como Igreja Católica São João Maria.

Não é nosso foco traçar muitas linhas sobre a Guerra do Contestado, nos atemos somente à batalha em Taquaruçu. Entretanto algumas informações são relevantes:

“Além do excesso de exação, da grilagem, da ignorância, do milenarismo, do misticismo, da loucura e da miséria, a causa principal da guerra do contestado foi o avanço selvagem de grupos econômicos estrangeiros”.(DERENGOSKI, 2000, p.26)

As proporções que a Guerra do Contestado alcançou são aspectos dignos de nota. A participação de mais da metade do Exército Republicano Brasileiro, a utilização de armamento pesado e operações que envolveram o pioneirismo da aviação militar durante as batalhas, *“as tropas legais, com muito cuidado, iniciam o reconhecimento dos estragos provocados pelo canhão e pela metralhadora que, pela primeira vez, haviam sido postos em ação no território brasileiro”.*(SACHET, 2001, p.153), demonstraram o autoritarismo do Estado e se tornou mais um exemplo histórico da criminalização governamental sobre a movimentação popular.

Esse tempo deixou marcas profundas na memória dos populares, não há como negar a presença dessas marcas que permanecem até os dias atuais. As recordações sobre esse movimento social permeiam o imaginário popular e exaltam a identidade dos caboclos da região.

“Quanto ao caboclo do Contestado, protagonista da epopéia que marcou a história catarinense, encontramos na frase: ‘mortos como bandidos, ressuscitados como heróis’, a síntese de uma representação forjada sobre a imagem do caboclo, promovido de vilão para representante da verdadeira estirpe do orgulho do povo catarinense. No entanto, herdeiros dos mesmos rigores da lei da guerra e, ainda hoje, dispensados da bonança e da partilha da riqueza”.(VALENTINI, 2004)

Para os jagunços do Contestado a guerra era apenas defensiva, tratava-se de proteger suas casas e seu trabalho. A rebeldia inspirada na imagem mística do monge impulsionou as práticas de igualitarismo e fraternidade, postas como valores fundamentais que moveram essa experiência guerreira, marcando a memória popular dos camponeses como movimento social de luta pela terra, fazendo parte das místicas desenvolvidas por assentados dessa região e por todos os assentamentos do MST pelo Brasil.

3.3 – A RÁDIO TAQUARUÇU: UMA VIA EM DEFESA DA CULTURA POPULAR E DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

Essa rádio comunitária teve seu início em 2005, quando foi montado o projeto “Taquaruçu em ação”, em um acordo entre quatro professores, sendo um desses da Escola Agrícola 25 de Maio. O projeto da rádio insere-se na perspectiva do projeto político da escola, e também faz parte para elaboração e apresentação de oficinas de leitura, matemática, futebol, hinos religiosos, violão e também da dança do Contestado.

Em 2006, houve uma reunião de avaliação dos trabalhos em que se notou a ausência de um mecanismo de divulgação, onde foi resolvida a criação de um jornal que circulasse com intuito de informar sobre os eventos da comunidade.

Nesse sentido, percebemos que há um “latifúndio da comunicação”, em que o povo é excluído da participação nos meios de comunicação e a difusão da voz popular não pode ser lançada ao ar por imposição legal. *“Hoje as emissoras comerciais ocupam cerca de 98% do que existe disponível em rádio e TV no Brasil”.*(LUZ, 2007).

As rádios comunitárias estão percebendo que a repressão atua a serviço do poder, porém o povo tem dado resposta. Organizado e consciente de que ter uma rádio funcionando é um direito, difundindo arte, cultura popular e informação relevante para a realidade da comunidade, surge com intuito de recuperar a voz popular, desvelar o espaço ocultado, incluir o povo excluído da participação no cotidiano político, e revigorar a cultura popular local discriminada, fazendo contraponto à notória erosão cultural gerada pelos meios de comunicação hegemônicos. Tendo sido criada a Rádio Taquaruçu, foi estipulada sua programação e seus horários, como nos esclarece o professor Edson di Lorenzi¹⁰:

“Nós divulgamos essas oficinas, que acontecem nos sábados também, que é a oficina de leitura, uma das atividades realizadas ao meio dia e quarenta e cinco, e ao meio dia do sábado também acontece o programa Proseando, além desses dois programas tem a programação ao vivo durante a semana inteira, somente na parte da noite, porque na parte do dia as pessoas trabalham na lavoura, no campo ai ninguém tem essa disponibilidade de ir trabalhar de dia, mas a noite, todo dia, toda noite no caso, tem o programador, um cidadão que faz um programa ao vivo.”

¹⁰ Entrevista com o professor Edson di Lorenzi concedida em 2008 na pesquisa de campo.

A rádio trabalha com o objetivo de resgatar as culturas e tradições existentes no campo, pois os locutores não são profissionais, *“é o cidadão que trabalhou o dia inteiro no cabo da enxada, arrancando feijão, quebrando o milho, carpindo, roçando ai de noite ele ainda encontra forças pra ir trabalhar na rádio, pra falar um pouco do seu trabalho, falar do trabalho dos outros vizinhos, ai se torna uma rádio bastante ouvida na região”*, diz o professor Edson.

Com isso, a rádio cumpre o papel de aproximar as distâncias e o isolamento das famílias rurais. Num raio de difusão de 12 km, a rádio comunitária aproxima as pessoas e as põe à par das informações, das notícias, e dos fatos ocorridos na localidade.

Um dos fatores mais importantes dessa rádio comunitária é o seu princípio educativo, desempenhado na programação de oficinas de leitura, onde uma criança da comunidade escolhe um texto e participa do programa ao vivo. Com as reprises da programação esse estudante tem a oportunidade de ouvir sua própria leitura, desenvolvendo o processo de auto-avaliação da aprendizagem. Leandro Silveira, 12 anos, estudante do oitavo ano, participou do programa “Oficina de Leitura” com o texto ‘A águia e a galinha’ de James Aggrey. E na parte da matemática, são desenvolvidos jogos lúdicos, que são atividades práticas com materiais físicos, onde são usadas frutas e sementes, que auxiliam na elaboração dos cálculos.

Ainda com o princípio educativo, a rádio em virtude da existência do Museu do Taquaruçu, recebe em sua programação a participação de visitantes que ao conhecerem o museu são entrevistados, pois muitos destes são pesquisadores e intelectuais que estudam a história do Contestado na região.

Nesse sentido, esses pesquisadores são incentivados a discutir e a retratar temas como o processo histórico da questão agrária, acúmulo de terras, técnicas agroecológicas, exploração do trabalhador rural e Reforma Agrária. Servindo como veículo educador e esclarecedor da problemática agrária brasileira, difundindo informações que não são devidamente abordadas pelos veículos de comunicação dominantes, esses convidados vêm contribuindo com o crescimento e conhecimento da questão agrária na comunidade.

As experiências radiofônicas que surgem no espaço rural demonstram que é possível uma experiência radiofônica educativa, que não represente os interesses do mandonismo local dos grandes proprietários de terra, mas sim que a população residente no

campo tenha oportunidade à liberdade de manifestação e expressão, servindo também de referencial organizativo para suas reivindicações de luta contra a ideologia da subserviência difundida pelas elites agrárias pelo seu monopólio rádio difusor. Diante das adversidades surge a viabilidade na tentativa do MST de criação de um sistema de rádio alternativo:

“Estes foram os principais motivos que levaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Estado de São Paulo a articular a Rede Camponesa de Rádio. O projeto visa espalhar diversas emissoras comunitárias em algumas regiões do Estado. Esta proposta, que já saiu do papel, está no ar: os moradores do Assentamento Fazenda Reunidas, município de Promissão (a 400 quilômetros de São Paulo) estão sintonizados desde o dia 7 de dezembro do ano passado, com a 97.4, Rádio Camponesa FM.” (MAIA, 1997).

As rádios comunitárias se mobilizam em direção a um processo de democratização dos meios de comunicação usando-se de ações educativas em busca de uma sociedade livre das cercas da radiodifusão, combatendo o monopólio da comunicação e ocupando seu espaço.

Neste trabalho fica suspensa a habitual concepção de rádio. Concordamos com o pesquisador Mauro Sá quando entende *“rádios como centros irradiadores de modos de ser, de outras formas de fazer política e de viver. É claro que a arte é sempre um de seus meios principais”*(2007).

A cultura local difundida pela rádio é uma cultura de resistência e de enfrentamento ao modelo divulgado pelas outras rádios de Fraiburgo¹¹. No ano de 2008, transcorreram 30 anos que a Rádio Fraiburgo iniciava suas transmissões, incontestavelmente exercendo a função de difusora dos projetos políticos e econômicos da família Frey na acumulação de capital do setor madeireiro, e na continuidade política no município de Fraiburgo se tornando praticamente a “dona” do município.

Configura-se nesse sentido um *Coronelismo Eletrônico*, que como no velho Coronelismo tem como moeda de troca o sufrágio. Além da base do poder estar na posse da terra, agora há o domínio da informação. Ou seja, a capacidade de difundir propaganda ideológica para a alienação da opinião pública local, *“o novo ‘coronel’ promove a si mesmo e a seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator*

¹¹ Rádio Fraiburgo AM, Área de Abrangência: 365.754 habitantes - 18 Municípios: Cacador, Campos novos, Curitibaanos, Fraiburgo, Herval d’oeste, Ibiã, Iomere, Joacaba, Lebon Regis, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Tangara, Timbo, Treze Tílias, Videira.

importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal” (LIMA, LOPES, 2007, p. 04)

A Rádio Taquaruçu se mostra como um instrumento importante para a divulgação de idéias dos movimentos sociais de luta pela terra. Essa cultura de resistência torna a rádio simpática aos olhos de muitos que não fazem parte de movimentos sociais. A cultura, a música do campo e o incentivo à poesia, são encontradas na programação, fortalecendo uma identidade de sujeito social Sem Terra sempre em formação, favorecendo de igual modo a produção do espaço, “*o espaço só pode ser conquistado por meio da produção do espaço*” (HARVEY, 1992, p. 234). Isso porque o espaço é o palco onde se desenvolvem as relações socioespaciais, é o local de assentamento dos meios de comunicação¹².

¹² Na última semana do mês em que realizei minha pesquisa na Escola Agrícola 25 de Maio, em muitas das conversas que tive com o professor Edson de Lorenzi, percebi sua intenção de transmitir uma programação diretamente de dentro da escola, uma vez que esta é realizada em um estúdio improvisado em sua própria residência. E assim foi feito. Com minha ajuda e do professor Matheus foi instalada a aparelhagem necessária para que se pudesse realizar essa proposta.

3.4 - A PROPOSTA DE INCLUSÃO DO MST PARA O CAMPO

Educação do Campo é o movimento nacional que visa mobilizar um mutirão de educadores e de grupos residentes e resistentes no campo para construção de políticas públicas específicas, a fim de garantir o direito à educação no campo, e contribuir para a reflexão política das práticas educativas que se desenvolvem vinculadas à realidade do campo e das lutas sociais de seus povos. O MST participa deste Movimento que começou em 1997, em conjunto com as instituições que integram esta articulação: CNBB, UnB, UNESCO e UNICEF.

O MST tem demonstrado um perfil dinâmico. Nos acampamentos e assentamentos tem sido desenvolvida uma práxis pedagógica, o melhor exemplo são escolas técnicas. A formação de trabalhadores a nível técnico vem ajudando a desconstruir a idéia de trabalhador desqualificado no campo. Em entrevista feita pelo geógrafo Bernardo Mançano sobre a educação no MST, João Pedro Stédile comenta que o MST luta por Reforma Agrária e de igual modo pelo acesso à educação, tendo propostas para o espaço rural. Sobre o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária disse:

“Um salto de qualidade. Primeiro, porque foi reflexo de todo o processo de construção que, costumeiramente, acontece no MST. É a forma como vamos construindo a nossa estrutura orgânica. Nesse período, como é normal dentro do movimento, tudo depende de um processo de construção. Assim o Setor de educação também obedece a esse processo.” (1999 p. 73).

É possível perceber que em sua trajetória o Movimento iniciou uma verdadeira “ocupação da escola”. Os Sem Terra mobilizam-se pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença e tivesse realmente sentido na vida presente e futura. Assim nasce o trabalho de educação escolar no MST. O Movimento assumiu a tarefa de organizar e articular uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar professores integrados com essa perspectiva. A criação do Setor de Educação dentro do MST aconteceu em 1987, formalizando esse direcionamento, e a partir de sua atuação o próprio conceito de escola aos poucos vem sendo ampliado.

A luta e a reflexão pedagógica do MST se estendem da educação infantil ao ensino superior, passando pelo desafio principal de alfabetização nos acampamentos e assentamentos, combinando processos de escolarização e formação de militância.

A escola passou a fazer parte das preocupações das famílias, compreendendo que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram percebendo que as escolas rurais não têm lugar para sem-terra, porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar. Foi percebendo esta realidade que o MST começou a incluir em sua agenda a discussão de uma proposta diferente de escola, capaz de auxiliar os trabalhadores do campo.

O MST em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Unesco, Unicef, CNBB desenvolveu projetos de educação para o campo. Que logo após o I ENERA em 1997, aprofundaram os conhecimentos sobre a realidade do ensino no espaço rural na “Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo” em 1998. Em vários estados do país vêm sendo realizados encontros envolvendo universidades, movimentos sociais, ONGs e órgãos públicos que diagnosticam problemas e propõem alternativas e projetos para desenvolver a educação no campo.

Nessa trajetória de formulação da educação do campo, os fatos de maior densidade pedagógica segundo Roseli Caldart, foram às discussões da *I Conferência Nacional: Por uma educação básica do campo*, em Luziânia - GO no ano de 1998, sendo apontada a partir das idéias refletidas no I ENERA. Essa discussão sobre a educação básica do campo faz parte dos debates acerca da educação no MST e da opção de participar da construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. O processo desencadeado por esse encontro nos estados culminou com a criação do PRONERA em 1998.

Com o início das propostas de Educação do Campo houve uma articulação política entre organizações e entidades para o desenvolvimento das propostas de educação no campo e lutar por políticas públicas da educação do campo, incentivando a mobilização popular na reivindicação por um projeto de desenvolvimento agrário voltado para essa classe trabalhadora.

Aos poucos foi sendo cunhado o conceito de Educação do Campo. Sendo inserido nos debates da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. “*Decidimos utilizar a expressão campo e não a usual rural, com o objetivo de incluir no processo da*

Conferencia um a reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho” (2004 p. 25).

O processo iniciado nos debates da I Conferência Nacional mostrou a necessidade e a possibilidade de continuar a mobilização, denunciando a grave situação vivida pela população residente no campo, e as conseqüências sociais de um modelo de desenvolvimento excludente. As propostas levantadas na Conferência prosseguiram através das atuações de diferentes organizações através de encontros, fóruns e programas de formação de professores.

No ano de 2004, houve a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, novamente na cidade de Luziânia – GO, onde representantes de Movimentos Sociais, as Universidades, ONGs e secretarias estaduais e municipais de educação, juntaram-se com o objetivo de pensar propostas para a Educação do Campo. Diante disso, reafirmou-se a luta social por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para essa população.

Nesse evento foi postulado que *“lutamos por um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio”* reafirmando a necessidade de realização de Reforma Agrária com a ampliação da agricultura familiar e o fortalecimento das relações de trabalho e direitos trabalhistas. A luta por um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação desempenhe um papel estratégico no processo de construção e implementação de novas relações sociais e humanas, e o combate as formas de discriminação e desigualdade é entendida a partir da articulação campo, cidade, o local e o global.

A relação do MST com a educação é uma relação de origem. Readquirindo o entendimento de educação como formação humana, *“a transformação dos ‘desgarrados da terra’ e dos ‘pobres de tudo’ em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É também educação o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade”.*(CALDART, 2004, p.96)

Alguns dos cursos técnicos oferecidos pelo MST a todos os trabalhadores assentados e acampados encontram-se na escola Josué de Castro, que tem como objetivo

capacitar os alunos na organização, gestão, cooperativismo e autogestão empresarial. Repensar, o espaço ocupado pelo trabalho no processo de formação profissional é fundamental, pois expressa um saber e a consciência de sua situação como classe trabalhadora.

A maior conquista do MST no ensino superior culminou na inauguração, em janeiro de 2005, da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) no município de Guararema em São Paulo. Sendo considerado um marco sólido na história da educação popular, sua construção foi uma iniciativa de maior disposição, feita pelo Movimento para viabilizar a constituição pela formação superior de seus integrantes, que se revezaram na construção da Escola.

Roberta Lobo em sua tese de doutoramento observou no trabalho político-organizativo de sua construção, um processo que educa na medida em que os voluntários Sem Terra reconhecem a práxis organizativa do MST, e com isso transformando-se em sujeito crítico, “*sendo estimulado a estudar, a praticar a solidariedade e a fazer escolhas, alargando assim o movimento dialético existente entre o mundo da necessidade e da liberdade*” (2005 p. 09).

A ENFF colheu seus primeiros frutos no dia 17 de novembro do mesmo ano, onde foram formados 53 militantes do MST, CPT, entre outros movimentos. Esta foi a primeira turma do curso de Especialização em Educação no Campo.

Além de diversos cursos de nível superior como filosofia política, sociologia rural, conjuntura internacional, entre outros, a ENFF oferece inúmeros seminários, palestras e conferências realizadas por professores e intelectuais do Brasil e de outros países. A ENFF é mantida pela contribuição financeira dos próprios estudantes ou convênios mantidos com outras universidades e instituições. (MST, 2007)

O Movimento acredita que só dessa maneira, construindo espaços de autoformação, o povo poderá formular um projeto de educação superior que pensa um Brasil livre dos tentáculos do capital internacional (MST, 2007).

Existe na trajetória de lutas e trocas de saberes no Movimento que é o que mantém seus integrantes juntos num ideal comum. Como disse Paulo Freire “*quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*” (2006, p.23). Por isso, há necessidade de

enxergá-los nas suas preocupações com a educação. Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação da identidade Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST.

Participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, do ponto de vista social e político centrado em questões vinculadas às raízes de um processo de humanização: terra, trabalho e identidade, é o pilar que sustenta novos valores decorrentes das novas necessidades e desafios que o homem do campo apreende nas lutas do cotidiano e nas transformações econômicas, sociais, culturais, entre outras, que afetam sua vida.

Os governos descomprometidos com o povo que os elegem, criam fórmulas políticas para manutenção do seu status, promovendo o imobilismo, projetando uma pseudo-cidadania. A gravidade é maior no caso específico das escolas rurais onde não se pensava para os trabalhadores os seus anseios e necessidades concretas e prioritárias, proporcionando-lhes uma crescente quantidade de informações descontextualizadas e desconexas, que são irrelevantes e não utilizáveis na solução dos seus problemas cotidianos.

Durante toda história do Brasil o progresso teve seu foco no urbano, no homem da cidade, o camponês era relegado ao abandono, tendo até os dias de hoje somente quatro anos da educação básica. Posto à margem, sem direitos, está o homem do campo, irremediavelmente afastado de qualquer experiência de autogoverno, de dialogação. “*Constantemente submetido. Capaz, na verdade, de algazarra, que é a voz dos que se tornam ‘mudos’ na constituição e crescimento de suas comunidades, quando ensaiam qualquer reação*”. (FREIRE, 1983, p.76). Portanto há necessidade de se pensar uma Educação do Campo, desobediente do modelo urbanocêntrico, alinhada com as lutas pela terra, e com a realidade sociocultural do homem do campo.

As famílias residentes no campo, não só brasileiras, como de igual modo em toda América Latina, sofrem com o completo abandono. Deixados à própria sorte, sem escolas engajadas com a realidade do camponês, tornando-se uma massa passiva, que há muito tempo serve para manter os interesses da elite detentora do poder, construída e mantida formando uma *cultura do silêncio* (FREIRE, 2006).

Tal cultura vai sendo reconhecida e desfeita a partir do diálogo entre educador e trabalhador rural, reconhecendo as esparrelas montadas para lhes amarrar numa realidade

que pode ser desfeita e transformada, partindo de uma ação cultural para a liberdade pelos círculos de cultura propostos pelo professor Paulo Freire, que desenvolveu uma outra forma pedagógica, avessa à simples repetição de sílabas e palavras entranhas ao cotidiano do educando. *“O educar participativo, reflexivo e crítico, do ato de se reconhecer participante do mundo, cidadão de visão ampliada”*. (FREIRE, 2006)

Como podemos perceber nas frases de um camponês chileno com apenas dois meses de participação nos círculos de cultura:

“E o patrão nos chamava de ingênuos, dizíamos: obrigado patrão. Para nós, aquilo era um elogio. Agora, que estamos ficando críticos, sabemos o que queria dizer com ingênuos. Chamava-nos de bobos. ’ E o que é ser crítico? Perguntamos-lhe. ‘É pensar certo. É ver a realidade como ela é’, respondeu.” (2006, p.26)

O MST apresenta o trabalho como um processo educativo. Este projeto baseia-se na premissa da íntima relação entre trabalho e escola no meio rural, ou seja, na realidade vivida, essas análises marcaram as discussões acerca de qual escola interessa aos trabalhadores rurais.

Deste modo, busca unificar a teoria com a sua prática. No plano educacional, nas novas definições legais da reforma do ensino técnico (LDB. 9394/96 e decreto 2.208/97) os estudantes devem *“aprender a ser, a fazer, a conhecer e a conviver”*, além de desenvolver a sensibilidade. Seguindo as diretrizes e bases da educação nacional, o MST apresenta nos *"Princípios da Educação no MST"* (1996) uma escola pensada no campo e não para o campo, valorizando a vida, a cultura e o trabalho.

Situar o processo educativo no trabalho é um importante passo para a superação do ensino tradicional, principalmente para o trabalhador do campo, onde a escola já é vista como um espaço de trabalho. Nesse processo, as famílias rurais refletem sobre a interferência e a importância do saber científico no seu cotidiano, evidenciando que seu conhecimento prático busca fundamento nas pesquisas mais atualizadas em relação ao trabalho no campo.

A pedagogia do MST para uma educação no campo pretende unir o trabalho e o ensino, e incorporando ao Movimento a ação e a reflexão, produzindo novos saberes, construindo e desconstruindo valores, teorias e práticas. Neste sentido, pode-se concluir que o projeto pedagógico de formação profissional colocado em prática na escola Josué de

Castro gera uma proposta inovadora, principalmente no tocante à gestão da escola pelos alunos e à alternância de ligação entre a esfera da escola e a esfera da produção.

Os principais objetivos da educação do MST foram baseados em três fontes fundamentais:

“As questões trazidas pelos próprios educadores; as lições aprendidas no próprio movimento: a importância do espírito de luta, dos valores humanísticos, do trabalho, do conhecimento; teorias pedagógicas surgidas no próprio movimento e trazidas por intelectuais e pedagogos de fora, com ênfase para Paulo Freire e socialistas como Krups Kaya, Pistrak, Makarenko e José Martí dialogando com ela, se permitindo adaptá-la e transformá-la, valorizando a experiência de vida das crianças e de suas famílias, respondendo a seus questionamentos e fortalecendo sua identidade histórica enquanto sem terra que luta para dignificar sua existência.” (FRANCO, 2005, p. 77)

É somente com a participação efetiva no Movimento e nas assembléias, que os trabalhadores se politizam compreendendo seu problema específico num contexto mais amplo, e como parte de uma correlação de forças sociais e políticas que não se alteram apenas porque decidiram agir para transformar sua situação particular. Muitos sem-terra quando decidem participar de uma ocupação ou entrar num acampamento, o fazem movidos pela necessidade, mas também por uma visão ainda ingênua de mundo. Consideram que se são trabalhadores do campo e se dispõem a trabalhar na terra, é justo que logo a consigam e então todos os seus problemas estarão resolvidos. Pouco adianta as lideranças fazerem longos discursos para explicar que a realidade é diferente, somente experimentando pessoalmente os embates da luta pela terra é que, aos poucos, aprenderão de que relações sociais fazem parte.

Nesse sentido, José de Souza Martins (1981, p.25) expõe: *“A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é como às vezes tem sido entendido, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos.”*

A trajetória do MST vem sendo moldada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os Sem Terra se aprofundam na organização coletiva, passam a viver experiências de formação humana experimentadas neste Movimento. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que toma parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade Sem Terra que lhe corresponde, está se transformando e se reeducando como ser humano.

“A proposta educativa do MST não pode ser considerada “fechada”, pois está em constante processo de reelaboração e readaptação diante das diferentes realidades geográficas, políticas, sociais, econômicas ou culturais. A proposta educacional do MST, respeitando a dinâmica própria de cada assentamento, apresenta diretrizes que promovem a unidade de princípios pedagógicos, mas leva em conta a realidade social vivida pelo assentado.” (MENEZES NETO, 2003, p.97)

Neste processo, o MST constitui como princípio a formação dos Sem Terra. Construindo um Movimento que produz e reproduz sua própria identidade e sua formação humana e histórica. O desenvolvimento de uma consciência crítica amplia a percepção do indivíduo sobre si e seu espaço. Seus indicadores são: abertura ao diálogo, agilidade mental e independência para não se deixar manipular, flexibilidade para revisar as próprias idéias e mudar de posições, a capacidade de identificar propagandas ideológicas. Porém não basta ter conhecimento, deve ocorrer um salto para o nível ético, pois se conscientizando terá que agir para transformar a realidade.

“Ser Sem-Terra hoje significa mais ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade Sem Terra sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo. E ainda que seja necessário buscar a gênese desta formação em um contexto histórico que antecede e extrapola o MST, não é mais possível hoje entender quem são os sem-terra no Brasil fora da história do MST”.(CALDART, 2000).

A escola projetada pela pedagogia do Movimento é uma escola em movimento. A luta pela educação insere-se com a luta mais comum dessa população, por cidadania, portanto não poderiam estar dissociadas. Fazem parte de um mesmo processo, cuja questão principal é a luta pela terra, feitas com a educação no campo. A educação dos Sem Terra começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega seu passado, mas projeta um futuro que poderão ajudar a construir.

“A vida no campo é dura, passamos por situações complicadas. Não temos horário para descanso, acordamos com o sol e dependemos de sua luz para trabalhar, nem sempre nossas áreas têm instalação elétrica. Se essa vida for vivida em coletivo será mais fácil de ser superada, na dificuldade de um o outro se sensibiliza colaborando para superá-la. Deste modo, discutimos as questões de sobrevivência, de produção, de criação de animais para o próprio consumo e para a renda. Mesmo diante de obstáculos que enfrentamos para manter um grupo de assentados funcionando de forma coletiva. Haverá aqueles que ao longo da jornada desistirão, como já o fizeram, por este é o único caminho”.(VILLALOBOS, 2001 p.49).

O modelo econômico capitalista é por si mesmo, contraditório, ele se faz e refaz, modificando-se a fim de se manter como pensamento hegemônico na sociedade de

mercado. A globalização como resultado da atual face do capitalismo tende à universalização de sua ideologia¹³, com isso cria a idéia de um mundo informacional, onde “todos” poderiam desfrutar da informação e comunicação. O consumo de informação não chega à mesma medida a toda população, ela é segregada, fragmentada, carregada de ideologias que mantém a massa comportada.

Para se contrapor a esse modelo, o MST entende que a escola é o lugar de transformação social, lá mora a resistência, onde a cultura popular é aprendida, ensinada e fortalecida. Uma escola do campo, no campo e para o campo. Participativa com a comunidade, a família e a cultura letrada, buscando uma equalização dos saberes popular e científico. Busca desmascarar a *cultura do silêncio* denunciada por Paulo Freire, deixando a percepção de que não basta informar, o dever da escola é formar cidadão crítico para uma democracia participativa, e assim se mostrar atuante no cenário político.

“Para as escolas dos acampamentos e assentamentos elaborou-se um projeto pedagógico que procura dar uma formação às crianças a partir da valorização do homem e da vida no campo. Ensinam-se técnicas e procedimentos agrícolas desde tenra idade, e toda a alfabetização tem como exemplo a realidade imediata que vivenciam. Busca-se desconstruir ou reverter a tendência, dominante no campo e nas práticas escolares tradicionais, de desvalorização do homem do meio rural, a glorificação das cidades e a sua visualização como o ponto máximo de realização do homem do campo, com sua ida para a cidade.” (GOHN, 2003, p.146)

Nesse sentido, para a compreensão do nosso trabalho, o homem existe dentro de uma experiência local e se transforma juntamente com esse local, concebendo-o como seu lugar, participando desse processo de transformação do espaço e de auto-transformação. O saber empírico do lugar tem seus significados construídos na prática cotidiana, oferecendo “evidências” às comunidades rurais da validade de alguns saberes, como exemplo, dos “remédios caseiros” que revelam ser de interesse à saúde. Em alguns aspectos, esses conhecimentos do senso comum local vêm sendo perdidos com as grandes corporações de medicamentos. A variedade de informações que surgem a nível local vem sendo perdida em algumas áreas rurais do país, como uma das facetas marcantes do processo de globalização.

¹³ No texto, A Ideologia Alemã de Marx e Engels, é encontrada a noção de ideologia definida, conceito central ao uso do *método crítico*. Como podemos ver nesse trecho: “As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes... A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as idéias de sua dominação”. (MARX, ENGELS, 2004, p.78)

“Vale dizer, um lote de pomadas ginecológicas vencidas vinha sendo usado em uma comunidade agrícola para todos os tipos de cortes e ferimentos! Com o status de remédio de farmácia, ela era distribuída no posto, gerando lesões de pele nas pessoas, que abdicaram do uso tradicional de plantas cicatrizantes como saião ou a erva-de-bicho, que cresciam nas redondezas” (ROZEMBERG, 2007).

A educação formal no Brasil atravessa uma profunda crise e, sem entrar no mérito dos equívocos produzidos por políticas educacionais implementadas ao longo de várias décadas, é possível afirmar que ela não consegue dar conta de garantir uma formação crítica, integral, qualificada e universalizada aos mais de 180 milhões de brasileiros, cuja maior parte está sem acesso à educação de qualidade, garantida em inúmeros tratados, estatutos, declarações e leis, funcionando apenas como letra fria sobre o papel.

Os códigos de valores presentes nos processos educativos envolvendo a cultura popular por sua vez se diferenciam do processo formal de educação, mas são fundamentais para garantir a sobrevivência desses sujeitos numa realidade e num contexto ainda muito distante da escola formal, que não consegue apreendê-lo nem compreendê-lo de forma mais profunda. O aprendizado sociocultural proporcionado pelo MST é fruto da vivência comunitária.

A luta por escola nos acampamentos e assentamentos rurais, fruto da luta política do MST por uma educação no campo para o campo, teve início em 1985 no primeiro assentamento do MST na fazenda Anonni, onde se formou a consciência da amplitude do processo social que está sendo desencadeado pelo Movimento. A luta não é só por terra, mas também por mudar o modelo de produção, sua comercialização e administração, a fim de projetar um outro tipo de organização da sociedade. Com isso abre-se espaço para discutir mais profundamente a questão da educação, pois ela passa a ser considerada como um avanço fundamental da luta.

Ainda existe a escassez de dados e análises sobre a educação no meio rural. O IBGE aponta que o índice de analfabetismo no meio rural é de mais de vinte milhões de pessoas.

Tabela 2: Taxa de escolarização bruta por nível de ensino e localização Brasil – 2000

Localização	Taxa de Escolarização Bruta		
	Nível de Ensino		
	Pré-Escola	Fundamental	Médio
Total	43,8%	126,7%	76,6%
Urbana	49,4%	138,3%	95,1%
Rural	24,9%	105,0%	4,5%

Fonte: IBGE e MEC/INEP

A educação brasileira mostra em particular uma tendência à marginalização da população rural, devido à ausência de políticas públicas para a educação e propostas de melhoria do ensino nas escolas do espaço rural. Revela-se com isso, um tipo de resíduo do sistema educacional brasileiro. Com esse vazio deixado pelos governos, tem surgido algumas iniciativas elaboradas pelos movimentos sociais do campo a fim de reagir a esse sistema excludente.

A proposta de educação do MST deixa clara a necessidade de se formar pessoas engajadas com a transformação social combinando com a militância política das lutas populares, sendo capaz de agir com autonomia a fim de ser um instrumento de continuidade da luta contra o latifúndio.

O Movimento marcha rumo ao desenvolvimento das propostas de construção de uma educação do campo. Trata-se de uma proposta que tem como objetivo desenvolver a concepção humanista e crítica da educação, que se baseia em teorias da aprendizagem sociocultural.

Hoje, há uma diversidade de experiências direcionadas às escolas de assentamentos rurais, que poderão fundamentar-se na melhoria da educação para os trabalhadores do campo. Os conteúdos de ensino são tratados juntamente com as questões levantadas no assentamento, tais como técnicas de produção e organização da produção agropecuária, ampliando seus conhecimentos e tendo como objetivo a transformação social pela conscientização política, com isso visando a continuidade da luta pela Reforma Agrária.

O MST desenvolveu um conjunto de princípios pedagógicos que se mostram presentes de forma constante na trajetória do Movimento, valorizando conceitos como: organização, cooperação, trabalho, produção agroecológica, e cultura. São conceitos e palavras geradoras de debates, críticas e reflexões, constituindo-se como raízes pedagógicas das práticas de construção do Movimento.

A percepção de que a educação se revela como um dos instrumentos de transformação social, e a escola um direito social de todos, são alicerces que sustentam esta luta pela Educação no Campo, sendo entendida como forma de garantir a possibilidade de ampliação dos conhecimentos à classe popular do campo.

Sobre o percentual de docentes, ilustrado na tabela 3 a seguir, no ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 8,8% apresentam formação superior no rural, enquanto no urbano esse contingente representa 38,1% dos docentes. O percentual de docentes com formação inferior ao ensino médio corresponde a 8,3% no espaço rural, indicando a alta incidência de professores sem habilitação mínima para o desempenho de suas atividades.

Tabela 3: Percentual de docentes por grau de formação Brasil Regiões – 2000

Regiões Geográficas	Percentual de Docentes por Grau de Formação					
	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª						
Brasil	0,8	8,3	61,1	82,9	38,1	8,8
Norte	1,0	11,6	87,9	87,6	11,1	0,8
Nordeste	1,5	9,8	76,3	84,7	22,1	5,4
Sudeste	0,5	2,5	52,9	78,9	46,6	18,6
Sul	0,5	3,7	48,8	73,5	50,6	22,8
Centro Oeste	0,6	8,8	52,5	77,3	46,9	13,9

Fonte: MEC/INEP

Diante destes desafios, a ação desenvolvida pelos professores no assentamento, resulta em uma consciência participativa na prática do setor de educação do Movimento. Isso possibilita aos professores estabelecerem critérios na apresentação dos conteúdos, acrescentando elementos significativos nos saberes de cada assentado. Evidenciando-se a expectativa das trocas entre professores e alunos, tem-se como perspectiva da dimensão do saber a ação política gerada nas práticas coletivas. Segundo boletim do MST:

“Um professor que não se identifique como trabalhador, tampouco se identificará com a luta de um movimento de trabalhadores... Ser capaz de conjugar objetivos pessoais como os princípios da organização e a partir daí cumprir suas tarefas com o máximo de empenho e dedicação pessoal... E o professor geralmente acostumado a um trabalho mais isolado, precisa romper com o isolamento e engajar-se na organização maior através do setor que lhe é mais específico, que é o setor de educação.” (MST, 2007)

Esse envolvimento resulta em experiências diferenciadas que se refletem nas ações desenvolvidas nas escolas do Movimento. Assim, esses professores elaboram o espaço da escola, criando novos compromissos que transformam sua atividade docente, ampliando seu aprendizado e as relações de solidariedade presentes na cultura do campo. Tais relações se mostram presentes ao analisar os princípios formadores da educação proposta pelo MST, uma proposta de educação onde a identidade camponesa seja o centro do processo, que atua na formação da cidadania, isso significa fornecer aos indivíduos mecanismos para a produção e realização de uma mudança pessoal e social.

O MST como movimento social atuante no campo e na cidade, possui em suas ações centrais uma organização de base que visa promover aos trabalhadores rurais a partir de acampamentos, marchas, ocupações e outras formas de luta política um sentimento de cooperação e solidariedade que os une. Por outro lado *“A resistência de muitos sem-terra à escola, antes de ser uma desvalorização da educação, sempre foi uma reação ao tipo de escola que conheciam e que realmente não tem nada a ver com a dinâmica em que estão inseridos” (CALDART, 1990, p.18)*. A diferença começa nos objetivos dessa educação proposta, que deve ajudar no avanço da luta.

As possibilidades de uma educação do campo diferentes da educação rural são comprovadas nas escolas dos assentamentos e na luta do Movimento dos Sem Terra por educação. A continuidade desse projeto vem com um longo processo de elaboração de teorias e práticas pedagógicas que envolvem a reflexão sobre a Educação do Campo. A mudança do modelo da educação rural para a educação do campo vem acontecendo, segundo Maria Antônia de Souza, sob dois movimentos articulados:

“A dinamização das reflexões no âmbito da gestão das políticas públicas, envolvendo o Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais de educação e a dinamização das relações sociais na prática pedagógica quando os professores são motivados a conhecer as propostas pedagógicas pensadas nos movimentos sociais e quando participam dos eventos que reúnem Estado e as organizações e movimentos sociais.” (2006, p.122).

A proposta do MST para a Educação do Campo é pensá-la como um processo de ampliação para o projeto de educação dos trabalhadores do campo, examinado do ponto de vista dos camponeses e do curso de sua luta organizada. Trata-se de pensar a educação política a partir dos interesses sociais, políticos e culturais da população residente no campo, ou seja, pensar a educação desde uma peculiaridade dos indivíduos ou grupos que se encontram em determinadas condições socioeconômicas. A Educação do Campo assume esta peculiaridade, pois tem conexão com os indivíduos, e com a classe dos trabalhadores rurais. Faz o diálogo com a teoria da educação a partir da realidade dos camponeses. Deste modo, constrói uma educação do povo do campo e não apenas para ele.

Podemos defender que a Educação do Campo foi pensada no contexto de situações particulares ao campo e a situação social objetiva das famílias trabalhadoras: o aumento da pobreza, o aumento da desigualdade social e a violência provocada pela implantação do modelo capitalista de produção agrícola. Diante disso, a ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para as famílias do campo, o abandono de projetos públicos que desenvolvam experiências educativas que expressavam a resistência cultural e luta política por educação da população do campo, fazem parte das diferentes tentativas de sua destruição.

Um dos fundamentos da construção deste projeto político educacional é o diálogo com as teorias pedagógicas. O diálogo se dá em torno de uma concepção de ser humano, cuja formação é necessária para a própria implementação das propostas para o setor agrícola e a população do campo, que integra o projeto da Educação do Campo. Está vinculado a teoria crítica atrelada aos objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social, buscando compreender com mais clareza o ofício de educar, desde uma perspectiva humanista e crítica.

A Educação do Campo vem de uma reflexão teórica mais recente, que Roseli Caldart chama de *Pedagogia do Movimento*, em que dialoga com o pensamento de Paulo Freire nas *pedagogias do oprimido* e da *autonomia*, juntamente com a rebeldia popular organizada na formação do trabalho cooperativo de fundamentação socialista. Trata-se de uma das matrizes teóricas que contribuíram para a constituição da Educação do Campo. Contudo, na I Conferência Nacional pensou-se a partir da: “*a dimensão educativa dos Movimentos Sociais que enraíza a Educação do Campo na dinâmica das lutas sociais,*

discutindo a concepção de escola que se abre a esta dinâmica e as matrizes pedagógicas de formação dos novos sujeitos coletivos no campo.” (2004, p. 17).

Nesse sentido, o Movimento busca nas experiências clássicas de cooperação agrícola, recuperar as histórias dos trabalhadores nas ações práticas e nos debates teóricos que envolvem os militantes que atuaram na organização social do povo. *“Estamos nos referindo aos Kolkhoz, Sovkhoz, Comuna Popular Chinesa, Kibutz e as Cooperativas de produção Agropecuárias de cuba” (CONCRAB, 2001).*

A Educação do Campo está ajudando a construir, um novo perfil para a área de educação que tenha como referências o campo e as lutas sociais, e a permanente luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação.

As Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (CNE/CEB nº1. 3/04/02), foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação a partir dos debates com Movimentos Sociais do Campo. Essas medidas têm por finalidade uma política de Educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento no Brasil, como forma de estender a oferta de educação básica nas escolas do campo. Onde diz no parágrafo:

“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país”.

Essa nova proposta de educação no campo tem se desenvolvido em todo o país por meio de programas, práticas comunitárias e experiências locais. A educação unicamente se universaliza quando se transforma em uma rede, fundamentalmente pública de livre acesso a todos. Por esse motivo há luta no setor das políticas públicas, este é o único modo de universalizar o acesso a toda população à educação.

A Educação do Campo deve estar presente nos diálogos em geral sobre a educação nacional, inserida no debate mais extenso sobre o desenvolvimento e formação de país. É preciso discutir qual o espaço da Educação do Campo dentro da política nacional de educação. Neste sentido, a experiência do MST, especialmente o seu setor de educação, na formação de consciência crítica e pela cidadania participativa precisa ser valorizada pela Educação do Campo e também em todas as propostas de educação.

As escolas tradicionais do campo seguem o modelo da Educação Rural, que não prepara os estudantes nem para o trabalho urbano e nem para o trabalho no campo. São formadas no modelo subserviente à lógica capitalista. Também as escolas agrotécnicas tradicionais e as faculdades de agronomia, preparam jovens para servirem às grandes corporações agropecuárias e as regras do agronegócio. Segundo Frigotto a diferença entre educação para o campo e educação do campo é:

“Esta diferenciação, quem a traz é um processo de reflexão dentro do próprio Movimento Sem Terra. Historicamente sempre se pensou uma educação sem sujeitos no campo. A primeira idéia é a do Extensionismo, isto é, estender o conhecimento aos trabalhadores e trabalhadoras do campo como se eles fossem desprovidos de conhecimento, de história, de cultura, de saberes, etc. A segunda idéia vem do Ruralismo pedagógico, que está articulado a este Extensionismo: é a idéia das cartilhas para os alunos e alunas do campo numa perspectiva de um conhecimento restrito, ou seja, uma educação para adaptá-los a trabalharem como colonos, como pequenos agricultores, já que os filhos e as filhas dos grandes proprietários, dos latifundiários iam estudar na cidade, no exterior”. (2006)

O trabalho e a cultura são produções basicamente coletivas e não individuais. Esta concepção faz muita diferença no jeito de praticar o ensino e por isso deve ser uma preocupação específica na formação dos professores da Escola do Campo. A população do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distintos do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o lugar, e o meio ambiente, como também de vivência e de organização familiar.

Partindo da observação de que mesmo com as limitações estruturais existem brechas que podem e estão sendo exploradas na gestão do desenvolvimento socioeconômico no campo, torna-se necessário investigar como os fatores locais podem ser potencializados. É justamente esta questão que merece ser aprofundada na pesquisa sobre o tema aqui abordado. A opção por focar neste estudo a problemática das políticas sociais para o campo, segue em preocupação.

Durante os últimos 20 anos, a Reforma Agrária passou a abranger um conjunto de novos temas como preservação ambiental, segurança alimentar e bolsões de pobreza existentes nas periferias das cidades. Deste modo, essa bandeira de luta se atualiza e traz ao debate a necessidade de se discutir a modernização do campo e seus caminhos alternativos, sem se restringir à agroexportação altamente tecnificada que veio seguida à degradação ambiental, da precarização do trabalho e do desrespeito aos direitos trabalhistas, da inclusão precária, com todas suas conseqüências sociais e políticas.

Nesse sentido, uma Política Pública de Educação do Campo deve respeitar todas as formas e modalidades do saber camponês que se orientam pela existência do campo como um espaço vivido diferenciado, pois considera o campo como um espaço que é ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. Essa capacidade produtora de cultura é que o constitui como um espaço de criação do novo.

Atualmente, essa qualificação vem se expandindo para definir o campo, o papel dos movimentos sociais e a importância da educação na formação do trabalhador rural e no desenvolvimento do campo. Ela traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instigam a criação de políticas que compreendam o campo como um espaço emancipatório, como um espaço fecundo de construção democrática e solidária, pois se transformou no lugar não apenas das lutas pelo direito à terra, mas, além disso, pelo direito à educação.

A fim de superar a dicotomia entre rural e urbano não é necessário derrubar a cidade. O campo e a cidade são espaços que se articulam e possuem lógicas de espaço-tempo, ou seja, velocidades próprias de relação com o lugar. São espaços diferenciados que são interdependentes, pois muito do que é produzido no campo abastece a cidade. Contudo, ao contrário das benesses estruturais e sociais encontradas na cidade, as mesmas não são encontradas no campo. Concordamos com o Movimento quando sustenta:

“Defendemos uma educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural. Defendemos a mudança da forma arbitrária atual de classificação da população e dos municípios como urbanos ou rurais; ela dá uma falsa visão do significado da população do campo em nosso país, e tem servido como justificativa para a ausência de políticas públicas destinadas a ela”.(II CNEC, 2004).

Para suplantar a desigualdade socio-espacial os Movimentos Sociais atuantes no campo lutam pela implementação de políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade da população do campo. Os movimentos sociais do campo conseguem inserir nos debates a temática da Educação do Campo como uma questão de interesse nacional. O Ministério da Educação atualmente vem construindo um diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e com os Movimentos Sociais, a fim de estabelecer uma política nacional de educação do campo.

A escola do MST vem contribuindo para a construção da Educação do Campo, unindo a luta social pela Reforma Agrária e dignidade ao trabalhador do campo. É uma

escola pública onde toda a comunidade participa de sua gestão. Seguindo uma trajetória de luta e organização, construindo uma nova concepção de educação. Buscando com isso o processo de formação humana vivenciado pela coletividade, pensando a educação centrada no desenvolvimento humano, preocupada com a formação e transformação social.

3.5 - O COOPERATIVISMO NA FORMAÇÃO SOLIDÁRIA

A cooperativa agrícola desenvolvida pelo MST para os assentamentos de Fraiburgo, é um processo que surgiu da necessidade concreta dos assentados de resistirem na terra, com os valores cooperativos de ajuda mútua, equidade e solidariedade na busca de alternativas socialistas e democráticas ao modo de produção. Visando superar o trabalho individual no campo, o Movimento propõe o trabalho coletivo, pois com essa forma de organização do trabalho espera-se a diminuição da desigualdade e da miséria resultante da exploração social e expropriação da terra.

As cooperativas construídas nos assentamentos do MST buscam desenvolver alternativas em que a cooperação seja o centro da organização fortalecendo os assentamentos em termos econômicos e políticos, mantendo a coesão entre os assentados e o Movimento. Concordamos com Vendramini quando diz: *“É intrigante investigar o que a cooperativa possibilita em termos de organização e formação dos trabalhadores. Ou seja, como o trabalho cooperativo e coletivo, que se materializa nos assentamentos na forma de cooperativas, pode ser a base para a mudança e a criatividade”* (2002)

Os grupos de produção coletiva em assentamentos da Reforma Agrária têm surgido a partir do agrupamento de famílias de trabalhadores rurais com base em discussões desenvolvidas nos períodos de acampamento. As iniciativas de trabalho coletivo nos acampamentos restringem-se a pequenas hortas e aos coletivos de lavouras, geralmente com sérios problemas organizativos e impressões negativas em seus integrantes. Essa é uma dificuldade cuja superação não depende apenas da vontade dos cooperados, mas do esforço da educação para o trabalho coletivo.

Por necessidade estrutural, os assentados, ao formarem uma cooperativa têm como finalidade a subsistência, porém necessitam comercializar seus produtos, competindo no mercado. O trabalho sob a ótica de mercado capitalista, encontra-se continuamente em oposição à perspectiva de trabalho que o MST propõe construir.

Nas pesquisas sobre trabalho cooperativo, no debate feito pelos pensadores socialistas, como nos estudos atuais que avaliam o associativismo ou a economia solidária,

há concordância sobre a importância das cooperativas, principalmente no âmbito da produção.

Existe a compreensão de que romper com o sistema do capital por meio da cooperação seja algo inatingível, uma vez que a reprodução da vida no momento atual depende das relações mercantis que seguem suas leis e imperativos. Acreditar que o capitalismo possa ser superado a partir de experiências isoladas é, no mínimo, uma ingenuidade.

Se o trabalho for compreendido como a interação entre natureza e o homem que busca sua sobrevivência, é a aplicação da energia do homem para o bem da humanidade. Nesta perspectiva, o trabalho, em última instância, faz parte da própria natureza humana. Porém, com as transformações no modo de organização social, ocorreu uma divisão social que atuou na subordinação estrutural do trabalho ao capital, o que teria gerado o sistema de metabolismo social do capital (*MÉSZÁROS, 2002*). Segundo esta perspectiva, o trabalho alienado e hierarquizado causa sofrimento, porque está distante das necessidades imediatas dos indivíduos.

No entanto, observamos que o MST conhece e compreende os limites de tais ações. Essa conflituosa relação entre produção, resistência e mercado está aparente na afirmação de que o trabalho na atualidade é fonte de exploração, miséria e alienação. Ao lutar pelo trabalho esta contradição é encarada pelo MST, porque o Sem Terra está na sociedade capitalista, exposto às relações de mercado. Nesse sentido, a Escola Agrícola tem buscado desenvolver nos alunos a responsabilidade de construir outras bases para a produção agrícola, e outra forma de sociedade, ensaiando assim novas relações. Portanto também pretende anunciar outra forma de trabalho, o cooperativo.

Diante disso, percebe-se que é restrita a capacidade das cooperativas sobreviverem frente à concorrência de mercado. No entanto, as experiências articuladas no curso técnico com os assentados, podem representar o surgimento do que o MST denomina de projeto popular e soberano a partir da cooperação agrícola e com a consolidação da agroecologia.

Em termos gerais, esse enfoque nos permite perceber uma série de novas relações de poder e contrapondo-se a isso os projetos socioeconômicos alternativos. As indagações acerca das alternativas para esse tipo de ação coletiva vêm da compreensão das formas de

resistência da classe trabalhadora e sua relação com as mudanças no mercado de trabalho no atual modelo flexível de produção.

A relação entre trabalho e formação profissional tem destacado este ponto, e frente a este contexto em que iniciativas econômicas populares representam uma resposta da sociedade civil contra os mecanismos de exclusão e de exploração da força de trabalho, a formação técnica da escola coloca-se como uma tentativa dos trabalhadores se libertarem das condições de exploração e de miséria impostas pelo capitalismo.

É importante percebermos que este modelo tem reflexo na formação profissional e nos desafios que os trabalhadores enfrentam na sociedade, com a precarização das relações de trabalho, sendo agravada com o desemprego. Essa formação no caso do MST se dá nos processos de luta pelo acesso à terra e organização do trabalho coletivo. Nesse sentido, a Educação do Campo, o trabalho e a produção agroecológica são compreendidos como indissolúveis dentro do Movimento, como categorias que se articulam como formas de expressão da produção social da existência humana.

Assim, pensar a Educação do Campo e o trabalho é pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, a fim de produzir insubordinação, rebeldia. Essas características são conquistadas com a interpretação crítica dos fenômenos econômicos e o reconhecimento da alienação. Para isso, concordando com Mészáros, *romper com a lógica do capital*, para realmente vislumbrarmos uma alternativa contra hegemônica. *“Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação.”* (2006 p.45)

Ainda em Mészáros, acreditamos que uma ampla concepção de educação possa auxiliar nos objetivos de uma verdadeira mudança radical, que produzirá alternativas que pressionem o rompimento da lógica mistificadora do capital.

“Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a ação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (2006, p. 65)

A mercantilização da educação faz da escola uma mera incubadora de empresas para o mercado de trabalho. Na Escola Agrícola 25 de Maio a educação da classe trabalhadora é concebida como parte do processo revolucionário, estando esta plantada nas

idéias de produção da existência dos sujeitos sociais. Nesta compreensão, educação e trabalho assumem características de produção social da existência humana, pois reconhecemos que é pelo trabalho que a espécie humana se produz.

“O ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la.” (FRIGOTTO, 1998, p. 29)

Trata-se de romper com o círculo vicioso entre a miséria e a ignorância, a partir de uma formação técnica profissional que contribua para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e solidários. De igual modo, à formação crítica que leve em conta a dialética das relações entre as classes, dominante e trabalhadora, que possibilite a resistência e a ação contra hegemônica, pois a proposta do curso fundamenta-se no desenvolvimento da criatividade e estimula a reflexão e a ação dos homens sobre a realidade.

A emancipação humana como um dos constituintes da Educação do Campo requer explicitar as idéias em torno do projeto de libertação humana, que se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Sendo a liberdade uma luta pela humanização contra a coisificação, em que na sociedade capitalista o poder do dinheiro determina o valor das pessoas, o homem é cogitado a partir da produção e do consumo. Assim, ele é coisificado. Embriagado na ideologia capitalista, vai se tornando embrutecido, desprovido de qualquer sentido, que nada respeita, não crê em nada e nada reconhece. O culto ao individualismo vem buscando desqualificar todas as perspectivas coletivas através do argumento de que existem novas demandas sociais no mercado, que subordina o homem aos trâmites da circulação de capitais.

A formação desta nova condição humana emancipatória está na base de uma formação crítica, observando o processo de luta para essa transformação. Esta concepção política está na idéia de construção de novos homens, rompendo com o individualismo e com as justificativas reformistas.

O espaço rural, por exemplo, nunca esteve tão economicamente rico e socialmente pobre, urbanizado pelas idéias midiáticas interessadas na difusão de valores consumistas para a circulação de mercadorias. A competição extrai sempre o melhor do humano, a criatividade, e o abandona com a outra face do capital, a miséria.

É fundamental, portanto, qualificar a Educação do Campo como uma proposta do MST para potencializar seu projeto emancipatório. Acompanhar a trajetória da Educação do Campo é demarcar a diferença desta, à educação das aristocracias, reconhecendo sua existência e o caráter marcadamente compensatório, buscando anunciar novas perspectivas.

É possível dizer que o Movimento é hoje um agente provocador de intensas discussões na área de educação. A partir de contatos mais estreitos, percebe-se a relação entre teoria e prática nos Encontros, Seminários e Congressos salientando o debate em torno da Educação no Campo, reflexões que vem provocando modificações nas políticas públicas de educação.

3.6 - COOPERCONTESTADO: UMA INICIATIVA PARA VIABILIDADE DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO

A COOPERCONTESTADO foi criada na tentativa de diminuir a dependência do mercado e de aumentar sua possibilidade de crescimento socioeconômico. Tendo sido criada pelo Movimento e a comunidade assentada, cuja relação está intimamente ligada às atividades e experimentos desenvolvidos na Escola Agrícola 25 de Maio.

Nos assentamentos organizados pelo MST no município de Fraiburgo, muitas famílias são vinculadas à COOPERCONTESTADO - Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado, que tem abrangência regional. Essa iniciativa partiu dos trabalhadores que até o ano de 2005 agregava cerca de 220 associados. (CARLESSO, 2007).

O aumento da pressão por produtos de qualidade tem levado à especialização dos processos produtivos uma maior preocupação por uma agropecuária livre de insumos sintéticos. E talvez ainda mais recentemente, à procura por produtos que atendam às condições de bem-estar animal, segurança do trabalhador rural, menor impacto ambiental, e aspectos culturais e socioeconômicos dos sistemas produção, vem cada vez mais fazendo parte dos hábitos de educação alimentar saudável e a idéia do cooperativismo impulsionando a demanda de verduras, legumes e frutas sem adubos e inseticidas químicos. Essas ponderações fazem parte da proposta de produção dessa cooperativa. A COOPERCONTESTADO está diretamente ligada à Escola Agrícola, desde às propostas em agroecologia, estágios aos estudantes e na articulação para a implementação do curso.

Na região do meio-oeste de Santa Catarina, historicamente, há dificuldades nos processos organizativos em forma de coletivos, pois a competitividade com as grandes empresas nacionais e internacionais inviabiliza a comercialização dos produtos. Essa concorrência é agravada pela ausência de incentivos do Estado, na forma de créditos rurais de produção. A maioria das cooperativas não possui programas de formação contínua de lideranças e há poucas iniciativas de formação de técnicos que pensem processos alternativos de produção. Nesse sentido, há uma articulação da COOPERCONTESTADO com a formação de técnicos agrícola da escola, a fim de superar as dificuldades de gestão de empreendimentos coletivos e viabilizar as iniciativas de trabalho cooperativo.

A viabilidade econômica de uma cooperativa significa avanços para o modelo de desenvolvimento do campo proposto pelo MST no sentido de melhorar a renda das famílias assentadas, otimizar os recursos de produção, agregar valor aos produtos, propiciar ocupação da mão-de-obra e desenvolvimento técnico local.

A COOPERCONTESTADO surge da necessidade dos agricultores assentados na região do Planalto Central de Santa Catarina, dentro do sistema organizacional do MST na área rural do município de Fraiburgo, a partir de inúmeras discussões a chegar à conclusão de que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos assentados é a comercialização de seus produtos. Desta forma, buscou-se uma alternativa de não participar da vinculação com atravessadores¹⁴ na cadeia produtiva, pois essa dependência facilita a comercialização da produção, no entanto, diminui a autonomia do produtor e aumenta a sua exploração.

Consciente dessas dificuldades os trabalhadores começaram a buscar soluções para esses problemas. A COOPERCONTESTADO foi criada em 1997 no município de Campos Novos e posteriormente abriu uma filial em Fraiburgo. Sua abrangência chega a dezesseis assentamentos na região, onde há aproximadamente cento e noventa famílias assentadas, beneficiadas direta ou indiretamente pela cooperativa. (CARLESSO, 2007). Com a cooperativa os assentados podem organizar sua produção aumentando a escala de modo a conseguir implementar técnicas de beneficiamento dos produtos e comercializá-los de maneira mais qualificada agregando maior valor.

A COOPERCONTESTADO é uma cooperativa de prestação de serviços que disponibiliza assistência técnica na produção de leite e feijão, oferecendo serviços de industrialização e comercialização desses produtos, filiada à Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA-SC) e à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que vêm empregando projetos comunitários visando beneficiar os cooperados, aumentando a melhoria socioeconômica dos assentamentos. De forma igualitária gerando acréscimo na renda familiar e investindo na organização e na melhoria da capacidade de atuação.

As suas principais linhas de produção são compostas pelos seguintes produtos: leite, frutos, hortaliças, grãos e cereais. Para garantir o êxito das atividades produtivas a

¹⁴ Há na cadeia produtiva um “hiato” entre o pequeno produtor e o comércio devido à falta de meios para transportar seus produtos para o mercado. Com essa deficiência surge o oportunismo dos que tem o transporte. Esses compram por um baixo valor diretamente do agricultor e agregam um exagerado valor aos produtos para o revendedor. Essa prática é uma das etapas da cadeia produtiva que tem elevado os preços dos alimentos aos consumidores.

cooperativa conta com a assistência técnica na produção, aumentando a produtividade, oferecendo recursos aos associados.

“Atualmente, muitas famílias estão investindo na criação de bovinos de leite, tendo em vista a conclusão da usina de leite da Coopercontestado, no assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos - SC. . O cultivo de feijão é outro exemplo de atividade que foi estimulada na perspectiva de comercialização e que, embora seja ainda uma das maiores fontes de renda dos assentamentos, encontra sérios limites. Atualmente, existe grande probabilidade de ocorrer a seleção de feijão e o respectivo empacotamento.” (MOHR, 2006, p.118)

A produção tem sido o assunto permanente de discussão desde o assentamento das primeiras famílias. Com inúmeras dificuldades práticas, os primeiros anos foram muito difíceis, pois a maioria das famílias provinha da região oeste do estado, onde o clima e o solo eram bem diferentes. Esse fato não é isolado na realidade de primeira produção, o Movimento denuncia que após a instalação no assentamento, o assentado conta na maioria das vezes com a força de trabalho familiar e algumas precárias ferramentas. Os recursos públicos são escassos e chegam fora do prazo de validade, em alguns casos não há incentivo, nem assistência técnica e as condições logísticas são péssimas ou ausentes, colocando a produção inviável à comercialização. Essa situação é o reflexo do descaso do poder público com a Reforma Agrária.

Um dos problemas freqüentemente levantados na pauta do curso é o cultivo do fumo, pelo seu efeito danoso para a saúde humana e ambiental, além de ser uma cilada do sistema capitalista, uma vez que aprisiona o trabalhador na lógica de mercado.

A possibilidade de uma renda fixa e relativamente elevada, ao menos nos primeiros anos, torna essa atividade muito atraente para o agricultor. O fumo é encontrado nos lotes dos assentamentos, principalmente nos últimos anos, embora esta forma de cultivo seja amplamente rejeitada pelas linhas estratégicas do MST.

A produção de fumo, em regime de parceria com empresas privadas, tem levado muitos assentados ao sistema integrado, onde a produção é determinada pela empresa contratante. O cultivo do fumo caracteriza-se pelo uso intensivo de agrotóxicos. O cultivo realiza-se através da integração das indústrias fumageiras, que financiam a produção responsabilizando-se pela assistência técnica e o agricultor que deve seguir rigorosamente as determinações da empresa. Da mesma forma tem compromisso de comercializar a produção com a empresa na qual fechou contrato.

“As características da atividade fumageira fazem com que o MST se posicione contrariamente à produção do fumo nos assentamentos rurais. Apesar disso, percebe-se que tal prática está entrando vertiginosamente nos assentamentos: muitos assentados voltam-se para essa atividade, e muitos outros já declararam sua intenção de fazê-lo, motivados pela possibilidade de auferir renda garantida pela empresa contratante”.(DE DAVID, 2006).

A lavoura de fumo vem provocando conflitos entre os assentados. A questão da estabilidade, renda, e o vínculo empregatício, atraem muitos trabalhadores para esse sistema de produção. Entretanto, outros trabalhadores têm encontrado diversas alternativas de produção para subverter a essa lógica, tais como o cultivo de batata, milho, arroz, frutas, hortaliças, aves, suínos, mel, entre outros, conforme a possibilidade de venda e necessidade de cada família.

Em entrevista feita em campo, Francisco Damaceno, 50 anos, nos conta que em seu lote trabalha com a produção de fumo, pois com isso sobra-lhe uma renda para custear algumas outras necessidades. Mesmo assim, reconhece a periculosidade de se trabalhar com esse tipo de produção. O lote de Seu Francisco tem proximidade com a Escola Agrícola, e por isso frequentemente recebe estudantes que o conscientiza dos riscos da produção com agrotóxicos. Ele conta que lentamente vem tentando se desligar desse cultivo.

Dentro da proposta do MST, que prevê a defesa da produção ecológica e cooperativa como forma alternativa de desenvolvimento dos assentamentos, a responsabilidade da Escola Agrícola, seguindo o setor de educação e produção do MST, aponta para as experiências de formação agrícola que busquem diferentes formas de relações socioambientais. Seguindo nessa direção, o curso aposta em um novo modelo tecnológico baseado nos princípios agroecológicos, na sustentabilidade ambiental, direcionando para o desenvolvimento camponês.

A partir de mobilizações entre os professores conseguiu-se garantir a manutenção de conteúdos diversificados através do incremento de “Projetos Especiais”, que contemplam conhecimentos e práticas, podendo assim garantir a permanência do estudante na escola por tempo integral. Nesse sentido, as experiências de planejamento e implementação de atividades produtivas por meio da prática de auto-gestão, coloca em pauta situações que envolvem o cotidiano dos alunos junto a família nos lotes.

Desta forma, durante o curso os estudantes desenvolvem vários experimentos agroecológicos para que possam transmitir no assentamento de origem, como: cisternas, mandalas para lavoura de hortaliças, adubação verde, biofertilizantes, caldas, compotas, extratos vegetais, criações de animais, entre outras. Com o apoio da BioNatur, instituição que organiza um projeto para o MST na produção de sementes agroecológicas, os estudantes do curso desenvolvem experimentos a partir de sementes orgânicas para a otimização da produção de alimentos nos assentamentos.

Temos como exemplo Leandro Campos, de 19 anos, recém formado pelo curso técnico, que nos conta que no lote de sua família pratica gradualmente a produção agroecológica com o cultivo de feijão crioulo e vem conseguindo alguns resultados iniciais, mas diz que é persistente e que a formação recebida na Escola Agrícola lhe proporcionou uma visão crítica da realidade excludente, na qual segundo ele não quer mais fazer parte.

Já no primeiro ano do curso, podemos perceber que há uma mudança na forma de entender a agricultura. Nesse sentido, a escola desenvolve um projeto de produção de sementes crioulas de milho e feijão. O importante é que utilizam pequenas parcelas de diversos lotes, e com isso a comunidade das famílias assentadas percebe que é possível dominar o conhecimento da produção de sementes e mudas. *“As sementes são insumos básicos que devem estar sob o controle dos agricultores e suas organizações. Colher, selecionar, conservar, experimentar, cruzar, melhorar sementes e mudas deve ser uma prática a ser retomada pelos agricultores para construir um novo modelo de agricultura”*. (GUTERRES, 2007, p.23). Estes exemplos são reconhecidos pelo Movimento, como modelo de organização, cooperação e capacidade de criar alternativas legítimas ao sistema tecnológico dominante.

Ocupando pequenos espaços do lote, o cultivo do feijão é significativo para o consumo familiar dos assentamentos e na geração de renda por meio da comercialização do excedente. Nos estabelecimentos que não produzem o leite para abastecer o mercado, a comercialização da produção excedente do feijão e do milho predomina na geração da renda familiar.

Tendo como base do desenvolvimento endógeno sustentável, utilizando-se de forma integrada e equitativa os recursos naturais, humanos e financeiros, resgatando a relação do homem com o ambiente, a Escola Agrícola propõe uma estratégia de ascensão e

estabelecimento de sistemas produtivos de agricultura ecológica para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas no local. A escola é compreendida pela comunidade como um espaço de troca de saberes para o desenvolvimento das técnicas agrícolas entre os assentados.

Nesse sentido, com a articulação entre estudantes e professores, foi criada a Cooperativa dos Estudantes pela Reforma Agrária – CEPRA, visando fortalecer as idéias de cooperação e auto-organização dos estudantes (RUCHEL, 2002).

Os espaços dedicados aos encontros das brigadas¹⁵, além do planejamento de setores da escola, refletem discussões sobre um dos papéis da cooperativa dos estudantes, que é articular à comunidade, propondo a execução de empreitadas necessárias à infraestrutura da escola como roçadas, mutirões de plantio e colheita.

Ao Movimento importa que os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo com a cultura do isolamento, levantando a idéia de cooperação que tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção através da socialização, visando contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. *“Acredita-se que, por ser um curso profissionalizante, a responsabilidade aumente. Afinal, existe a intenção de que estes educandos (as), além de estarem sendo formados por uma nova concepção de agricultura, sejam agentes ativos das mudanças que se quer nos assentamentos”*. Esse foi o comentário do professor e ex-diretor da escola Daniel Celeste. Essa preocupação pode ser constatada pela presença do Setor de Produção na escola.

“Entretanto, por mais que seja aceita a idéia de que o modelo convencional de agricultura só tem trazido problemas para os assentamentos, existem sérias resistências ao abandono destas práticas. É comum vermos assentados em regime de integração com empresas, como é o caso da produção de fumo. Observam-se ainda, lotes com monocultivos, com dependência exagerada de insumos químicos e utilização de técnicas que contribuem com a degradação do solo e o seu conseqüente esgotamento.” (MOHR, 2006 p.56)

A percepção de que as configurações socioespaciais são resultantes de processos em que interagem indivíduos com histórias de vidas singulares, condicionadas por estruturas políticas e econômicas e novas concepções locais e globais, são as características

¹⁵ Referem-se aos grupos de alunos que compõem parte da estrutura da Cooperativa dos Estudantes (CEPRA).

entendidas como formadoras do espaço de vida, ou seja, o lugar do assentamento. Desta forma, devem ser entendidas as trajetórias e as alternativas de vida dos assentados.

Neste trabalho acreditamos que a formação visando um ideal coletivo, que discuta junto as ações a serem feitas na Escola Agrícola com a comunidade assentada sustentam a base de formação de laços de sociabilidade e de solidariedade, onde esta mantém com o espaço vivido, o lugar, uma noção de pertencimento coletivamente criada. Fortalecendo a *cultura da vizinhança* (SANTOS, 1996), proporcionando um regime diferenciado de gestão da propriedade e uso da terra, e desta forma não reproduzir o modelo capitalista de produção e de inclusão ao mercado. A ousadia de transpor a subordinação ao capital, é um dos objetivos da luta do MST.

Desta forma, acreditamos que as possibilidades de resistência e transformação dependem de soluções a serem procuradas localmente, cujo papel do lugar é determinante como um espaço vivido, que permita a reavaliação de culturas e os questionamentos da realidade. Acredita-se que apenas a aproximação da realidade não implica em mudança, é necessário que se perceba e conheça as relações socioespaciais críticas e dialéticas, unindo teoria e prática. Daí o aspecto importante do curso Técnico em Agroecologia. Analisando o processo de aprendizagem, o estudante adquire o conhecimento da realidade socioeconômica e política no espaço rural, não o percebendo como algo estático e sem condições de mudança, e sim como uma realidade que está sendo por um processo contínuo e dinâmico, transformado através da formação técnica e política de militantes para cumprir seu papel de sujeitos sociais Sem Terra, que fazem e refazem seu lugar no mundo.

Desta forma, procuramos refletir sobre a formação do técnico em agropecuária, e apontando principalmente os reflexos que a formação se dá como mais uma prática social no processo de luta e resistência de fixação do homem no campo e essa relação com a proposta de desenvolvimento camponês do Movimento.

É interessante lembrar que, a proposta de formação técnica oferecida pela Escola Agrícola 25 de Maio não é a mesma do movimento que identificamos como ruralismo pedagógico, que com a modernização agrícola e a transformação tecnológica no espaço rural foram condicionantes para que o capital agroindustrial necessitasse de um profissional inserido nessa lógica e que trabalhasse como agente de difusão do modelo.

Nesse sentido, articular saber, conhecimento, vivência, comunidade, meio ambiente, é o objetivo da escola que se traduz na prática de um trabalho coletivo e solidário. Estabelecendo uma efetiva autonomia, descentralizando a energia e constituindo uma sinergia com a comunidade.

3.7 - FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA E O RESGATE DA AGRICULTURA CAMPONESA

Com esforço e mobilização da comunidade assentada, a Escola Agrícola 25 de Maio vem sendo estruturada a partir da iniciativa popular. No conjunto das dificuldades enfrentadas desde sua implantação, a escola promove com esforço a mobilização da comunidade assentada para a superação dos desafios. Em períodos de intensos conflitos, a escola contou sempre com a representatividade de pais, lideranças comunitárias, professores e estudantes no Conselho Escolar¹⁶.

Para subverter a ordem hegemônica, e atender a necessidade de técnicas alternativas na agropecuária dos assentados da região e iniciar uma das alternativas de resistência indicada pelo Movimento, foi criada a Escola Agrícola 25 de Maio, e mais especificamente seu curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia.

“O Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia está sendo desenvolvido no estado de Santa Catarina, desde 2005... Por ser um curso vinculado ao PRONERA, ele envolve a Superintendência Regional do INCRA, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o MST. Além desses parceiros, a rede sócio-técnica de formação envolve a escola agrícola 25 de Maio, a rede pública de ensino do estado de Santa Catarina.”. (FREITAS, 2006)

Este curso é um projeto de formação profissional agrícola, que prioriza a coletividade, a autonomia e a emancipação camponesa do modelo agroindustrial instalado no campo brasileiro. Aponta além da agroecologia, que falaremos um pouco mais adiante, o sistema de cooperativas de produção, que se constituem na forma adotada pelo MST, como uma via de fortalecimento e coesão dos assentados, em termos produtivos, econômicos, sociais e políticos, visando manter o trabalho em coletividade e solidariedade na produção agrícola e ligado aos projetos do Movimento.

O curso técnico de nível médio em agroecologia da escola é ministrado na modalidade de Educação Profissional Integrada (Ensino Médio e Formação Técnica). Os

¹⁶ O Conselho tem lugar de destaque na vida escolar. Ele cumpre a tarefa de articular a escola junto aos núcleos de base dos assentamentos, e também é responsável pelo planejamento e pela execução das ações realizadas na escola. O Conselho tem um papel importante, na medida em que define os princípios da escola e acompanha a inserção dos educadores no coletivo, muitas vezes contribuindo para o seu processo de formação política. (MOHR, 2005)

cursos técnicos de nível médio têm como concepção o trabalho como princípio educativo, como mediador de primeira ordem na produção de existência humana. A ciência e tecnologia, e a cultura, sendo os princípios fundamentais na construção de sentido do processo educativo político, ético e técnico do MST. É importante lembrar que a direção e os professores da escola técnica investigada estão sempre presentes nos encontros, seminários e oficinas realizadas pelo setor de Educação do MST, e que:

“Em recentes seminários, ao longo de 2007 e neste ano de 2008, realizados no Instituto de Educação Josué de Castro, escola do MST, situado em Veranópolis, Rio Grande do Sul, conteúdos sobre a economia, sobre as políticas de C&T tem sido objeto de debates para as sua inserção no currículo de cursos técnicos de nível médio integrado ou subsequente ao Ensino Médio.” (PEREIRA, 2008)

O ensino técnico integrado, instituído por lei pelo decreto nº 5154/05, possibilita dentro do limite de mudanças do que pode a Educação negar a dualidade do ensino promovida pela sociedade de classes. A escola investigada, através do ensino integrado garante não só a elevação da escolaridade, como também que o trabalho no campo seja entendido no âmbito da sociedade em que ele se insere.

No currículo do curso técnico, essa busca se revela na articulação entre disciplinas da chamada formação geral com as técnicas. Desse modo, por exemplo, ao se discutir o agronegócio, suas práticas e técnicas nocivas em disciplinas como a Geografia, são debatidas a ideologia e a materialidade dessa prática, as relações de produção capitalista e a inserção dos trabalhadores rurais nessas relações, ou seja, sob a perspectiva das classes sociais. Ao mesmo tempo as disciplinas podem discutir os efeitos do agronegócio nocivos ao homem e ao lugar que ele constrói.

A respeito do trabalho, consta em documentos do MST que retratando uma concepção marxista:

“O Trabalho é constituinte da espécie humana. É mediação com a natureza para a produção da existência humana. Ao mesmo tempo produz o próprio homem. O Homem não nasce homem, mas se torna enquanto tal historicamente. O trabalho possui algumas dimensões: é atividade social e socializante; cria a linguagem, a cultura, a cooperação e a própria sociedade; dimensão ontológica: dá especificidade ao ser social; dimensão prática: teleologia: projeção e ação; dimensão histórica e dialética: diz respeito aos modos de produção, às circunstâncias objetivas, à materialidade histórica. A essência humana é entendida como histórica, social e dialética.” (MST- ITERRA, , 2007 p.2)

Há que se ressaltar sua diferença do trabalho como princípio educativo do trabalho como princípio pedagógico:

“O trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Realçamos este aspecto, pois é freqüente reduzir o trabalho como princípio educativo à idéia didática ou pedagógica do ‘aprender fazendo.’ (FRIGOTTO, 2005)

Nem todo trabalho dignifica. O cultivo agrícola na vivência do homem do campo e a conquista da consciência se dão pelo trabalho de transformação sobre a natureza, essa é a atividade fundamental na qual o ser humano se humaniza, se configura e se aperfeiçoa. O trabalho é a manifestação de vida, da inspiração humana de refletir, ter idéias para criar, e assim transformar o espaço e a partir disso humanizá-lo para o convívio coletivo e solidário. Diante disso, em orientação diametralmente contrária ao trabalho nas suas formas históricas de condicionamento, de sujeição e de exploração em que é submetido, o trabalhador moderno é levado pela alienação imposta à sociedade capitalista. Em que a relação do ser humano no e com seu trabalho são maquímicos que o atrofiam e assim o leva à barbárie.

Do ponto de vista educativo, o trabalho é pensado de um modo em que o sujeito não seja mercadoria mas, o mercado seja uma dimensão da sociedade. Deste modo, pensar o trabalho em outra conjuntura social-espacial, no qual o trabalhador cultive coletivamente a partir de novas relações sociais, em que a partir dessa semente brote um projeto de homem novo. Trata-se de opor-se a uma visão reducionista, utilitarista, atrofiadora e, essencialmente, restritiva de formação humana.

“Isto não elide a experiência concreta do trabalho dos jovens e adultos, ou mesmo das crianças, como uma base sobre a qual se desenvolvem processos pedagógicos ou mesmo a atividade prática como método pedagógico, tal como nos mostra Pistrak (1981), na sua obra clássica sobre o trabalho como elemento pedagógico. Como princípio educativo, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito por ser o ser humano um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para sua produção e reprodução”. (FRIGOTTO, 2006, p.260)

A educação vislumbrada pelo MST entende ser o “trabalho como princípio educativo” uma chamada que pode tanto interessar aos trabalhadores quanto à burguesia. A burguesia também propõe formação para o trabalho, mas de um modo estreito, unilateral e voltado para atender às demandas do capital. A educação profissional, compreendida em seu sentido estrito, de apenas habilitar para a execução de tarefas específicas, é a expressão imediata e conjuntural dessa relação (ibdem, p.4)

A respeito da Ciência e Tecnologia, o projeto da Educação do Campo concebido pelo MST afirma que as bases da Ciência e da Tecnologia podem servir para projetos distintos de sociedade, indicando assim a não neutralidade da técnica, da ciência e da tecnologia.

“È claro que a ciência desenvolve mais em uns ramos do que outros, relacionados aos interesses do capital. Apesar disso, a ciência que está aí posta pode e deve ser apropriada a favor da nossa perspectiva. A ciência mais avançada deve nos interessar, pois a classe trabalhadora precisa se apropriar da ciência para construir um modo de produção superior (economicamente, socialmente, ambientalmente, entre outros) ao capitalista” (MST- ITERRA, 2007, p.4)

No ensino técnico de nível médio integrado da Escola Técnica Agrícola 25 de Maio, os alunos desenvolvem iniciação científica que culminam em uma monografia. A monografia é defendida com banca, orientador e professores externos à escola.

No curso Técnico em Agroecologia inscrevem-se estudantes assentados e acampados, militantes ou não, de diversos municípios do estado de Santa Catarina. Iniciando desta maneira um processo de discussão com várias entidades envolvidas na elaboração do projeto junto ao PRONERA, o Coletivo de Educadores da Escola Agrícola 25 de Maio, INCRA e UFSC. Todas as ações ligadas à questão agrícola, realizadas nesta escola, estão firmemente baseadas nos princípios da agroecologia. É um laboratório de recepção, experimentação e divulgação de experiências socioeconômicas favoráveis à permanência do trabalhador rural na terra. Neste sentido, existe a possibilidade real de examinar, testar, e construir conhecimentos nesta área muito difundida no cenário internacional. No entanto, há poucas práticas e muito discurso na questão agroecológica, aliados à burocracia, tornando quase que impraticáveis na conjuntura agrícola brasileira, dependendo de uma ampla transformação na realidade atual do campo.

Outra determinante a ser considerada, é o fato de que a Escola Agrícola 25 de Maio não pode ser caracterizada como uma simples escola rural, atuando apenas nos horários de aulas. Possui uma dinâmica bastante singular, há o entendimento comum de que o curso deve promover a formação profissional para que os alunos possam atuar nos assentamentos e acampamentos, contribuindo com as linhas políticas delineadas pelo MST.

Neste sentido, o projeto do curso técnico da escola foi elaborado para que os alunos possam ter acesso à teoria e prática sobre a agroecologia para que auxiliem seus pais em seus lotes e conseqüentemente à toda comunidade. Este tema possui grande relevância

principalmente por ser uma proposta coletiva e por apresentar a abordagem de conceitos importantes para a realidade do campo, desencadeando ações como a cooperação, o cuidado com o ambiente, valorização do espaço rural e a solidariedade. Para que aqueles que vivem no campo possam ser vistos como sujeitos sociais capazes de interagir coletivamente.

“A escola, ao compreender a agroecologia, possibilita uma troca de informações e conhecimentos de extrema importância, seja para as famílias assentadas ou para a sociedade em geral, por contribuir no desenvolvimento de uma nova matriz tecnológica, onde se cultivam valores de respeito ao ambiente, cooperação e justiça social... É um laboratório de recepção, experimentação e difusão de experiências socialmente úteis. Sendo assim, existe a possibilidade real de examinar, ensaiar, fazer ciência e construir conhecimentos nesta área tão comentada na esfera mundial, onde a grande maioria das ações não passam do discurso, que aliado à burocracia, tornam quase que impossível quaisquer transformações na realidade atual do campo.” (MOHR, 2004, p.36)

Assim, implementam-se alternativas de produção agropecuária que possam expandir-se além do espaço escolar. Partindo do pressuposto de que o homem internaliza, constrói e reconstrói conhecimentos através do trabalho, o projeto de agroecologia da escola busca ser um elemento articulador entre as diversas áreas do conhecimento para o pleno desenvolvimento de responsabilidade, autogestão e a disseminação dos ideais do cooperativismo.

A proposta inicial do curso é de que os estudantes possam estar vivenciando os conceitos não somente de forma teórica, mas também no cotidiano, desde as primeiras etapas do curso. Ou seja, espera-se que os jovens estejam dispostos à mudança já no período de formação, e não apenas após a conclusão do curso.

Durante as entrevistas foi percebido que os estudantes da fase inicial do curso chegam com uma visão ainda estreita, e de encantamento com a vida urbana. Na maioria das vezes são os pais que os influenciam a ingressar no curso. Entretanto, foi notado o resultado de três anos. Os alunos do terceiro ano, na fase final do curso, estão bem mais articulados nas idéias de classe, desmistificando algumas questões alienantes, e em sua maioria demonstram uma animação para produzir da forma em que foi aprendido no curso.

Assim, muitas práticas e experiências estão sendo desenvolvidas durante o processo educativo, quer seja durante o tempo escola, ou no tempo comunidade. Estas atividades possuem um caráter educativo no sentido de desenvolver os conhecimentos e conceitos tratados teoricamente, mas outro aspecto fundamental é que promovem o reconhecimento da viabilidade da agroecologia, não só por parte dos estudantes, mas também das famílias.

A escola, em seu projeto pedagógico, tem colocado como foco a formação humana em sua totalidade, e pretende que o currículo seja construído de forma integrada. Para tanto, as disciplinas, projetos e oficinas devem estar em sintonia com a proposta do curso. Nesse sentido, a formação agroecológica insere-se em uma perspectiva de formação da cidadania plena, trabalhando não só a relação dos grupos locais e os recursos naturais, mas também com sentimento de pertencimento do lugar, a relação do homem com seu espaço. Isso possibilita uma ampliação da consciência ecológica dos cidadãos para uma escala local e global.

O curso tem seu foco na produção agroecológica, entendendo que o modelo tradicional de produção está esgotado. Embora tenha aumentado a produção de algumas culturas, o padrão moderno vem acarretando deteriorações ambientais, culturais e socioeconômicas do espaço rural. Nos últimos anos, o modelo de produção tradicional tem sido responsável pela concentração de renda, desenvolvimento e ampliação de tecnologias baseadas na utilização de insumos que demandam altos investimentos e a desestruturação das pequenas propriedades familiares que levaram e, ainda hoje levam milhares de famílias a abandonar suas comunidades rumo às cidades.

Diante disso, a proposta é expandir uma nova concepção da agricultura familiar focada no desenvolvimento local, nos conhecimentos sobre as principais cadeias produtivas e as alternativas de produção e comercialização de produtos agroecológicos. *“Nós lutamos para viabilizar a permanência do homem no campo e promover a agricultura camponesa, enquanto setor produtivo e economicamente ativo no país e isso passa necessariamente pelo acesso à formação, educação e mudança da matriz produtiva”*, diz o professor Matheus Mohr sobre o curso.

A sustentabilidade socioeconômica local está diretamente associada à continuidade do processo de expansão das práticas agroecológicas difundidas pelo curso. Essa relação se estabelece a partir de duas vias de transmissão. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade das propriedades, contribuindo para o crescimento econômico e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove um manejo agrícola diferenciado, na medida em que há uma mudança de condição de simples reprodutor de técnicas tradicionais de produção à promovedor de alternativas agroecológicas de produção.

“As vantagens: menor custo com fertilizantes, maior facilidade para controlar as plantas concorrentes (erradamente chamadas de “daninhas”), menor transferência de renda para as fábricas de adubos, maior autonomia para o agricultor, maior resistência das plantas em períodos de estiagem, maior aproveitamento dos resíduos (esterco, restos, bagaços etc.) na propriedade.” (GUTERRES, 2007, p. 21-22)

Nesse sentido, há o debate em torno da formulação de estratégias de trabalho que possibilitem resultados consistentes em termos da construção de um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o Brasil. A promoção do desenvolvimento local a partir dos assentamentos em que a agroecologia e o modelo de cooperativas sejam os instrumentos de renda para essa população, tem sido a questão desafiadora para o MST, que está envolvido nas perspectivas de desenvolvimento de modelo camponês, sendo implementado em todo território brasileiro. Conforme depoimento da professora Naira Estela:

“Seria ingênuo acreditar que a Escola sozinha vai resolver os problemas sociais, assim como acreditar que a formação em agroecologia vai dar conta de mudar o modelo de agricultura convencional. Mas a Escola e a formação são ferramentas para que se possa mais e mais desenvolver uma sensibilidade crítica em relação ao sistema excludente e perverso em que vivemos. E além de formar a consciência crítica deverá experimentar fazer diferente tendo sempre como base o processo de resistência. O MST tem sido um movimento que, historicamente, entre diversas contradições, construiu coisas novas subvertendo a lógica capitalista. Penso que agroecologia também tenha esse caráter, criar resistência e contribuir no processo de luta social.” (2008)

A estratégia de desenvolvimento local com enfoque na agroecologia reflete uma preocupação do Movimento em prosseguir com os mecanismos de permanência do homem na terra. Essas questões apontam para o desenvolvimento local como uma tática para os praticantes da agroecologia. Essa escolha indica a agroecologia como uma temática trabalhada também com a finalidade de desenvolvimento local, proporcionando a ampliação da cidadania como foco da luta contra a exclusão social no campo.

Essas estratégias têm gerado muitas reflexões entre professores e alunos da escola, no sentido de avançar na análise dos diversos aspectos que compõem o desenvolvimento local. Temas como poder local, políticas públicas, identidades locais e sustentabilidade, são conceitos centrais para a análise e o planejamento do desenvolvimento local em uma perspectiva do modelo camponês defendido pelo MST e conseqüentemente levantados nas aulas do curso.

A expansão das propostas de desenvolvimento local é concebida e praticada de acordo com as estratégias de luta política dos movimentos sociais. Nos assentamentos do MST em Fraiburgo, a construção do projeto alternativo envolve esforços dos assentados para elaboração das propostas de desenvolvimento rural focado na solidariedade e cooperação, tendo como referência a agroecologia, o principal elemento da formação técnica oferecida na Escola Agrícola 25 de Maio. Acumulando experiências capazes de serem traduzidas em propostas para que políticas públicas sejam implementadas na esfera local, a partir da estruturação das cadeias produtivas em redes socioeconômicas de cooperativas de produção.

A importância das estratégias de desenvolvimento rural local com enfoque agroecológico é inegável, porém não poderá ser destacada das ações, diretrizes e estratégias que orientem e disciplinem as atuações do poder público. Portanto, é necessário que políticas públicas sejam expressas, manifestadas e se traduzam em recursos orçamentários, para a permanência desses cursos técnicos como alternativa agrícola.

Além disso, devemos observar que a educação é um direito que deve ser reproduzido por intermédio da esfera pública. Portanto, é fundamental que do ponto de vista econômico, a expansão educacional torne-se essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza.

Desta forma, inserir o conceito de agroecologia desenvolvido na Escola Agrícola, os experimentos desenvolvidos a partir dessa técnica, e refletir sobre a importância da agroecologia como matriz tecnológica de produção, fazem parte das propostas pedagógicas defendidas pela Educação do Campo. Construir um projeto popular para a consolidação da agroecologia no Brasil é uma realidade que se expande a cada ano no Brasil e no mundo, se contrapondo ao modelo tradicional latifundiarista, monocultor e dependente dos agrotóxicos comprovadamente danosos ao meio ambiente e à saúde humana.

Nesse sentido, os movimentos sociais, o MST e as universidades estão buscando a implementação de um modelo de produção agrícola sustentável. A agroecologia representa um conjunto de técnicas e conceitos que surgiram na década de 1990 e propõe a produção de alimentos mais saudáveis e naturais, tendo como princípio básico o uso racional dos recursos naturais.

A agroecologia não se constitui como um modelo, mas como um processo de construção que deve ser praticado de acordo com as características geomorfológicas, pedológicas, geológicas, climáticas, socioeconômicas e culturais de cada local, necessitando de formação de profissionais que atendam a cada área de assentamento, direcionando as práticas e as pesquisas agrícolas para o sistema agroecológico.

O termo ‘agroecologia’ foi sendo cunhado a partir das contribuições de alguns autores. Chaboussou (1980), ao proferir a *teoria da trofobiose* lançou um dos pilares da agroecologia, mostrando como o equilíbrio biológico na fertilidade do solo proporciona à produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos. Do mesmo modo, Althieri (1999) enunciando as bases científicas para uma agricultura sustentável com o conhecimento profundo da natureza do agrosistema e dos princípios que regulam o seu funcionamento, e no livro *Agroecologia Militante*, Guterres (2006), juntou a preocupação científica com a militância social.

O conceito foi ganhando visibilidade e consistência na ciência contemporânea. Deste modo, a agroecologia é considerada como uma ciência emergente, orientada por uma nova base epistemológica e metodológica. Essa formulação foi inspirada no funcionamento dos ecossistemas naturais, no manejo tradicional da terra e nos avanços do conhecimento científico.

O curso técnico em agroecologia conjuga conhecimentos de diversas outras ciências, como a Agronomia, a Zootecnia, a Ecologia, a Sociologia e a Economia, com os saberes locais e a cultura popular no manejo da terra para um desenvolvimento local sustentável. Respeitando as culturas locais, e preocupando-se com o ambiente e a interação com o ser humano.

O conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, um modelo que seja o embrião de uma nova forma de relacionamento com a natureza, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma lógica utilitarista e individualista nas relações com a natureza e o homem, postulando a justiça e a solidariedade como valores indispensáveis. Pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável, e que pelo viés do MST visa a produção para a soberania alimentar.

O MST juntamente com a Via Campesina estabeleceram que segurança e soberania alimentar significa garantir alimentos adequados à saúde dos consumidores, implicando em alimentos de boa qualidade, livres de contaminações de natureza química, biológica ou física ou de qualquer outra substância que possa acarretar problemas à saúde das populações.

Diante disso, cresce a polêmica dos alimentos geneticamente modificados com sua inserção no mercado mundial. As megacorporações agrícolas vêm de maneira impositiva e obscura produzindo esse tipo de alimento sem o esclarecimento dos consumidores, que exigem alimentos comprovadamente seguros. Segundo o MST, a via necessária para a superação desse problema seria a produção de alimentos de qualidade, por meio de práticas agroecológicas.

O trabalhador rural à partir da formação agroecológica deve conhecer cada vez mais os sinais da natureza, deve entender de manejo ambiental, e com isso reconhecer possíveis desequilíbrios gerador de pragas. Neste caso, opta-se por corrigir o desequilíbrio, sem utilizar inseticidas ou herbicidas, eliminando a causa do problema e não apenas suas conseqüências.

“As monoculturas criam cada vez mais pragas e aumentam dramaticamente os problemas com insetos, fungos e ervas chamadas “daninhas”. Isso aumenta custos e mesmo com os recursos da transgenia, da clonagem, da mutagênese, de novos produtos químicos, da adubação suplementar, esses problemas são amenizados por alguns anos e depois voltam com mais força”. (GUTERRES, 2007, p.18)

Diante da realidade dos efeitos da monocultura, o sistema agroecológico nos permite lançar um novo olhar para a organização dos assentamentos. Muito além do econômico percebe-se as diferentes demandas das famílias assentadas para a garantia da qualidade de vida, saúde, educação e sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, percebemos que há uma mudança no rumo da sociedade, em que antigos valores e atitudes se desfazem, lenta, porém progressivamente, rompendo com a realidade agrária tradicional, que diante do modelo de desenvolvimento que vem exaurindo o meio ambiente e a saúde em prol da agroexportação, configura-se a expansão da fronteira agrícola em uma velocidade em escala sem precedentes, deixando um rastro de desmatamento.

Com isso, os recursos naturais se escasseiam, gerando impactos negativos na qualidade de vida da população. Os atuais meios de produção e de consumo representam o

eixo de sustentação do atual modelo de produção agrícola. Tendo como objetivo a maximização dos lucros e entendendo a natureza apenas como fonte de matéria-prima e energia. A necessidade de maior produtividade da área cultivada obriga a mecanização progressiva da agricultura onde a monocultura é implantada, quase sempre em associação com técnicas inadequadas de manejo do solo, o desequilíbrio ecológico se faz presente, com o uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos.

Atualmente centenas de novos produtos agroquímicos são postos anualmente na produção agrícola principalmente nos Estados Unidos, na tentativa de combater as pragas das lavouras. Principalmente substâncias bioquímicas, como hormônios para aumentar a produtividade acelerando o crescimento natural dos organismos vivos. Diante disso, milhões de pessoas ingerem alimentos contaminados por agrotóxico que tem sua ação lenta, mas irreversível no organismo humano. Outro problema, é que essas substâncias são extremamente agressivas ao solo, pois podem levar à salinização e contaminação das redes fluviais e lençóis freáticos inviabilizando o aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos, além de prejudicar a saúde humana e animal, como pode ser observado na Tabela nº 4:

Desvantagens da utilização da Agricultura Tradicional	Vantagens da utilização das formas da Agroecologia
Suas monoculturas degradam a paisagem	possibilita a natural renovação do solo
produz alto os índices de toxicidade Pelos agriquímicos utilizados	facilita a reciclagem de nutrientes do solo
elimina a biodiversidade	utiliza racionalmente os recursos Naturais
degrada o solo, polui os recursos Hídricos	mantém a biodiversidade que é importante para a formação do solo
gera acúmulo de capital	gera divisão de renda
favorece o êxodo rural	favorece a permanência do homem no campo
produção agroexportadora	produção para o mercado interno
produção de soja, e farelo de soja para alimentação da pecuária intensiva internacional	produz alimento visando a soberania Alimentar

Assim, a agroecologia como novo paradigma de produção agrícola tem fornecido conceitos e metodologias apropriados tanto para a valorização e a sistematização dos conhecimentos de manejo agrícola, como para a associação camponesa entre as técnicas desenvolvidas na escola e a comunidade assentada, estimulando a emergência de um ambiente sociocultural criativo no que se refere ao processo de geração e apropriação social de inovações técnicas. Por basear-se em um conjunto de estratégias com o objetivo de potencializar os resultados da produção nos assentamentos, favorecendo tanto a atividade criativa de cada aluno, mas também as dinâmicas coletivas de produção, incentivando o intercâmbio de conhecimentos a partir dos processos locais de experimentação e práticas inovadoras de manejo agrícola em toda comunidade.

Diante disso, a experiência da Escola Agrícola 25 de Maio tem se estabelecido em um diferencial, com a participação e inserção da comunidade assentada nos processos de constituição da escola, e de lideranças do MST. Principalmente pelas ações de mobilização e pressão perante os trâmites burocráticos impostos pelos órgãos públicos, considera-se ainda, o esforço empreendido pela comunidade assentada na busca de alternativas que viabilizassem a continuidade do projeto, muitas vezes assumindo responsabilidades que seriam de competência do Estado.

A escola, portanto, se mantém viva no cotidiano dos assentados e aponta na direção de alternativas para sua permanência, mantendo um estreito relacionamento com o contexto sóciopolítico frente às contradições, conflitos, e limites socioeconômicos da comunidade. Assim, a ação local, cria a base de sustentação da luta e resistência, justificando a própria existência do lugar. A constante reflexão, local e global, possibilita a permanente visão da totalidade, sempre em movimento, fundamental à construção de campos de conexão.

Na formação agroecológica, nas práticas produtivas, nas cooperativas, e nos laços de sociabilidade e solidariedade destas localidades, apresentamos um ponto muito importante: o sentimento de consciência da construção por eles mesmos do espaço vivido, o lugar.

CONCLUSÃO

No cenário econômico atual nos deparamos não apenas com trabalhadores rurais, mas com diversos grupos sociais sofrendo com os reflexos da crise financeira, principalmente no universo da produção de alimentos. A falta de investimentos e incentivos governamentais está “muito além das porteiras” e influencia não somente os agricultores, ou diretamente a atividade agrícola, mas toda a sociedade, já que o setor primário movimenta-se com a indústria e o comércio.

Com a globalização da economia, o capital financeiro vem desempenhando na sua aliança com o capital produtivo, um fenômeno que extrapola fronteiras territoriais e se define como uma nova ordem para a gestão dos negócios mundiais. Impõe ao setor agrícola brasileiro duas crises, que perturbam a economia global, a desordem do capital financeiro e a alta dos alimentos, esta última sendo a mais preocupante, pois segundo o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas “*a falta de alimentos ameaça como um ‘tsunami silencioso’, e pode afundar na fome 100 milhões de pessoas*” (MST, 2008).

Nos países em desenvolvimento a população mais pobre gasta a maior parte de sua renda em alimentos, com os preços altos há o estopim para manifestações populares em todo o mundo. Grandes corporações financeiras ligadas a governos estão atrelando os preços da energia, matéria-prima, indústria e alimentos, fatores que elevam o preço da cesta básica.

A Rodada do Milênio, ocorrida em 30 de novembro de 1999, foi a nova série de negociações entre vários países associados à OMC para reduzir ainda mais as barreiras das exportações. Foi o cenário que ficou conhecido como Batalha de Seattle, onde ecologistas, anarquistas, trabalhadores sindicalizados e estudantes, protestaram por vários dias contra o capitalismo global e seus efeitos sobre os países pobres, os trabalhadores e o meio ambiente.

Nesse sentido, na Rodada Doha discutiu-se a redução dos níveis de protecionismo agrícola, porém sem estratégias de mercado que amortecem o impacto dos altos preços dos alimentos para os pobres. Defendemos que o pequeno produtor rural, tendo espaço dentro da cadeia produtiva, sendo capaz de tomar decisões importantes para a viabilização da

produção onde estão interligados o que plantar, quanto investir e para quem produzir, é uma oportunidade para suprimir boa parte do déficit de alimentos às populações mundiais.

No entanto, na sociedade atual fundada na propriedade privada e no capital, o trabalhador rural assume outra dimensão. Conforme Marx, no capitalismo, o trabalho é fonte de valorização do capital, volta-se contra o trabalhador e o desumaniza. A força de trabalho torna-se mercadoria, e o trabalhador se torna alienado.

Diante disso, são levantadas diversas bandeiras de luta que ora se cruzam e ora se opõem. Luta-se pela Educação do Campo, mas não por uma educação utilitária à ordem vigente. Luta-se por um tipo de educação que negue os processos de exploração, mas que ao mesmo tempo viabilize a formação crítica para uma democracia efetivamente participativa, e também possibilite uma formação técnica agropecuária que seja usada para o desenvolvimento da produção de alimentos.

Daí a força do lugar no contexto atual das ciências humanas para pensar os movimentos sociais e suas propostas, pois se mostra como a fração do espaço reativo, criativo e alternativo. Milton Santos quando se refere a definição de lugar diz que:

“O lugar é o quadro de uma referência pragmática de mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1999 p. 258)

Esta concepção nos aproxima do conceito de espaço vivido que, em outras palavras, significa espaço cotidiano, portanto entendido como lugar. Esta concepção de lugar proposta por Milton Santos nos permite trabalhar a Educação do Campo dentro das bandeiras de lutas do MST de forma conjunta às lutas pelo assentamento de milhares de famílias. A aplicação desse conceito e o uso de escalas, local-global, se mostram pertinentes na relação com as lutas pela formação técnica agroecológica para os assentamentos, e o global, já que as idéias do MST espriam-se pelo mundo e o Movimento defende bandeiras de luta em comum da sociedade mundial, *“o Lugar - não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas.” (1999, p.259)*

Nesse sentido, a escola agrícola é compreendida pela comunidade como um local de troca e construção de conhecimentos entre os participantes

“não como algo estanque ou pronto, mas em movimento, visando a qualificação e melhores condições para a permanência no campo, através do entendimento, troca e construção de técnicas agropecuárias adequadas que permitam a manutenção do camponês na terra conquistada”.(ROESLER, 2006).

Refletir sobre o ensino ministrado na Escola Agrícola 25 de Maio, com base no projeto de Educação do Campo, do MST nos alerta

“que a universalidade não pode ser separada da particularidade. O que leva a compreensão da resposta do setor da educação do MST quando questionada sobre o perigo de um particularismo ao se pensar a Educação do Campo. A particularidade, neste caso, é condição da universalidade real”. (PEREIRA, 2008)

Segundo entrevistas feitas com professores, a Escola Agrícola 25 de Maio tem amadurecido uma série de questões com relação às intervenções dos trabalhadores nos assentamentos conquistados, estabelecendo em seu projeto político diversas orientações que advertem sobre a importância de que os camponeses utilizem-se da educação agroecológica, para que além de estarem na terra possam permanecer nela dignamente.

Seguindo essa perspectiva, a Escola Agrícola 25 de Maio vem desenvolvendo o compromisso de ser do campo, podendo ter componentes curriculares diferenciados, no entanto, não sendo ligados a uma visão produtivista. Deste modo, nos espaços que antes eram consagrados à simples execução de tarefas mecânicas, repetitivas, como por exemplo, o simples plantio de uma pequena horta, hoje são desenvolvidos conceitos e práticas de agroecologia, além da experimentação cada vez mais elaborada dos princípios do cooperativismo.

A percepção de que as configurações socioespaciais são resultantes de processos em que interagem indivíduos com histórias de vidas singulares, dispostos a encarar novas concepções locais e globais, são fundamentais para entender a importância da formação técnica agroecológica e sua implicação para a comunidade assentada. Essas famílias fazem parte de um processo de construção de cidadania, são sujeitos que buscam a implementação de um novo projeto social, à procura de um espaço solidário economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Deste modo, as características entendidas como formadoras do espaço de vida, ou seja o lugar do assentamento, devem ser entendidas também pela base das trajetórias de vida dos assentados. Embora reconhecendo que também foram as práticas e manejos tradicionais que tanto contribuíram para a condição de miséria à essas famílias e conseqüentemente as tornaram sem-terra, retornam às mesmas práticas geradoras de exclusão por serem assentadas sem nenhuma condição para o desenvolvimento estrutural no assentamento.

Como a aprendizagem ocorre através do que é significativo para o estudante, o currículo do curso técnico possui uma estratégia de ensino onde o estudante é co-responsável pelo seu processo de aprendizagem. Na perspectiva de um profissional com uma formação harmônica, em que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais, não somente fazem parte de uma grade curricular, mas de projetos em que a escola e a comunidade sejam os atores de um processo educacional, pois nesse sentido que se consolida o projeto político pedagógico do curso técnico em agroecologia.

Em conversa com os estudantes, nota-se que a maior parte deles fala dos experimentos em seus lotes e assentamentos, cujos trabalhos realizados põem na prática as teorias apreendidas na escola. Nas atividades em tempo-comunidade (TC) se desenvolve uma continuação dos estudos iniciados no Tempo-escola (TE) do curso. Para o TC são destinados trabalhos práticos e teóricos para que os estudantes realizem no lote, a fim de garantir a continuidade dos estudos que compreenderam nas disciplinas. É importante ressaltar que os estudantes são acompanhados por responsáveis de seus assentamentos de origem, representantes dos setores de educação e produção. Os estudantes ao retornarem às suas comunidades, levam as tarefas e elaboram um plano de atividades, uma das tarefas que realizam são as atividades de acompanhamento do cultivo no seu lote, articuladas com as disciplinas do curso e a experiência da produção agrícola de suas comunidades.

O método de alternância tem se encaixado muito bem neste aspecto, pois os estudantes, aperfeiçoam teoria e práticas discutindo com os pais os conhecimentos da agroecologia apreendidos no curso:

“Um aspecto que dá continuidade à vivência da escola são os trabalhos do tempo comunidade, realizados em grupo. Tive oportunidade de acompanhar alguns educandos em seu TC e constatei que a troca de conhecimentos entre eles contribui muito. Constroem uma vivência parecida com a da escola, nas suas propriedades, reforçando cada vez mais o espírito coletivo e de cooperação.” (ROESLER, 2006)

Os coordenadores do curso fazem visitas às comunidades de origem dos estudantes quando estes se encontram no tempo comunidade e conseguem perceber o esforço para realizarem os trabalhos do curso.

“Durante o Tempo Comunidade, ao longo de cada ano, dos três que compõe o curso técnico, pode-se conhecer as famílias, suas propriedades, os sistemas de produção adotados, sua história de vida, os anseios e sonhos que depositam no processo de formação de seus filhos, bem como as capacidades individuais e próprias de cada realidade observada, no que diz respeito à necessidade de constituição, de materialidade e concretude em fazer a agroecologia acontecer, a seu tempo, em cada lugar.” (MOHR, 2005)

Nos assentamentos os estudantes, seus familiares e também os coordenadores do Movimento, têm depositado uma grande responsabilidade à Escola Agrícola, principalmente no que diz respeito à resolução dos problemas para os acampamentos e assentamentos da região. *Para o MST e para a escola, sem coletivo não há luta. Se o povo não se organizar, não distribuir atribuições e responsabilidades, não haverá condições de vida plena nos acampamentos e assentamentos.(MST, SETOR DE PRODUÇÃO)*

As possibilidades de ações conjuntas são muitas e devem ser introduzidas como elemento educativo. O crescimento expressivo do número de assentamentos e acampamentos exigiu um maior esforço por parte das lideranças do Movimento, seja na questão do acompanhamento como na discussão das linhas estratégicas dos setores de educação e produção.

O MST propõe a formação técnica e política na base de construção da organicidade, a articulação com outros setores da sociedade, e um novo cooperativismo, fora da lógica do capitalismo, capaz de fazer frente ao neoliberalismo e ao cooperativismo tradicional.

Acreditamos que é extremamente pertinente a concepção educativa no sentido do trabalho enquanto atividade vital para o homem, pois com isso humaniza-se ao invés de embrutecer-se. A Educação do Campo é entendida como processo de transformação social, isto é, interessar-se pelo ser humano real, por seus problemas em comunidade, visando uma transformação humanizante. Esta concepção do ser humano é uma premissa vital para o

fato de ele não ser algo formável, e sim essencialmente um construir-se. Diante disso, a Educação do Campo deve legitimar esta construção que não é puramente teórica ou contemplativa, mais também real e prática.

As demandas nos assentamentos à educação, em especial a técnica agrícola, são fundamentalmente por qualificação profissional do trabalhador, por formação continuada, com vistas a prepará-lo para as constantes mudanças sociais. Especialmente, para o reconhecimento de que uma realidade contrastante precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais em termos de políticas públicas de saúde, educação e infra-estrutura nos assentamentos. Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe dizer que o processo educativo vivido instrumentaliza os trabalhadores para o seu trabalho, para a cooperação, e para as lutas junto ao MST, à militância ecológica e a sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais.

A educação, entendida como um direito universal, situa-se como uma dimensão que se relaciona com o Estado, com a política, e portanto com a sociedade. Para entendermos os processos educacionais, faz-se necessário que os analisemos pelas características estruturais e culturais, pois a população brasileira vive em tempos distintos de acordo com cada região do país e particularmente na velocidade do cotidiano de cada lugar, que com a ausência do Estado provoca uma organização social baseada em relações hierárquicas e autoritárias, pervertendo as esferas pública e privada.

Ao inserir seus integrantes no processo produtivo a Educação do Campo aponta para a construção de novas relações entre os seres humanos e a terra, e, diante disso, situam-se as relações de trabalho. O trabalho é uma das necessidades humanas, fonte de riqueza e elemento constituinte do ser social. O trabalho é a condição *sine qua non* de toda a vida humana. Em até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004).

Há um lugar onde o ontem e o hoje se encontram e se reconhecem. Este lugar é o amanhã. Um lugar onde não se envenena as águas, o solo, o ar e o corpo. Os movimentos sociais anunciam um outro mundo possível, falam em comunidade, sociabilidade, propõem uma outra globalização. A educação agrotécnica em comunidade é sem dúvida o mais novo processo de formação humana e produção de alimentos. Aponta para os desafios do agora,

como caminho para um novo futuro, um mundo novo. A sociedade de massa, voltada ao consumo, ao *Espetáculo* (DEBORD, 1997), ao individualismo, ignora o pensamento comunitário. Defendemos que mesmo com o processo de minimização do Estado, ainda exista resistência popular, na luta por valorizar a universalidade da educação pública e difundir a produção comunitária.

O caráter da Educação do Campo é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas para transformar as condições objetivas de reprodução social dos pequenos agricultores, como para consciência dos indivíduos chamados a materializar a criação de uma ordem social radicalmente diferente da que é imposta. A articulação entre Educação do Campo e a luta pela Reforma Agrária tem sido não somente apontada pelo MST, mas exercida em várias manifestações, ações e práticas em diversas ocasiões e lugares em todo território nacional.

Deste modo, a participação de cada pessoa no Movimento contribui para sua própria constituição enquanto sujeito histórico, onde as pessoas se transformam enquanto modificam a realidade. As clássicas escolas agrotécnicas preparam jovens para dar continuidade ao modelo agroexportador e servir às grandes corporações e às regras do agronegócio, de outro modo a Escola Agrícola 25 de Maio vem contrapondo-se a esse modelo sinistro de exploração do trabalhador rural.

Os resultados da pesquisa aqui relatados representam uma parcela das informações levantadas a campo, de um estudo que teve por premissa apresentar uma aproximação da diversidade de situações que se ocultam no espaço rural brasileiro. Insistentemente procurou-se demonstrar o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais, muitas das quais dependem, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias agrícolas.

Deste modo, o curso técnico profissional da Escola Agrícola 25 de Maio, capacita os jovens para atuarem como agentes de desenvolvimento, dinamizando a formação das redes sociais com uma rica troca de experiências e aceleração da superação das contradições e conflitos comuns à região de Santa Catarina, como um todo em suas especificidades.

“Ainda” acreditamos, sobretudo na transformação social, em alimentar permanentemente a possibilidade de fazermos a revolução. Praticando a revolução a cada

dia, contribuindo com o pensamento revolucionário, nossa prática, com o ânimo permanente na luta, na confiança desses ideais, e na certeza de que é possível derrotar a tirania, que hoje mais que nunca, em que o derretimento do mercado deixa o capitalismo em crise, gera um risco de que a cada dia que passa mais famílias deixem de ter condições de adquirir alimentos básicos, aumentando a subnutrição global. A ação local, concebida como um espaço de resistência e entendida como lugar de existência e coexistência, será a arena para novas lutas de classe contra o obscurantismo do capital financeiro e do mercado especulativo, e desta forma o capitalismo global sendo cada vez mais colocado em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Debates, 1994.

ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. *A dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2006.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. Bases Científicas para uma agricultura sustentável*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. *Revista Espaço Acadêmico*. 31-12-2003.

A. PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve. (Tradução de Ariano Suassuna)* Rio de Janeiro: Record, 1972.

AQUINO, Rubim. *Brasil: Uma História popular*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

AUGE, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papiros, 1994.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. *A educação popular do campo e a realidade camponesa*. Paraíba: UFPB / PPGE, 2007.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. *Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento*. Santa Catarina: PPGDR/ FURB, 2003.

BERGER, Christa. *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais - As Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1996.

BOFF, Leonardo. *E a igreja se fez povo*. São Paulo: Vozes, 1986.

BOSSÉ, Mathias Lê. *As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas*. In: LOBATO, Corrêa, ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BRANDT, Marlon. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização*. Florianópolis: UFSC, Dissertação, 2007.

BRANFORD, Sue. *Rompendo a cerca: a história do MST* (tradução Rubens Galves Merino). São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BURKE, Thomas Joseph. *Fraiburgo do machado ao computador*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CALDART, Roseli S. *Por uma educação no campo*. Petrópolis, Vozes, 2004.

_____. *A formação dos trabalhadores no MST: um estudo sobre o curso técnico em administração de cooperativas*. Porto Alegre, 1996. Mimeo.; Id. *Educação em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997; Id. *Formação de Educadoras e Educadores no MST: um currículo em movimento*. Contexto e Educação, Ijuí, nº. 47, 1997.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo*. Artigo Scielo Brasil, 2001.

_____. *Dossiê MST Escola: Documentos e estudos 1990-2001*. ITERRA, 2005.

CARLESSO, André Estevão. *Agroindústria Cooperativa como ferramenta para o desenvolvimento do campo - estudo de viabilidade financeira da agroindústria de feijão da cooperativa dos assentados da Região do Contestado – COOPERCONTESTADO*. Rio Grande do Sul: UERGS, Monografia de Graduação, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Rogéria. *Ruralidades: novas identidades em construção*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.

CHABOUSSOU, Francis. *Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

CORREIA, R. C.; ARAÚJO, José Lincoln Pinheiro; CAVALCANTI, É. B. . *A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)*. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001, Recife. *Competitividade e globalização impactos e regionais e locais*. Recife: SOBER/ESALQ/EMBRAPA/UFPE/URFPE, 2001.

COSTA, Darc. In. *Política e Cultura: Século XXI*. FRIEDMAN, Luís Carlos (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Alerj, 2002.

COSTA, Mauro Sá Rego. *Rádio, Arte e Política*. Revista Eletrônica Polêmica, 2007.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Formoso e Trombas: a luta do partido e dos posseiros*. PUC-SP, Dissertação de Mestrado, 1994.

DAVID, Cesar De; CORRÊA, Walquíria Krüger. *Desenvolvimento regional e agricultura familiar: perspectivas dos assentamentos rurais em Canguçu - RS*. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. Resúmenes. Quito : ALASRU, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Guerra no Contestado*. São Paulo: Insular, 2000.

DURKHEIM, Émile. *A Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A intelectualidade mística de Mançano*. Matéria da Revista Brasil Plural, 2002.

_____. *Formação e territorialização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

FRANCO, Tânia Mara. *Educação e Ação: prática pedagógica do MST*. Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *Educação com prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Helana C. *A Formação da Rede de Educação de Assentados da Reforma Agrária: o PRONERA*. (Artigo apresentado no VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006, Quito)

FREY, Willy. *Reflorestar é a solução*. Curitiba: Sépia Editora, 2003.

_____. *Lá nos Frey*. Curitiba: Sépia Editora, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho*. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. RJ: EPSJV, 2006, p. 258 -2263.

_____. *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

_____. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-"Milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminho e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia Militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IÓRIO, M. C. O. *A integração agroindustrial: o sindicalismo ante a uma versão agrária da terceirização*. In: MARTINS, H. S. ; RAMALHO J. R. (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo, CEDI/ NETS. 1994, p. 135-152.

IVANI, Guterres. *Agroecologia Militante*: São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JAMESON, Fredric. *Globalização e Estratégia Política*. Novos Estudos CEBRAP n 61, p. 3-19, 2001.

LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso Serve, Em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. São Paulo: Papirus, 1988.

LAUREANO, Delze dos Santos. *O MST e a Constituição: um Sujeito Histórico na Luta Pela Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LERRER, D. F. *Reforma Agrária: os caminhos do impasse*. São Paulo: Garçonni, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Minas Gerais: UFMG, 1976.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano A. *Rádios Comunitárias: Coronelismo eletrônico de novo tipo*. Artigo Observatório de Imprensa de Brasília, 2007.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

LOBO, Roberta. *A dialética do trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: UFF, Tese de Doutorado, 2005.

LUZ, de Dioclécio. *A arte de pensar e fazer rádios comunitárias*. Brasília: 2007.

MAIA, Marta Regina. *A possibilidade da contra-informação na sociedade capitalista. análise de caso da Rádio Livre Paulicéia*. São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba, Dissertação de mestrado, 1997.

MARTINS, José de Sousa. *A Nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *O sujeito oculto*. São Paulo: UFRGS, 2003.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MELLO, J. B. F. *Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo*. Revista Brasileira de Geografia, 1990.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. *Além da terra, cooperativismo e trabalho na educação do MST*, Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOHR, Matheus Fernando. *Agroecologia e Territorialidade do MST: Espacialização da Resistência e da Luta Social no Território da Escola Agrícola 25 De Maio*. UNB - Brasília, Monografia, 2005.

MOHR, Naira Estela Roesler. *Formação Para o Trabalho no Contexto do MST*, UFSC - Florianópolis, Dissertação, 2006.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: A luta pela Terra*. São Paulo: Editora Global, 1988.

MOREIRA, Rui. *Para onde vai o pensamento geográfico?: Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MST, Dossiê MST Escola. Cadernos de Educação nº 13. Ed. Especial, 2005

MST, ITERRA, Cadernos do. Ano III nº 8 novembro, 2003.

_____. Ano IV nº 9 setembro, 2004.

MST, ITERRA, Doc. Educação Básica de Nível Médio nas Escolas do Campo: Oficina de elaboração pedagógica, 2007

MST, II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Declaração final (versão plenária). Por uma política pública de educação do campo. Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Isabel Brasil. *Articulando Ética e Técnica: o MST e a Formação dos Trabalhadores da Saúde do Campo*. In: PINHEIRO, R ;MATTOS, R.. (Org.). *Cuidar do Cuidado: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABRASCO, 2008, v. 1, p. 231-250.

PESSANHA, Lavínia. *Transgênicos e segurança alimentar: o que está em jogo*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. São Paulo: UNICAMP, 2003.

PRADO JR, Caio. *A Questão Agrária Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, Escola Pública Integrada Escola de Ensino Fundamental 25 de Maio. Assentamento Vitória da Conquista / Fraiburgo – Outubro de 2005

RICCI, Rudá. *A trajetória dos movimentos sociais no campo*. Minas Gerais: Revista Espaço Acadêmico, 2005.

ROESLER, Verônica Luiza. *25 de Maio: Uma Proposta de Ensino Médio em Construção*. UERGS, Veranópolis, Monografia, 2006.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia: Ambiente e Planejamento*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROZEMBERG, Brani. *O saber local e os dilemas relacionados à validação e aplicabilidade do conhecimento científico em áreas rurais*. Cadernos de Saúde Pública vol.23 supl.1: Rio de Janeiro, 2007.

RUA, João. *Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas*. In: MARAFON, Gláucio José. RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

_____. *Paus-de-arara e pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI*. Portugal: Geolnova, 2004.

RUSCHEL, Vanderci Benjamim. *Pedagogia da organização coletiva: a cooperativa dos estudantes da Escola 25 de Maio*. Florianópolis, SC: UFSC-CED, 2002.

SACHET, Celestino. *História de Santa Catarina: o Contestado*. Santa Catarina: Século Catarinense, 2001.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *A Mística*. Artigo, 2002.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SERVOLO, Leonilde de Medeiros. *Dimensões Políticas da violência no campo*. Rio de Janeiro: Tempo, Vol. 1, 1996, p. 126-141 .

_____. *Entrevista ao Portal da Fundação Perseu Abramo*. em 15/03/2004.

SILVA, José Graziano. *Para entender o plano nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A Modernização Dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *O novo rural brasileiro*. Revista Debates Ambientais, CEDEC. São Paulo, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

SPCM, *Síntese do Seminário de Planejamento do Setor de Produção e Meio Ambiente – SC*, 17 à 20 de setembro de 2004. Produto Síntese das Estratégias de Desenvolvimento para os Assentamentos de Santa Catarina. Documento, 2004.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *Diário do Senado Federal*, jornal impresso, dezembro de 2004.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Atual, 1997.

_____. *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VALENTINI, Delmir José. *Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba*. In: Bom Jesus na rota do Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2004.

VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. São Paulo: Vozes, 1985.

VENDRAMINI, C. R. *Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana*. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, 2002.

VIEIRA, Vanessa. *Governo municipal e desenvolvimento econômico local: análise a partir do município de Luís Eduardo Magalhães – BA / 2001-2004*. Artigo, 2006.

VILLALOBOS, Jorge Guerra, Org. *Gente que liberta terra. Terra que liberta gente*. Paraná: UEM, 2001.

WANDERLEY, M.N.B. *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural.* In: Norma Giarraca. (Org.) Buenos Aires: CLACSO, Artigo, 2001, p. 31-44.

ANEXO 1 - Entrevistas citadas:

Leandro Campos – Técnico Agrícola formado pela Escola Agrícola 25 de Maio

Francisco Damaceno – Assentado

Daniel Celeste – Professor da Escola Agrícola 25 de Maio

Naira Estela – Diretora da Escola Agrícola 25 de Maio

Mateus Mohr – Professor da Escola Agrícola 25 de Maio

Edson di Lorenzi – Professor da Escola Agrícola 25 de Maio

Anexo 2 - Sites:

www.ambientebrasil.com.br
www.agricultura.gov.br
www.brasildefato.com.br
www.brasilatual.com.br
www.cptnac.com.br
www.cut.org.br
www.clacso.org
www.citrosuco.com.br
www.concrab.com.br
www.contag.org.br
www.cartacapital.com.br
www.cnbb.org.br
www.cimi.org.br
www.embrapa.com.br
www.fraiburgo.sc.gov.br
www.folha.uol.com.br
www.greenpeace.com.br
www.oglobo.oglobo.com
www.ibge.gov.br
www.incra.gov.br
www.inpe.gov.br
www.jbonline.terra.com.br
www.landless-voices.org
www.mst.org.br
www.midiaindependente.org
www.mec.gov.br
www.mma.gov.br
www.mbanacional.org.br
www.mda.gov.br
www.paulofreire.org
www.pronaf.gov.br
www.renar.agr.br
www.scielo.org
www.sc.gov.br
www.sudam.gov.br
www.udr.org.br
www.polemica.uerj.br
www.vermelho.org.br
www.wwf.org.br
www.folhaonline.com.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)